ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Sessão Ordinária de 27 de junho de 2026

Aos 27 dias do mês de junho de 2026, pelas 14h30, na sede da Junta de Freguesia de Covelas, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por Clarisse Susana Duarte Vieira e pelo Presidente da Junta de Freguesia de Covelas, José Filipe Araújo de Sousa, em substituição do primeiro secretário, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO DAS MOÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM (15')
- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (25`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (12`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 1º Trimestre de 2025 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Ponto Três (12`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da designação dos membros de júri de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de 2.º grau e 3.º grau.

Ponto Quatro (12`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município da Póvoa de Lanhoso, conforme disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Cinco (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas adstrita ao exercício de 2025, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual.

Ponto Seis (12`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da constituição do Conselho Municipal de Educação da Póvoa de Lanhoso para o mandato 2025/2029, de acordo com o artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Ponto Sete (12'):

Proposta da Câmara Municipal para aprovar a isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço na feira semanal, ao longo de todo o mês de julho, de carácter excecional, destinada a apoiar os feirantes.

Ponto Oito (40'):

Proposta da Câmara Municipal, para aprovar a resolução do auto de transferência de recursos celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a freguesia da Póvoa de Lanhoso, celebrado em 28 de dezembro de 2021, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Clarisse Cardoso Matos; Alvarina Mota da Silva; Domingos Pereira da Silva; Bela Mónica Pereira Araújo; Joaquim Armando da Silva Fernandes; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Miguel Campos Almeida; Jorge Filipe da Costa Bastos; Roberta Carla Cardoso Veloso; Alzira Maria Couto de Sousa e Graciano Filipe Direito Fernandes.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: António Manuel Santos Gonçalves Marques; Luís Artur Ribeiro Pereira; Abílio Monteiro Rodrigues; Nuno Frederico Almeida e Silva de Aguilar Monteiro; António Júlio Pereira Machado; Marília da Luz da Silva Fernandes; Lívia Narcisa de Oliveira Guimarães e João Pedro Araújo Oliveira. Contudo os deputados António Manuel Santos Gonçalves Marques; Abílio Monteiro Rodrigues e António Júlio Pereira Machado, não permaneceram até ao final da sessão.
E foi justificada a falta da deputada Sandrina da Silva Fortes.

Esteve presente o membro do CDS-PP: Carla Cristina dos Santos Góis Martins.

Não esteve presente o membro do CHEGA: Hilário Rui de Carvalho Cerqueira Lima da Silva, pelo que foi justificada a sua falta.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Póvoa de Lanhoso; Santo Emilião; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União das

Freguesias de Calvos e Frades. Contudo, o representante da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso não permaneceu até ao final da sessão.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União de Freguesias de Campos e Louredo; União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira; Covelas; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; Ferreiros; Lanhoso; Sobradelo da Goma. Contudo o representante da Junta de Freguesia de Ferreiros, contudo os representantes da Junta de Freguesia de Ferreiros e da União das Freguesias de Campos e Louredo não permaneceram atá ao final da sessão.
Foi justificada a falta de representação da Junta de Freguesia de Rendufinho e da União das Freguesias de Águas Santas e Moure.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes, mas que integram a bancada parlamentar do PS: Monsul e Serzedelo, contudo o representante da Junta de Freguesia de Monsul não permaneceu até ao final da sessão.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira e Paulo Jorge Coimbra Fernandes do Gago.
Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Fátima Elizabeth Campos Alves; José Manuel Costa da Silva e Sara Catarina Ribeiro de Lima.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes em geral e os deputados da Assembleia Municipal Jovem em particular, e começou por informar que foi indicado o Presidente da Junta de Freguesia de Covelas, José Filipe de Araújo Sousa, para substituir o primeiro secretário da Mesa da Assembleia. E colocou a ata da sessão ordinária de 30 de abril de 2026 à aprovação do plenário, informou que a mesma foi aprovada por unanimidade.
Concedeu a palavra à segunda secretária Clarisse Vieira, para leitura da correspondência. Após a leitura da correspondência informou que existia um pedido de voto de louvor, e concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Proposta de voto de congratulação ao Sport Clube Maria da Fonte.
Considerando a extraordinária época desportiva realizada pelo Sport Clube Maria da Fonte, na temporada 2025/2026, coroada com a conquista do campeonato pró-nacional

da Associação de Futebol de Braga, da Taça dos Campeões do Minho e da Taça de Associação de Futebol de Braga, alcançando um histórico triplete;

Considerando que estes feitos constituem motivo de orgulho para todos os povoenses e representam o reconhecimento do trabalho, dedicação, espírito de sacrifício e perseverança de atletas, equipas técnicas, dirigentes, colaboradores, sócios e adeptos;

Considerando igualmente o relevante trabalho desenvolvido pelo Sport Clube Maria da Fonte, nas suas diversas modalidades e escalões de formação, contribuindo para a promoção do desporto, da inclusão, da formação dos jovens e da projeção do nome da Póvoa de Lanhoso;

Considerando que o Sport Clube Maria da Fonte é uma instituição de relevância do concelho com papel social, desportivo e comunitário amplamente reconhecido;

A Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso delibera:

1. *aprovar um voto de congratulação ao Sport Clube Maria da Fonte, pelos extraordinários resultados alcançados na época desportiva 2025/2026;*
2. *expressar o reconhecimento na Assembleia Municipal a todos os atletas, equipas técnicas, dirigentes, colaboradores, sócios e adeptos que contribuíram para que estes sucessos desportivos e para o prestígio do concelho da Póvoa de Lanhoso;*
3. *Dar conhecimento do presente voto de congratulação, à direção do Sport Clube, Maria da Fonte.*

Póvoa de Lanhoso, 27 de junho de 2026.

Os deputados Municipais CDS-PP; PSD e PS."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário o voto de louvor, informou que o mesmo foi aprovado por unanimidade e que naturalmente a Mesa da Assembleia também se associava ao voto de louvor. E passou de imediato ao período das moções da Assembleia Municipal Jovem, concedendo a palavra aos representantes do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio, os deputados municipais jovens, Maria José Machado e Ricardo Morais.

Começou por intervir a deputada municipal jovem, Maria José Machado, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Em representação dos jovens povoenses e, em particular, dos alunos do Agrupamento de escolas Gonçalo Sampaio, apresentámos perante esta assembleia a moção proposta e aprovada na Assembleia Municipal jovem do passado mês de abril e que visa dar resposta a um dos desafios mais prementes da nossa geração, a salvaguarda da saúde mental juvenil.

No transato ano letivo, a saúde mental e a dependência digital foram temáticas abordadas na segunda edição da Assembleia Municipal jovem, tendo a nossa proposta

"desligar para viver" alertado para o isolamento e para o défice de atenção provocados pelo excesso de ecrãs.

O espírito de todas as propostas apresentadas culminou na meritória semana das literacias, implementada pelo município em estreita colaboração com os agrupamentos e a Escola Profissional do Alto Ave. O facto, dessa semana ter contemplada uma tarde dedicada à literacia emocional comprova a pertinência do nosso alerta e a abertura do poder local para intervir nesta matéria. A alocação dessa tarde à literacia emocional foi um passo inaugural de extrema relevância.

Contudo, os dados e a realidade impõe uma intervenção mais profunda. A ansiedade, a pressão escolar e as repercussões do isolamento tecnológico exigem mais do que consciencialização pontual, exigem a capacitação contínua dos jovens, das famílias e dos agentes educativos.

Assim foi com o intuito de consolidar e exponenciar o trabalho já encetado pelo município que propusemos a evolução deste paradigma. Apresentámos assim a proposta da criação do festival do bem-estar alerta jovem. Um evento estruturado com a duração de dois a três dias, descentralizado por vários espaços públicos e educativos do concelho.

O nosso desígnio é mobilizar toda a comunidade em torno da aprendizagem prática e da quebra de estigma associado à saúde mental."

Depois, o deputado municipal jovem, Ricardo Morais, deu continuidade à apresentação da moção, e no uso da palavra referiu:

"O festival assente em dois eixos fundamentais, o primeiro eixo de consciencialização, decorrerá nos dois primeiros dias, privilegiando palestras dinâmicas e de curta duração. E a criação do "linha do alerta", o mapeamento visual em praça pública, através de pulseiras coloridas, que ilustrará a incidência da ansiedade e das redes de apoio informal entre os jovens.

O segundo eixo, no terceiro dia será eminentemente prático. Propomos a dinamização de oficinas rotativas de gestão de stress, expressão emocional, exercícios de respiração e até intervenções com musicoterapeutas, dotando os jovens de mecanismos de coping para os desafios do quotidiano.

Para garantir a sustentabilidade temporal desta iniciativa, a proposta prevê a edificação de um lugar físico, um moral permanente, "palavras que cuidam" situado num espaço principal, este moral servirá como repositório de contactos de apoio e estratégias de mitigação de ansiedade e mensagens da comunidade passível de atualização anual. A consecução de um projeto desta envergadura requer a congregação de esforços institucionais.

O sucesso da proposta dependerá da estreita articulação entre o município, os serviços técnicos de Psicologia e orientação, as entidades de saúde pública locais e as forças de segurança, garantindo uma abordagem multidisciplinar integrada.

Caros povoenses, a Assembleia Municipal jovem de 2025, reconheceu a urgência de intervir na saúde mental dos nossos jovens. A autarquia materializou esse reconhecimento no primeiro passo assinalado. A Assembleia Municipal jovem de 2026 reconheceu por unanimidade a potencialidade e a pertinência do Festival do Bem-Estar, consolidando a Póvoa de Lanhoso como um concelho pioneiro e pró-ativo na defesa da qualidade de vida da sua juventude.
Muito obrigado pela vossa atenção."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada municipal jovem, Luana Aguiar Pinto, em representação do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso.

Interveio a deputada jovem Luana Aguiar Pinto, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"A nossa lista participa nesta Assembleia Municipal jovem com o objetivo de contribuir para melhorar a qualidade de vida de jovens do nosso concelho. Acreditamos que a saúde mental é um tema essencial na sociedade atual e que deve ser tratado com atenção, sensibilidade e responsabilidade.
Foi com esse propósito que decidimos apresentar uma proposta simples, mas com potencial para fazer a diferença no dia-a-dia de muitos jovens, a nossa proposta tem como titulo "saúde mental em primeiro lugar" e apresenta como medida a criação WhatsApp jovem - linha de apoio psicológico anónimo.
No concelho da Póvoa de Lanhoso, tal como acontece em muitos outros locais, os jovens enfrentam desafios emocionais cada vez mais complexos. A pressão escolar, as redes sociais, a ansiedade em relação ao futuro e dificuldades pessoais que podem afetar significativamente o bem-estar psicológico.
Apesar de existirem serviço de apoio psicológico, muitos jovens sentem dificuldade em dar o primeiro passo para procurar ajuda. Em muitos casos, o receio de julgamento, a vergonha ou o simples facto de terem de marcar uma consulta presencial, torna esse processo mais difícil.
Assim, torna-se importante criar alternativas mais acessíveis, discretas e próximas da realidade dos jovens, que facilitem o primeiro contacto com o apoio psicológico. A nossa proposta consiste na criação de uma linha, WhatsApp jovem apoio psicológico anonimo. Esta linha funcionará através de um número oficial municipal, gratuito e disponível em horários após aulas, como, por exemplo, entre as quinze e as vinte e três horas. O serviço seria assegurado por psicólogos ou técnicos devidamente qualificados, preparados para ouvir, orientar e encaminhar os jovens quando necessário.
O principal objetivo desta linha não é substituir consultas presenciais, mas sim oferecer uma primeira escuta, permitindo que os jovens possam falar sobre as suas preocupações de forma simples, segura e sem julgamentos. Esta medida apresenta várias vantagens,

reduz barreiras no acesso ao apoio psicológico, facilitando o primeiro contacto, combate ao estigma associado à saúde mental, promovendo uma cultura de diálogo e apoio, oferece um canal discreto e acessível adaptado aos meios de comunicação que os jovens utilizam diariamente, tem baixo custo e implementação relativamente rápida para o município.

Muito jovens não procuram imediatamente uma consulta formal. Muitas vezes precisam apenas de alguém que os ouça, e essa primeira conversa pode ser fundamental para prevenir problemas mais graves no futuro, mais do que não ser mais do que um simples serviço, esta linha representaria uma porta de entrada para o apoio psicológico, criando um espaço seguro onde pedir ajuda, deixa de ser um obstáculo e passa a ser um gesto natural.

Acreditamos que investir na saúde mental dos nossos jovens é investir no nosso futuro do concelho, por isso, esperamos que esta proposta seja considerada e que possa contribuir para uma comunidade mais saudável, mais consistente e mais solidária.

Muito obrigada pela vossa atenção."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada municipal jovem, Margarida Cunha Sousa, em representação da EPAVE.

Interveio a deputada jovem, Margarida Cunha Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A nossa lista traz a esta Assembleia Municipal a proposta da criação do cartão municipal jovem desportivo, o que engloba não só a saúde física, mas também a saúde mental que é tão falada nas escolas, e instituições como o grande problema das futuras gerações.

Para resolvermos este grande problema, não basta só os apoio dos nossos psicólogos, precisamos também de cativar os nossos jovens para a prática de desporto, podendo assim promover a melhora da autoestima, conhecer pessoas novas, diminuindo a solidão e a exclusão e produzindo dopamina que a hormona da felicidade, esta hormona também é produzida pelo consumo de redes sociais, só que de forma negativa, levando ao isolamento dos jovens, por isso, achamos que a nossa ideia é ideal para a saúde mental e o bem-estar dos jovens.

Muitas vezes até temos vontade de entrar em ginásios ou clubes de futebol, voleibol, basquetebol, etc., mas não temos condições monetárias para tal. Então a nossa lista pensou, porque não criar um cartão municipal para jovens dos doze aos vinte cinco anos que permite obter descontos em ginásios, clubes e outras atividades físicas de concelho?

Com isto temos o objetivo de incentivar à prática regular de atividade física, reduzindo barreiras económicas e promovendo hábitos de vida saudáveis. Isto tudo com parcerias com entidades desportivas locais, descontos de 10 a 30% e cartão físico ou digital. Segundo a Organização Mundial da Saúde, muitos jovens não cumprem os níveis

recomendados de atividade física, o que afeta a saúde física e também a mental, no entanto, a sociedade continua a focar muito no que podem fazer para melhorar o bem-estar mental dos jovens e não nos problemas que afetam o seu psicológico e o seu físico, além de que nem sempre temos coragem de pedir ajuda e sabemos que criar um grupo com jovens apoiados psicologicamente quebraria totalmente o sigilo profissional, trazendo cada vez mais medo e desconforto para pedir ajuda.

A solução seria então o nosso cartão que iria impactar com jovens mais ativos, apoio aos clubes locais, a promoção da inclusão e da saúde e a diminuição da obesidade e da depressão. Deixamos ainda a mensagem que é essencial o bem-estar dos nossos jovens, para que possamos ter uma sociedade equilibrada e, sobretudo, saudável.

Mais do que ação, devemos apostar na prevenção. Obrigada."

Finda a apresentação das moções, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins, para comentar as mesmas.

Interveio a deputada, Carla Martins, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Em nome do CDS-PP, começo por cumprimentar todos os jovens que participaram nesta Assembleia Municipal jovem e felicitar os autores das moções hoje apresentadas.

A escolha do tema saúde mental e bem-estar demonstra sensibilidade para uma das maiores preocupações da sociedade atual. A ansiedade, a solidão, a pressão escolar e a influência das redes sociais, são desafios reais que afetam muitos jovens e que merecem a atenção de todos.

As propostas apresentadas, seguem caminhos diferentes, mas complementares. Uns apostam na sensibilização e na literacia emocional, outros na prática desportiva e outros ainda na facilitação do acesso ao apoio psicológico. Todas elas revelam preocupação com o presente e com o futuro da juventude do nosso concelho.

No entanto, importa também refletir sobre as causas destes problemas. A saúde mental não se protege apenas quando o problema já existe, protege-se através da prevenção, da valorização da família, do desporto, da cultura, do associativismo e da criação de oportunidades para que os jovens participem ativamente na comunidade.

Por isso, mais importante do que realizar iniciativas isoladas é garantir que as medidas tenham continuidade, sejam avaliadas e produzam resultados concretos na vida dos jovens.

O CDS-PP valoriza o empenho, a criatividade e o sentido de cidadania demonstrados por todos os participantes. Independentemente do sentido de voto de cada força política, o mais importante é que esta Assembleia continue a ser um espaço onde os jovens são ouvidos e onde as ideias possam contribuir para melhorar o nosso concelho.

Muito obrigada."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do grupo parlamentar (GP) do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Alguém virá aqui fazer uma intervenção de fundo. Eu vim apenas aqui para vos dizer, isto é democracia, e é bom, é bom que isto seja mais incentivado ainda, porque é assim que se faz democracia. Só vou fazer um comentário ou dois comentários a duas das propostas que vocês apresentaram e muito bem.

Vocês têm já hoje uma linha de apoio no Serviço Nacional de Saúde para o apoio psicológico, mas acho muito bem, mas isto a Câmara Municipal não tem competências em determinadas matérias, no que respeita à saúde, isto é bom que se estenda isto a protocolos, a Póvoa de Lanhoso tem um hospital, hoje de referência, referência, não é no concelho nem é no distrito é no país e ultrapassa o país e, portanto, um acordo com a Santa Casa da Misericórdia, eu acho que era bom.

O cartão jovem, só fazer uma correção, a idade jovem na União Europeia é até aos quarenta anos, em Portugal até aos trinta anos, vinte cinco anos parece-me pouco, mas acho muito bem a ideia, e agora seguirá outra intervenção. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, João Oliveira.

Interveio o deputado João Oliveira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Em nome do GP do PSD, eu quero mesmo começar por vos dirigir um profundo agradecimento. Digo-vos isto do fundo do coração, porque desde pequeno, eu, pelo menos posso falar, por experiencia própria, sempre vi os políticos como uma classe à parte, crescemos com aquelas anedotas, que são uns ladrões, que são uns mentirosos, essa história nunca me convenceu.

E se há alguém que pode mudar a política, sou eu e são vocês. É a nova geração, os jovens que podem mudar isto. Portanto, a política é feita de ideias, a política é feita de audácia e de proximidade, e com as vossas ideias, certamente podemos avançar.

Portanto, o WhatsApp jovem, o festival do bem-estar, o cartão municipal desportivo, as vossas propostas só provam que vocês são importantes para o concelho e só com os vossos contributos é que a nossa terra e o nosso país podem evoluir.

Portanto, continuem, precisamos da vossa energia, da vossa irreverência, da vossa sensibilidade. Continuem, a política é feita de palavras, é feita de ações, nunca se calem, vocês têm voz.

Em nome do grupo parlamentar do PSD, muito obrigado pelo vosso contributo e espero ver-vos aqui muitas vezes e sempre que quiserem. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"É com particular apreço que escutamos nesta Assembleia Municipal, os ilustres colegas, deputados municipais, jovens e é assim que são para o Partido Socialista, e a forma positiva como se apresentam, intervém e pensam o futuro do concelho.

Quero antes de mais salientar a postura exemplar demonstrada pelos alunos e alunas aqui presentes, num tempo em que tantas vezes se diz que os jovens se afastam da vida coletiva. Hoje vemos precisamente o contrário, temos jovens atentos, intervenientes, críticos, construtivos e profundamente comprometidos com a realidade que os rodeia. Isso merece ser reconhecido e valorizado.

As propostas que aqui foram apresentadas revelam muito mais do que vontade de participar, revelam sentido de responsabilidade, maturidade cívica e, sobretudo, uma atenção muito clara aos temas que verdadeiramente importam na vida dos jovens.

A saúde mental, o bem-estar emocional, o combate ao isolamento, a valorização da atividade física e a criação de respostas acessíveis e próximas, são temas atuais, sérios e urgentes. Importa sublinhar que estas intervenções não se limitaram a identificar problemas, foram mais longe, procuraram soluções.

Isto é particularmente importante, porque demonstra que estes jovens não se posicionam apenas como observadores das dificuldades, posicionam-se como parte ativa da resposta. Esta atitude é em si mesma, um sinal de grande qualidade humana e cívica.

Destaco ainda a forma como souberam apresentar as propostas, realistas ligadas ao quotidiano, seja através de um apoio psicológico mais acessível, de incentivos à prática desportiva ou de iniciativas de sensibilização e literacia emocional.

Fica claro que há aqui uma preocupação genuína em melhorar a vida dos seus pares e em contribuir para um concelho mais atento, mais humano e mais preparado para responder aos desafios do presente.

Por isso, em nome de quem valoriza a participação cívica e o futuro coletivo, deixo uma palavra de reconhecimento a todos os alunos envolvidos, aos docentes que os acompanham e às escolas que promovem este exercício democrático.

A Assembleia jovem mostra que a juventude da Póvoa de Lanhoso tem voz, tem ideias e tem sentido de serviço público e mostra também que, quando lhes é dada a oportunidade, os jovens respondem com seriedade, criatividade e compromisso.

Obrigado pelo exemplo de cidadania que deixaram nesta Assembleia."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A primeira palavra é mesmo de parabéns pela coragem, desde logo, porque eu olhava para vocês nesta sessão e na anterior sessão e imaginava que era no meu tempo, no meu tempo não havia essa oportunidade, mas o que seria no meu tempo ir a uma Assembleia Municipal Jovem, seria preciso mesmo um rasgo de coragem e de iniciativa e de força de vontade para poder ter a atitude que tiveram tanto na Assembleia Municipal jovem, como agora com esta responsabilidade de representar os vossos pares que vos elegeram na Assembleia Municipal jovem para estarem aqui hoje em sua representação.

Por isso, em primeiro lugar, é mesmo uma palavra de parabéns pela coragem à Maria José Machado, ao Ricardo Morais, à Luana Pinto e à Margarida Sousa.

Em segundo lugar, dizer-vos que nós temos vindo a fazer um trabalho desde 2024, quando digo nós, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, porque foi, de facto, em 2024 que, pela primeira vez, tivemos uma sessão de Assembleia Municipal jovem e, por isso também os parabéns, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que teve essa iniciativa há dois anos atrás, os parabéns àqueles que participaram durante estes anos, porque nos deram a oportunidade de podermos ir implementando precisamente iniciativas e medidas que foram sempre de encontro às propostas e às moções que foram apresentadas nesta Assembleia Municipal, nomeadamente a criação das brigadas ambientais jovens que foi proposto em 2024 e implementada em 2025, e a semana das literacias proposto em 2025 e implementado em 2026, que permitiu precisamente, podermos debater várias áreas que são do interesse da juventude nos dias que correm.

O tema da saúde mental é efetivamente um tema que está muito presente nos nossos dias. Ainda há poucos dias, o município subscreveu um acordo com uma entidade, uma instituição distrital, o Centro Social Vale do Homem, juntamente com quem vamos continuar a desenvolver um trabalho importante nesta área da saúde mental. O facto de podermos concentrar a nossa ação na saúde mental dos jovens, direcionada a ações concretas para os jovens é para nós também muito importante e já estamos a trabalhar desde o dia da Assembleia Municipal jovem para apresentar medidas muito brevemente e, por isso, eu peço a todos que se mantenham atentos, porque vamos ter muito brevemente pela mão da senhora vereadora Fátima Moreira, boas novidades nesta área em concreto.

Agradeço o vosso contributo, e encorajo-vos a continuarem a contribuir para o futuro da Póvoa de Lanhoso. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário as três moções apresentadas, separadamente, informou que as mesmas foram aprovadas por unanimidade, e despediu-se dos deputados municipais jovens agradecendo a participação dos mesmos e a colaboração dos diretores dos

agrupamentos de escolas e da EPAVE, dando por terminado o período das moções da Assembleia Municipal Jovem, pedindo um aplauso para os deputados municipais jovens.
Seguidamente, deu continuidade à sessão da Assembleia Municipal, passando ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), informou que estavam abertas as inscrições para as intervenções e concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Antes de abordar algumas preocupações que entendemos colocar nesta Assembleia, o CDS gostaria de felicitar a Confraria da Nossa Senhora do Pilar pelo trabalho que tem vindo a desenvolver na valorização do património religioso e cultural da nossa terra, bem como pelo contributo para o regresso da festa do Horto, preservando tradições que fazem parte da identidade da Póvoa de Lanhoso.
É também justo reconhecer o empenho de todos aqueles que, de forma voluntária, têm contribuído para a preservação e valorização deste importante património, demonstrando que a participação cívica continua a ser um exemplo de dedicação à nossa comunidade.
Mudando agora para uma preocupação que afeta o dia-a-dia dos povoenses, em anteriores assembleias, foi referido que a repintura das passadeiras da Rua 25 de Novembro não seria efetuada, atendendo às intervenções previstas na rede viária, verificando-se agora que as obras em curso incidem na Avenida Dr. Avelino Pereira de Carvalho e não na Rua 25 de Novembro, gostaríamos de saber se o executivo prevê proceder à repintura da sinalização horizontal naquela via, por se tratar de uma questão de segurança para peões e automobilistas.
Por último, o CDS não pode deixar de manifestar a sua preocupação com a fase decisiva da execução dos projetos financiados pelo plano de recuperação e resiliência, à medida que se aproxima o final dos prazos de execução, os povoenses esperam que os investimentos previstos para o nosso concelho sejam concretizados com sucesso, dentro dos prazos estabelecidos e sem comprometer o equilíbrio financeiro do município.
O CDS-PP continuará a acompanhar este processo com atenção, por considerar que dele depende uma parte importante do desenvolvimento do futuro da Póvoa de Lanhoso. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Nuno Aguilar.

Interveio o deputado Nuno Aguilar, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Não posso deixar antes de começar aqui a partilhar convosco assuntos do período antes da ordem do dia, de vos dizer duas coisas. É com imenso orgulho que participo numa assembleia que é descentralizada, estarmos em Covelas, estarmos no concelho da Póvoa de Lanhoso, fora dos Paços do concelho ou do Theatro Club, é uma honra, é um dever desta Assembleia, é um dever do poder autárquico, por isso, estarmos próximos da população não pode só ser apenas um slogan de campanha, por isso, muito obrigado senhor Presidente da Assembleia, pelo esforço, muito obrigado aos colegas que ajudam a tornar isto realidade. Muito obrigado pela descentralização das assembleias municipais.

Segundo o facto de ter visto aqui colegas deputados da Assembleia Municipal de tenra idade, gente nova, mas com vontade, com ideias e, sobretudo, com o à vontade já de vir aqui trazer as vontades do que serão os futuros povoenses. Muito obrigado também às escolas que assim promoveram e a quem o permitiu que isso acontecesse.

Mas eu trago-vos cá hoje, no período antes da ordem do dia, um conjunto de reflexões, dado que dizem-me na interpretação da lei que o período antes da ordem do dia não pode ser feito para questionarmos nem o executivo, nem o Presidente da Assembleia Municipal, por isso, trago aqui um conjunto de reflexões, a primeira reflexão que vos trago é sobre o IMI, povoenses o IMI subiu, aqueles que não sabem, vão senti-lo brevemente quando tiverem que pagar este imposto municipal. Nós este ano vamos pagar 0.34 contra os 0.30 que pagávamos anteriormente. Isto quer dizer que o município da Póvoa de Lanhoso, dizíamos nós, dizia ali o meu companheiro Luís Artur em dezembro passado, que os cofres do município vão ficar mais recheados, mais ricos, com mais disponibilidade em quase setecentos e cinquenta mil euros, fruto deste aumento pago por cada um de nós, fruto do aumento do IMI de 0.30 para 0.34.

Senhor Presidente não é uma pergunta, mas é uma afirmação, é uma responsabilidade acrescida, ter mais setecentos e cinquenta mil euros no seu orçamento. Recordo-lhe que municípios aqui vizinhos, como Amares, Terras de Bouro, Vieira, Vila Verde, Esposende, Fafe, Celorico ao Cabeceiras estão com 0.30. O município de Vizela é que está com 0.35, esse acima do que nós temos. É uma realidade que me faz perguntar, onde é que estão as políticas para cativar as pessoas, a vinda das pessoas? Como é que vamos promover os jovens, a presença dos jovens no nosso concelho? Temos que refletir e temos que arrepiar caminho, porque enriquecer os cofres a qualquer preço, mas depois esse enriquecimento não ter resultados práticos, cria-me muitas, mas muitas duvidas.

Ainda no âmbito da fiscalidade, vocês devem saber que também foi aprovado em dezembro passado, a cobrança da derrama às empresas, estão agora a acontecer e as empresas estão agora a sentir isso no seu dia-a-dia também nessa derrama que antes era zero e agora é 1,2% dos seus resultados, é sem dúvida, um momento de afastamento do investimento na Póvoa de Lanhoso.

Deixo-lhe duas afirmações, já se verifica uma redução do número de empresas a instalar-se no concelho da Póvoa Lanhoso. É um alerta, é um alerta. Por outro lado, como a

gestão tem que ser criteriosa e muito atenta, temos que começar a tirar conclusões do que está a acontecer com o que arrecadamos dessa derrama serão, na altura o Luís Artur fazia umas contas, cerca de trezentos e cinquenta a quatrocentos mil euros. Vamos aumentar o orçamento da Câmara da Póvoa de Lanhoso em mais de um milhão de euros. Isso quer dizer que a Câmara da Póvoa de Lanhoso terá que ter a tensão, terá que ter a boa eficácia de execução de mais de um milhão de euros. É uma responsabilidade, porque os povoenses pagam, os povoenses querem receber de volta o esforço que estão a ter.

Relativamente à derrama é também, foi dito por todos os partidos, pelo CDS, pelo PSD pelo Chega, por acaso eu hoje não vejo o Chega, mas deve estar de férias, alguém dizia, todos nós dizíamos, o PS também, nós queremos atrair pessoas, nós queremos atrair investimento, nós queremos atrair empresas, não é assim que vamo-nos tornar mais competitivos, primeiro, temos que trazer para cá esse investimento.

O segundo aspeto, ou terceiro aspeto depois da fiscalidade, venho repetir o assunto PDM, é um assunto que me preocupa de sobremaneira e preocupa-me de sobremaneira, porque o PDM que define as grandes linhas de desenvolvimento e crescimento do concelho, é o PDM que nos vai definir as metas a médio e a longo prazo de gestão do concelho.

O PDM está a ser feito com muitas reuniões, diziam em abril passado na reunião de câmara, depois de ser até um bocadinho de deselegante o senhor Presidente, eu vou-lhe dizer um bocadinho deselegante por cortesia, dizia-me o senhor não percebe nada disto, só demonstra ignorância, enfim, cada um fica com a sapiência que julga ter e quando alguém julga ter muita sapiência, pode está perto de exatamente o contrário, mas não vamos discutir isso, aquilo que lhe vou dizer é que o PDM tem sido desenvolvido num secretismo de reuniões, num secretismo de atitudes e de coisas difíceis, ele é a CCDR-N ele é a Comissão de não sei quantos, efetivamente não acontece, muito provavelmente, mais tarde ou mais cedo, o executivo virá aqui dizer não, isso é do passado, mas meus caros, o passado foi lá atrás, o atual passado é do atual executivo, os senhores já estão há um ano neste mandato e já estão com outro mandato executado, por isso, essa narrativa de que o passado, o bicho papão daqueles homens e mulheres que do PSD nada faziam, meus caros, haja decoro.

O passado, ficou lá atrás, hoje estamos a falar do que o PS não tem feito no presente, nada faz para o futuro e se desresponsabiliza do seu passado, por isso, temos que ter atenção que o PDM é o modelo económico que queremos, o PDM é quem vai atrair o investimento, ou definir como vamos atrair o investimento, como vamos fixar os jovens, como vamos fixar os jovens, que papel é que terão indústria, como é que vamos gerir o nosso território com uma linha de alta de velocidade aqui bem próxima no âmbito da ferrovia?

Enfim, nós precisamos urgentemente de saber quando é que vamos ter um PDM aprovado, não nos respondam, não nos atirem para reuniões intermináveis. A

responsabilidade é do município e essa responsabilidade tem sido descartada com a responsabilidade do passado, do passado lá de trás, não do passado de há um ano, do passado de há três, quatro anos que a responsabilidade é do Partido Socialista. É a forma como temos visto a gestão municipal e no âmbito da gestão municipal, temos também visto obras no âmbito da mescla entre as Infraestruturas de Portugal e o município. Eu tenho ouvido alguns comentários, dizendo que as obras nas estradas nacionais têm sido da responsabilidade do município, o que, como todos devem saber.

Relativamente aos arruamentos, nós temos visto várias obras das estradas nacionais terem sido comunicadas com a mescla de obras do município e obras das estradas nacionais. É ele o alargamento da curva do pilar, é ele a repavimentação da nacional 205, é ele de diversas repavimentações que por aí acontecem, que depois surge aquilo que a Carla dizia, e onde é que está o resto? É preciso termos cuidado com isto, porque desde as pinturas das passadeiras, até à conveniência que uma boa gestão nos deve trazer, que é, porquê repavimentar esta e não aquela? Porquê avançar com esta modernização do alargamento e reperfilamento da curva do pilar? Com certeza que houve critérios de segurança rodoviária, com certeza que houve critérios de avaliação de degradação do pavimento e até o volume de tráfego e da população servida, ou até a relevância económica dessas ligações.

Ao município, ao Partido Socialista, à bancada do Partido Socialista, onde estão muitas pessoas que conheço pessoalmente e onde reconheço qualidade e sobretudo, um amor pela nossa terra que é de todos nós, estamos aqui todos imbuídos no mesmo princípio, que ajudemos o município a não entrar em desvarios, de fazer apenas e só por uma fotografia ou de fazer só para que tenha um post no Facebook mais apelativo.

Devemos fazer obras e não se esqueçam que a câmara faz obras com o dinheiro de nós todos, quer seja ele pelo IMI, quer seja ele pela derrama, quer seja ele pelas transferências do Estado. A câmara gere dinheiro que nós todos lá depositamos, e por isso ver o dinheiro utilizado sem critério, é o motivo para que todos os que estão aqui presentes, com responsabilidades políticas ou não, estejamos atentos para que isso aconteça. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Senhor Presidente da Junta de Covelas, Filipe Sousa, obrigado por nos receber aqui, estamos em sua casa e somos sempre bem acolhidos em Covelas. Eu acho que é uma satisfação para toda a gente, quando o senhor Presidente da Assembleia Municipal nos diz que vimos a Covelas, portanto, obrigado por nos receber pela forma como nos recebe.

Eu a ouvir, isto é só uma brincadeira, senhor deputado Nuno Aguilar, não se chateie já, mas eu a ouvi-lo aqui a falar das obras, eu acho que devíamos refazer, voltar atrás no tempo e voltar a votar as obras que votamos em dezembro e aquelas obras que os senhores chumbaram, quem vem aqui defender as obras.

Eu registo essa mudança de atitude do PSD, afinal as obras são importantes e, afinal, nós estávamos certos em dezembro, foi pena foi terem votado tarde. Há sempre tempo, nós havemos de ter mais orçamentos e onde ter a oportunidade para as votar.

Oito meses de mandato e é com preocupação que constatamos que o ambiente registado na Assembleia, e verificámos isso nas últimas assembleias, não incluo esta, não evoluiu no sentido de elevação do debate democrático, pelo contrário, assistimos a uma degradação progressiva da postura adotada do PSD, aquilo que deveria ser um espaço de discussão séria, esclarecida, respeitosa, tem sido demasiadas vezes marcada por uma atitude truculenta, pouco cordial e orientada para o confronto. Esta forma de estar não dignifica a Assembleia nem serve os interesses da Póvoa de Lanhoso.

Importa também recordar que o uso da palavra pelos senhores vereadores na Assembleia não é um direito absoluto, é sim uma faculdade que tem sido permitida pela maioria da Assembleia que é do partido Socialista, e essa permissão tem como pressuposto, e teve como pressuposto, contribuir para o esclarecimento dos assuntos em debate.

Infelizmente, o que temos verificado é o contrário. As intervenções dos vereadores do PSD têm sido utilizadas, não para acrescentar valor ao debate político, mas para prolongar artificialmente o tempo de intervenção, muitas vezes sem qualquer conteúdo relevante. Mais grave ainda em momentos como a Assembleia de fevereiro, esse espaço foi usado para tentativas claras de descredibilização e diminuição da bancada do Partido Socialista.

A isto soma-se uma constante falta de respeito quando os eleitos do Partido Socialista, usam da palavra com interrupções e atitudes que não se coadunam com o funcionamento democrático da Assembleia.

Perante este quadro e com sentido de responsabilidade, a bancada do Partido Socialista informa que, enquanto se mantiver esta postura por parte do PSD e dos seus vereadores, não autorizará o uso da palavra pelos mesmos nesta Assembleia. E não estou, não estamos a inventar nada, nem a fazer nada que não tenha sido feito no passado. Enquanto essa mudança não acontecer, os vereadores do PSD usarão da palavra na Assembleia se e só quando o senhor Presidente da Câmara autorizar, sendo o plenário chamado a decidir o Partido Socialista pelos motivos apresentados, chumbará todo e qualquer pedido para usarem da palavra.

Senhores deputados, fica esta nota para futuro, e agora cada um agora saibamos todos analisar o nosso comportamento, a bancada está aberta a reavaliar o quer que seja.

A forma como se tem e mais uma vez, vimos aqui ouvir falar permanentemente do passado. O passado, o passado, o passado, como se o passado, enfim, não existisse. A

forma como se tem tratado o assunto da Braval é um bom exemplo do que não podemos aceitar na vida política. Dizer-se hoje o contrário do que se defendeu ontem como que se ninguém se recordasse e como que se os documentos não existissem. Em 2019 o PSD foi muito claro, defendeu a Braval como uma solução de continuidade, um saber fazer, a necessidade de garantir o serviço à população, valorizou a localidade da sede na Póvoa de Lanhoso, votou favoravelmente a criação da nova empresa. O PSD deu mais vinte anos, à BRAVAL em 2019. Sim, foi o PSD que permitiu e foi aquela votação naquela assembleia que permitiu e o PSD tinha maioria, que permitiu a continuidade do aterro.

Hoje, o discurso é outro, já não se fala em continuidade, em estabilidade, fala-se em discussão pública em responsabilidade institucional, em estudos de impacto ambiental atualizados, em fragilidades hidrogeológicas que existiam e 98, mas que também eram conhecidas em 2019, portanto, e na altura não contaram, hoje contam, portanto, afinal, onde é que estava a honestidade do PSD a validar a continuidade da Braval na Assembleia de 2019? Os riscos de ontem são os mesmos riscos de hoje. Afinal, em 2019, o PSD estava convicto que a solução era boa para o concelho ou agora pretende reescrever a própria história política? E isso não é um detalhe, é uma questão de coerência, porque uma coisa é acompanhar o processo com prudência, outra muito diferente é ter defendido entusiasticamente uma solução quando ela servia um determinado enquadramento político, e anos depois apresentasse como se sempre tivesse estado na trincheira da cautela e da reserva. Convém também não esquecer que em 2019, o argumento central do PSD foi a Braval tinha condições de continuidade, tinha estrutura, tinha capital privado, tinha interesse estratégico na Póvoa de Lanhoso e devia manter a sede no concelho.

Hoje faz crer que a sua postura sempre foi de suspeição técnica e exigência ambiental, não foi isso que ficou registado, o que ficou registado foi o apoio, a defesa e o voto favorável.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, em 2019, o PSD aprovou a Braval com, e porque estamos numa freguesia que sente muito a Braval, aprovou a Braval e a continuidade na Braval com base num negócio de doze mil euros. A pergunta que lhe coloco, senhor Presidente da Câmara, quando chegaram à Câmara Municipal, encontrou algum suporte, algum documento que suporte esta informação?"

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Dar uma palavra inicial de agradecimento à Junta de Freguesia de Covelas, ao senhor Presidente de junta, Filipe, por nos receber neste espaço. É verdade que Covelas recebe sempre muito bem. Nós já viemos cá mais vezes também em reuniões da Câmara

Municipal e esta prática de reuniões descentralizadas da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal que se iniciou no mandato anterior, merece aos dias de hoje uma referência positiva, transversal. O que me parece que denota o consenso que existe em torno da política de proximidade que tem vindo a desenvolver este executivo e esta Mesa da Assembleia Municipal.

Começando por responder ao Joaquim Armando. Eu penso que esse acordo, esse valor, de doze mil euros não esteja documentado, pelo menos que seja do meu conhecimento, não está documentado, mas eu vou solicitar aos serviços da Câmara Municipal que façam esse trabalho e que nos informem a todos.

A deputada Carla Góis fez duas referências com base em duas preocupações, a primeira relativamente às passadeiras da Rua 25 de Novembro, está prevista ainda uma intervenção nessa rua, portanto, aquilo que ainda não foi feito ainda vai ser feito, vamos todos aguardar um pouco mais para que se possa verificar a intervenção e a resolução dessa necessidade.

Relativamente aos projetos do PRR e a preocupação que manifesta, essa preocupação é transversal a todo o país, a todos os municípios, a todas as instituições que têm financiamentos PRR, nomeadamente as IPSS's que têm várias obras em curso e vários investimentos em todo o país, que precisam também de algum tipo de garantia relativamente à continuidade desses investimentos. Mas no que diz respeito ao município da Póvoa de Lanhoso, eu quero dar-lhe o exemplo daquilo que foi ainda muito recentemente deliberado com o nosso acordo, deliberado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, pela mão do Dr. Pedro Pimpão, que é Presidente de Câmara, também e lidera a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que fez chegar um ofício ao Governo, nomeadamente ao senhor Primeiro-Ministro, dando-lhe nota precisamente da necessidade de todos podermos ter algum tipo de vislumbro daquilo que poderá ser a solução alternativa que é inevitavelmente necessário, porque todos sabemos que há centenas de investimentos do PRR que estão em curso e que não vão ser concluídos dentro do prazo que está programado. Isso não é nada de inovador, nem é nada que se circunscreva só à Póvoa de Lanhoso, portanto, essa iniciativa tem dias, tem talvez uma semana e daí também resultou as declarações do senhor Primeiro-Ministro que alguns de nós certamente teremos acompanhado, dizendo que estará para breve o anúncio da solução, ou das soluções que irão configurar, digamos assim, o caminho a seguir a partir da data do fim do plano de recuperação e resiliência.

Paralelamente a isso também o próprio ministro da Coesão Territorial, Castro Almeida, já teve declarações públicas, afirmando que não será desperdiçado nenhum cêntimo do PRR e o que indicia que uma das duas coisas acontecerá. Ou a garantia de capitalização dos investimentos que estão em curso via PRR e via alargamento dos prazos, o que é menos provável, provavelmente ou antecipação de fundos que é aquilo que tem sido discutido e defendido pela Associação Nacional de Municípios. Em contrapartida, será encontrada uma solução da qual seremos também beneficiários, nomeadamente na

área da habitação, no investimento que está a ser levado a cabo no Bobeiro na freguesia de Fontarcada e relativamente ao investimento importante que estamos a fazer na nova Loja do Cidadão da Póvoa de Lanhoso e sim projetos, vou citar a senhora deputada, projetos importantes para o desenvolvimento do futuro da Póvoa de Lanhoso, exatamente, estamos de acordo.

O deputado Nuno Aguilar fez, começou por fazer reflexões, depois passou para as questões, portanto, fiquei sem perceber se veio aqui fazer reflexões ou se quer mesmo que lhe responda a questões, mas eu como não gosto que ninguém tenha dúvidas, vou tentar elucida-lo, com a certeza que é difícil também elucidar pessoas que recorrentemente têm respostas, mas que recorrentemente colocam as mesmas questões. A questão é que colocando as mesmas questões em fóruns diferentes e em momentos diferentes, com espectadores diferentes, naturalmente, senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal tem de repetir respostas que já deu em momentos anteriores e peço, desde já, desculpa por isso, mas é de certa forma inevitável.

Relativamente ao IMI e à derrama, refere um valor superior a um milhão de euros. É verdade, eu já o disse várias vezes, vou aqui repeti-lo. É verdade que o município vai levar a cabo durante estes quatro anos, um investimento de mais de vinte e quatro milhões de euros com financiamento do Portugal 2030 e com financiamento do PRR, investimento esse que requer do município a devida comparticipação, seja através de fundos próprios, seja através da obtenção de financiamento que foi coisa que também já fizemos, já aqui foi espelhado várias vezes, portanto, sim, faz parte da nossa estratégia levar a cabo um investimento significativo e extraordinário que permita, como dizia a senhora deputada Carla Góis, que importantes projetos sejam desenvolvidos para garantia do futuro da Póvoa de Lanhoso.

É isso que estamos a fazer, precisamos de mais meios, precisamos, assumimos isso sem nenhum tipo de complexo, aliás, não há ninguém que faça omeletes sem ovos, portanto, sim, nós precisamos desse esforço em 2026 e vamos medir o esforço que é necessário levar a cabo nos três anos seguintes. Ora, o que é especialmente relevante em relação à obtenção de receita é que esta anterior maioria na Assembleia Municipal, não é esta, a anterior maioria na Assembleia Municipal entre vinte e um e vinte cinco, que tinha maioria precisamente do Partido Social Democrata esmagou a taxa de IMI em final de 2021, com incidência em 2022, que se manteve em 2023, 2024 e 2025 nos mínimos, esmagou chumbando a primeira proposta que cá trouxemos no final do ano 2021, estávamos em funções há dois meses, isto poderia parecer até benevolente ou interessante do ponto de vista do munícipe, se quiserem colocar as coisas nestes termos, mas aquilo que é relevante, nós aqui analisarmos e o senhor deputado não quer falar do passado, porque o passado não lhe convém, é não precisa de fazer essa cara, não quer falar do passado, porque entre 2005 e 2021, nesses dezasseis anos que o partido social-democrata esteve no poder, em funções executivas na Póvoa de Lanhoso, sabe quantos

anos, alguém aqui quer adivinhar quantos anos o IMI esteve no mínimo, durante esses dezasseis anos? Zero anos, nunca esteve no mínimo, a taxa de IMI nunca esteve no seu valor mínimo entre 2005 e 2021, esteve sempre num valor acima do mínimo. O que é que faz o PSD quando chegou à oposição, embora mantendo maioria na Assembleia Municipal? Esmaga o IMI para o mínimo no ano de 2022, que foi o nosso primeiro ano de mandato no mandato anterior, portanto, aquilo que nós fizemos sim, e assumimos essa decisão. Aquilo que fizemos foi normalizar a taxa de IMI no concelho da Póvoa de Lanhoso, porque não basta fazer uma análise de cinco anos, faça uma análise de vinte, e analisem ao longo desses vinte anos, a variação da taxa de IMI e chegarão à conclusão que hoje a Póvoa de Lanhoso tem uma taxa de IMI à altura daquilo que foi a média desses vinte anos. Apesar de termos tido os nossos primeiros quatro anos condicionados pela maioria PSD que estava então eleita nesta Assembleia Municipal, portanto, aquilo que nós fizemos foi normalizar a taxa de IMI para que tínhamos um contributo suplementar para levar a cabo um investimento absolutamente extraordinário durante estes quatro anos.

E isso é estratégia também, quando há quem nos acuse de não termos estratégia, tanto temos estratégia como temos visão, como temos um plano para estes quatro anos. Eu bem sei que o senhor deputado, daqui a uns meses vai voltar a fazer a mesma pergunta, estaremos noutra Assembleia Municipal e voltarei a esclarecer as pessoas, estão aqui pessoas que estão pela primeira vez a ouvir falar neste assunto e merecem saber a história. Depois, cada um tira as suas conclusões, mas merecem saber as razões pelas quais as decisões são tomadas.

Depois temos o tema do PDM. Bom, eu não percebi grande parte daquilo que o senhor aqui disse. Falou em secretismos, falou em reuniões, falou, olhe, sabem em que é que eu traduzo tudo aquilo que o senhor disse? Não compreendendo quase nada daquilo que o senhor disse, eu traduzo em trabalho. Sim, temos trabalhado muito no plano diretor municipal e na sua revisão e é por isso que temos a segunda reunião da Comissão alargada no próximo dia três de julho, onde estará presente o senhor vereador em nome do município da Póvoa de Lanhoso, na esperança e na expectativa de conseguirmos assegurar aquilo que eu já aqui também pronunciei várias vezes num passado recente, que é podermos ter na segunda Comissão alargada a aprovação do documento para ele poder ser discutido em discussão pública durante o verão deste ano. É esse o nosso objetivo e mantemos esse plano, portanto, se essa reunião do dia três de julho correr como nós esperamos, a discussão pública ocorrerá ainda durante o verão de 2026 e sim, estamos a dar passos em frente.

Esses passos não dependem só do município e esses não dependem só da vontade do executivo e esses passos dependem de vinte entidades diferentes que fazem parte da Comissão alargada com as quais nós temos que nos entender, e isso faz-se sim, com reuniões, com trabalho, com debate, com acordo, com negociação, com uma série de questões que são fundamentais para podermos ter um documento pensado em função

do futuro que queremos para o concelho. É verdade, a olhar para o território, nisso estamos de acordo, a olhar para o território em função da nossa visão estratégica e do desenvolvimento que queremos que seja assegurado nos próximos anos na Póvoa de Lanhoso. Sim, portanto, não há secretismo nenhum essa ideia de que há alguma coisa de estranho, nem sei o que é que isso quer dizer, secreto ou escondido, aqui ninguém esconde nada, nós estamos a fazer o nosso trabalho de forma normal e o senhor não quer falar do passado, faz logo o pré-anúncio que não quer falar do passado, porque sabe que o passado é prejudicial ao trabalho que não foi feito até 2021 na área do plano diretor municipal. É verdade, já o disse várias vezes pode voltar a falar nesse assunto as vezes que quiser que eu cá virei explicar aquilo que são os factos e o que é a verdade. Depois a sua visão e a sua verdade e as matérias de opinião eu não as vou discutir, isso é um problema seu.

A gestão municipal e o tema da estrada Nacional 205, o senhor fala de uma mescla, eu não sei que mescla é que possa existir, ainda bem, que produzimos um vídeo que está nas redes sociais e que pode ser consultado por qualquer pessoa, em qualquer momento. Um vídeo que é totalmente claro relativamente às responsabilidades do município e às responsabilidades das Infraestruturas de Portugal, e aqui deixe-me dizer-lhe uma coisa, nós não precisamos dos louros que não são nossos, e esse vídeo espelha isso também, eu digo com toda a clareza nessa produção que essa obra é uma obra da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Nós não precisamos desses louros, não são nossos e, portanto, e a verdade tem sempre um só caminho.

Aquela obra é uma obra lançada, gerida pelas infraestruturas Portugal, o diálogo com o município não é a primeira vez que eu digo já o disse dezenas de vezes, o senhor é que vai sofrendo de algum esquecimento, portanto, o diálogo com o município permitiu que nós resolvêssemos, já vou enumerá-los, que nós resolvêssemos problemas que existiam há muitos anos, portanto, quando o senhor fala do critério que existe ou não, para levar a cabo determinadas intervenções e determinadas obras que sim, são da responsabilidade do município, provavelmente aquilo que quererá dizer, pelo menos, é a minha interpretação, é que o corte da curva do lenço das três pontas não era uma coisa prioritária, não era necessário, deve ser isso, que quer dizer, estamos em desacordo, estamos em desacordo, porque, na minha opinião, passo ali há muitos anos, aquele ponto em concreto, há décadas que necessitava de uma intervenção que permitisse fluir na estrada nacional com outra segurança. Se o município não tivesse negociado com as infraestruturas de Portugal sim, o piso teria sido corrigido, porque essa empreitada das infraestruturas de Portugal, mas a plataforma continuava exatamente da mesma forma. Foi o município que negociou, foi a IP que concordou, porque podia não ter concordado, mas concordou e o município executou uma obra que eu entendo que é importante, não é esse o seu entendimento, tem todo o direito de pensar o contrário.

Aquilo que chamou a curda do pilar, não é a curva do pilar, é a curva do Horto, provavelmente é isso, portanto, a curva do Horto há muitos anos, também, penso que

estaremos todos de acordo, há muitos anos, nós passámos ali muitas vezes e quando passamos muitas vezes em determinado local, vamos ficando imunes às características do local e às dificuldades de acesso e aquilo que condiciona a principal entrada da ainda vila do concelho da Póvoa de Lanhoso. A intervenção que ali levamos a cabo é uma intervenção que não só confere mais segurança a quem precisa transitar naquela estrada, naturalmente, do ponto de vista da apresentação da principal entrada do concelho, deixámos de ter um afunilamento numa curva que era perigosa e que davam uma imagem bastante diferente daquela que temos hoje e isso é eu ia dizer que isso é unânime, já percebi que não, mas é quase unânime e basta ouvir as pessoas lá fora, coisa que o senhor deve fazer pouco, porque senão não vinha, fazer aqui intervenções, mas esteja à vontade em relação às suas opiniões, porque mais uma vez, é matéria de opinião.

Nós chegámos a acordo com as infraestruturas de Portugal para resolver o problema da curva do lenço das três pontas, para resolver o problema da curva do Horto, para resolver o problema da entrada do parque industrial de Fontarcada, para resolver o problema grave do cruzamento do Entroncamento na freguesia do cruzamento Ralde, naquele entroncamento na freguesia de Taíde, um problema muito grave, que tinha muitos anos e que se nós não tivéssemos agora negociado com as infraestruturas de Portugal ficaria exatamente igual por razões, essencialmente, não estéticas, por razões de segurança para quem transita nessa estrada, portanto, sim, eu tenho muito orgulho no trabalho que nós temos feito nas reuniões, tanto com a CCDR-N no que respeita ao PDM, como nas reuniões que tivemos com a IP para resolver estes problemas e há determinadas questões, eu estava agora a falar de Ralde e a olhar para a senhora Presidente de Junta de Travassos, a olhar para o representante da Junta de Freguesia de Sobradelo da Goma, a olhar para a representante da Junta de Freguesia de Esperança e Brunhais, a olhar para o senhor Presidente de junta de Taíde, eles sabem que há muitos anos este problema era, de facto, um problema muito sério, e muitas vezes, os munícipes falaram sobre isto ao longo destes anos. Sim, porque eu já fui candidato à Câmara Municipal quatro vezes, eu vi muitas vezes queixas dos munícipes em relação a este tipo de matérias.

Aquilo que nós estamos a fazer é resolver problemas que são muito antigos, não foram resolvidos no passado. Eu sei, o senhor não quer falar do passado, vamos falar do presente, mas vamos sobretudo falar de futuro, que é esse o nosso trabalho, o trabalho que nós temos feito, é um trabalho que tem muito mais a ver com o futuro do que com determinado passado que o senhor não consegue esquecer. E em relação ao qual até parece que está meio traumatizado. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Domingos Silva.

Interveio o deputado Domingos Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Naturalmente que a minha intervenção é para felicitar e dar os parabéns a todos os campeões da Póvoa de Lanhoso, mas quero, naturalmente, dar os parabéns ao Maria da Fonte. O Maria da Fonte conseguiu êxitos fantásticos este ano, comemorando também os seus cem anos e a caminho dos cento e um no próximo dia 13 de julho, completa 101 anos, e que ano fantástico teve o Maria. Foi na pesca, foi no basquete, foi em outras modalidades também, e no futebol, o Maria da Fonte está, de facto, de parabéns.

Quero dar os parabéns à massa associativa do Maria da Fonte, aos parceiros que apoiam o Maria da Fonte, a todos os órgãos sociais que lideram o Maria da Fonte, e acima de tudo também aos jogadores, equipa técnica e todos os colaboradores do Sport Clube Maria da Fonte.

Por isso um bem-haja ao Maria. Espero que na próxima época, que é uma época muito competitiva e muito difícil, possamos também, pelo menos mantermo-nos no Campeonato de Portugal, que é um grande objetivo.

Aproveito para desejar a todos os senhores deputados, à Câmara Municipal e também ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e à Mesa, umas excelentes férias. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Só uma ressalva, em relação às marcas rodoviárias, há sempre uma solução, pintar marcas de caráter temporário, protegendo assim os utilizadores mais vulneráveis do sistema rodoviário, que é o peão.

Já agora dizer para quando é que pretende fazer mesmo as pinturas, porque esta questão já se vem alargando há muito tempo, o senhor não dá uma data definitiva."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Peço permissão à senhora deputada Sónia Fernandes, ela não está aqui, mas vai-ma dar certamente, e vou passar a citar, mais ou menos, que era fruto daquilo que toda a gente viu aqueles vídeos de pedido de intervenção dela na Assembleia da República, ao senhor Ministro Pinto Luz e dizia mais ou menos assim, como filha da Terra natural da Póvoa de Lanhoso, trago junto de vossas excelências, uma infraestrutura que é

absolutamente vital para a nossa região, a Via Circular urbana da Póvoa de Lanhoso. Esta obra, como o senhor Ministro bem sabe, assume um caráter estratégico incalculável, pois ela é o pilar estrutural para a mobilidade, para a afixação das pessoas, para o desenvolvimento económico e empresarial do nosso concelho, sucede que na última sessão ordinária da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, o senhor Presidente da Câmara partilhou com o plenário que a IP conta com a necessidade de ter o Orçamento de Estado a financiar este investimento, a legítima expectativa dos povoenses e dos agentes económicos da Póvoa de Lanhoso foi elevada como bem se compreende a face de tais afirmações. Por isso, pergunto-lhe muito diretamente senhor Ministro, se assim é, qual é o ponto da situação atual do processo da Via Circular urbana da Póvoa de Lanhoso e que prazos e passos concretos prevê o Governo dar para garantir uma rápida execução desta obra tão desejável e essencial para nós povoenses?

São palavras da senhora deputada Sónia Fernandes, eu penso que não fugi àquilo que a senhora deputada disse, há momentos em política em que a palavra dada vale mais do que qualquer estratégia de ocasião e é precisamente por isso que a contradição que resulta da abordagem da via circular merece ser tratada e merece ser denunciada. No compromisso eleitoral a coligação "Juntos pela nossa Terra", PSD e CDS, desvalorizou a via circular, apresentando-a como uma ideia mal estudada, lançada à pressa, sem base técnica séria, contudo, quando a deputada Sónia Fernandes questiona o senhor Ministro Pinto Luz a 20 de maio sobre a mesma obra, já descrevia, como vimos como absolutamente vital, como um pilar estrutural da mobilidade e do desenvolvimento económico do concelho.

A pergunta impõe-se, afinal, em que é que acreditam? Na campanha rejeitam e falam de um anel circular que ninguém conseguiu perceber o que era, hoje defende-se a via circular. Não se trata de evolução de pensamento, trata-se de uma inversão conveniente, trata-se de cata-vento político. Os povoenses não precisam de dirigentes que sopram por onde sopra a conveniência, precisam de dirigentes com coerência, com seriedade e coragem para assumir os erros, e quando um partido desqualifica uma obra para capitalizar politicamente e depois abraça a mesma como se sempre a tivesse defendido, está a faltar ao respeito, não apenas à verdade, mas também aos eleitores que os escutaram e confiaram.

Por isso, o PSD deve assumir esta contradição perante os seus eleitores. Devem explicar, por que razão aquilo que era apresentado como mau, precipitado e sem credibilidade, passou, de repente a ser indispensável e se quiser preservar um mínimo de dignidade política, deve pedir desculpa aos eleitores do PSD, em primeiro lugar, porque acreditaram num discurso que foi desmentido pelas próprias palavras da deputada Sónia Fernandes.

Eu parto do princípio que a senhora deputada, enfim, estaria consciente, estava certamente consciente do que estava a perguntar, deve pedir desculpas ao partido Socialista, porque os vossos comentários nas redes sociais só serviram para insultar o

partido que acreditou na realização da mesma, deve pedir desculpas ao executivo por, apesar de todas as críticas ter mantido e acreditado num projeto que é fundamental para o desenvolvimento da Póvoa de Lanhoso, a política local exige memória, responsabilidade e honestidade.
A pergunta que se impõe é simples ou o PSD desmente a deputada Sónia Fernandes, ou diz se aceita ou não a Via Circular."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Nuno Aguilar.

Interveio o deputado Nuno Aguilar, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Diga Novais, está com problemas? Diga, não se acanhe, porque connosco ninguém se acanha de falar, faz favor de falar.
Peço desculpa por uma abordagem eventualmente menos adequada. Vamos só que a falta de tempo e por falta de possibilidade de esclarecer outros assuntos, dizer ao senhor Presidente de Câmara que aquilo que nós pedimos ao executivo não é que faça omeletes sem ovos é que não estrague ovos, e quando alguém diz que não tem ovos depois de arrecadar nos cofres do seu município mais de um milhão de euros em IMI e em Derrama, convenhamos que o senhor está a estragar, não só ovos, mas muitas outras coisas na despensa.
Quero-lhe falar que a mim preocupa-me o que o senhor disse, muito mais o futuro do que o passado, mas é no passado que revemos e vemos aquilo que nos sustenta para o presente e o futuro. No passado, nesse passado que o senhor refere do PSD, o último mandato do Presidente Avelino Silva teve um investimento superior a trinta e cinco milhões, incomparável com aquele investimento que o senhor fez mesmo tendo aumentado a receita junto dos povoenses, quer seja ele pelos custos da água, do saneamento, dos IMI's ou das derramas.
Por fim, uma palavra amiga para o deputado Joaquim, por quem tenho simpatia e respeito e quero-lhe dizer que, Joaquim trazer discursos feitos, todos nós o fazemos, agora devemos é adapta-lo, e o senhor vir aqui dizer que o comportamento do PSD é truculento quando nós dizemos ao município que não está a fazer o que tem que fazer, dizer que o comportamento da bancada do PSD é inadequada porque nos insurgimos contra gastos indevidos, meu caro, isso não é adequado numa narrativa clara e inteligente da sua parte.
Por fim, quanto à Braval só lhe deixava um desafio, era que fosse esclarecer junto do executivo como é que a Câmara Municipal se comportou e se fez alguma pronúncia no âmbito da discussão pública do impacto ambiental.
E quanto ao passado da Braval, cada um pode falar naquilo que fez. E eu sinto-me bastante, bastante confortável. Muito obrigado."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A deputada Carla Góis perguntou para quando a intervenção, nós pretendemos que a intervenção seja ainda este ano, como é natural, está integrada na empreitada, há determinadas intervenções que nos dizem respeito e há intervenções que fazem parte da empreitada, portanto, diria que nos próximos dois meses, três meses, provavelmente na próxima Assembleia Municipal, já teremos esse problema, muito provavelmente resolvido. Mas cá estaremos também para fazer essa análise e para perceber se foi resolvido ou se não foi ou por que razão, eventualmente, não terá sido.

O deputado Joaquim Armando trouxe aqui uma intervenção interessante da deputada Sónia Fernandes e também é importante analisarmos o posicionamento da força política que ela representa na Assembleia Municipal e na Assembleia da República, mas eu achei especialmente relevante, até porque normalmente procuro o lado construtivo das coisas, especialmente relevante, a resposta que foi dada pelo membro do Governo, dizendo que sim, que estava comprometido com o município no desenvolvimento do projeto, a resposta está nas plataformas digitais, portanto, confirmando que está a fazer esse trabalho em conjunto com o município, que sabe que o projeto está a ser desenvolvido e que o governo vê com o mesmo olhar que vê o município a necessidade desta obra ser executada, mas de qualquer das formas, se não for exatamente assim, senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu desafio que na próxima Assembleia Municipal tragam cá a pergunta que foi colocada, a resposta que foi dada para que não haja dúvidas em relação àquilo que foi dito em sede da Assembleia da República, portanto, se quiser seguir essa sugestão, ficamos todos elucidados, nada como a verdade.

O deputado Nuno Aguilar diz que eu disse que não tínhamos ovos, não é? Eu não disse isso, não sei onde foi buscar isso. Eu não disse que não tínhamos ovos, portanto, eu disse e expliquei que nós precisávamos de mais meios e que não podíamos fazer omeletes sem ovos. Eu não disse que não tínhamos ovos, precisamente por isso é que nós precisamos de ter os ovos para poder fazer omeletes. Eu não disse que não tínhamos ovos, o senhor vai percebendo sempre aquilo que lhe convém, é um problema seu repito, portanto, é a sua perceção, é a sua visão, é a sua verdade. Há muitas verdades, pelos vistos, a sua verdade, depois, aquilo que contraria a verdade de cada um de nós são os factos, os factos depois é que revelam aquilo que, de facto, é a verdade.

Queria também deixar aqui esta última reflexão é que fala dos gastos indivíduos e eu ainda não percebi, quero pedir ao senhor Presidente que dê dez segundos de tempo ao deputado Nuno Aguilar para nos vir explicar quais são os gastos indevidos nos investimentos que enumerei há momentos e no acordo que fizemos com as

infraestruturas de Portugal para resolver os problemas que existem há décadas e que vocês nunca resolveram em bom rigor, portanto, venha cá, por favor, se o senhor Presidente autorizar, dizer quais são os gastos indevidos? Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes, para pedir ou prestar esclarecimentos.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Eu sobre a forma como eu construo os pontos e como é que eu os faço ou deixo de fazer, senhor deputado habitue-se porque vai ser assim nos próximos anos, e vão ser muitos, portanto, habitue-se.
E aproveito, não é preciso pedirmos ao senhor Presidente da Assembleia para partilhar a resposta do senhor secretário de Estado, porque eu partilho-a. E diz assim o senhor secretário de Estado, deputada Sónia Margarida Fernandes, sobre esta circular urbana da Póvoa de Lanhoso, nós temos um projeto de execução em curso para definir como é que vamos avançar e qual é o trajeto. Já há acordo entre a IP e a Câmara Municipal, a IP irá financiar, palavras dele, financiar 75%, portanto, estamos a avançar, é esperar, não tenho aqui a data de conclusão do projeto de execução, mas as coisas avançam e a parte mais importante, e isto não está lá, avançam a passos largos, portanto, a variante vai ser uma realidade."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Nuno Aguilar, para pedir ou prestar esclarecimentos.

Interveio o deputado Nuno Aguilar, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Venho cá fazer-lhes três pedidos de esclarecimento, ou dar esclarecimentos. Quando se fala em omeletes sem ovos ou na compra dos ovos, aquilo que eu pretendia dizer, é que passados seis anos, seis anos, este executivo tem muitas poucas omeletes feitas, e quando nós vemos os nossos impostos e as nossas contribuições aumentar e o número de omeletes que vossa excelência diz que sabe fazer, mas parece que, como cozinheiro nem omeletes sabe fazer.
Quero-lhe dizer, que está fraco, o senhor está muito fraco, posso não estar forte meu caro, aqui o problema é esse senhor Presidente, é que o senhor está a lutar para manter um cargo de Presidente, eu estou aqui para lutar pela voz dos povoenses, eu não quero qualquer cargo de Presidente, eu estou aqui para dar voz aos povoenses e apenas e só para dizer aquilo que os povoenses pensam, mesmo julgando vossas excelências, que eu tenho pouco contacto com a população povoense, não deixa de ser arrogância, não deixa de ser prepotência essa sua postura, mas comigo não vai conseguir, não me vai

calar e continuarei aqui a representar os povoenses que me votaram, não por ambição para continuar a ser Presidente da câmara, mas sim para continuar a ser um porta-voz dos povoenses.
Segundo aspeto, quando o senhor me dizia, venha cá em dez segundos, falar de, disse irregularidades? Disse gastos ilegais, disse gastos irregulares, disse gastos sem acordo devido pelo Tribunal de Contas? Disse gastos incorretos e não correspondendo às boas regras da contabilidade? Não teria dez segundos para lhe dizer, mas em breve terei muito gosto em vir aqui perante todos vocês, também aí, povoenses que estão em casa, dizer-vos a quantidade de gastos que já ocorreram neste mandato de forma ilegal."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Ficamos todos muito intrigados com essa sua intervenção sobre as ilegalidades que diz referir, eu até agradecia que partilhasse connosco aquilo que lhe parece ser ilegalidades, estes dias, eu, por acaso soube e também foi transmitido em reunião de câmara que, devido à informação que é solicitada, e que ainda não foi possível fazer chegar aos senhores vereadores que terá dado entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal uma queixa para que as coisas possam ser regularizadas do ponto de vista administrativo. Eu vou-lhe dar a resposta que dei na reunião de câmara, aos senhores vereadores, nós cá estaremos para verificar aquilo que, eventualmente, não sei o que lhe vai na cabeça, aquilo que eventualmente possa achar vossa excelência que possa ser uma ilegalidade, sendo certo que essas coisas resolvem-se noutros fóruns, portanto, não transforme a Assembleia Municipal numa espécie de tribunal, por muito que alguns dos vossos protagonistas tenham muita experiência em circular nos corredores dos tribunais, mas não transforme a Assembleia Municipal numa espécie de tribunal, porque, de facto, nós estamos aqui a discutir política, se alguma coisa estiver irregular ou então, suba-se o tom, ilegal, cá estaremos para falar com quem de direito e para assumir as nossas responsabilidades e para corrigir aquilo que eventualmente tenha que ser corrigido.
Digo-lhe em consciência total que tudo aquilo que fizemos até hoje foi feito sempre com o escrutínio dos nossos técnicos e com responsabilidade política. Se me deu aquilo que disse da mesma forma que me deu aquilo que diz serem os nossos seis anos de exercício de funções, então está igualmente errado, porque se fizer bem as contas, nós ainda não completámos sequer cinco anos, nós vamos completar cinco anos no próximo dia dezanove de outubro de 2026.
As suas contas estão erradas, a sua visão está errada, as suas pronúncias erradas estão e as conclusões também o estarão. Muito obrigado."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD e passou de imediato ao Período de Intervenção dos Presidentes de Junta (PIPJ), e concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Covelas.

Interveio o Presidente da Junta, Filipe Sousa, cumprimentou todo os presentes e no uso da palavra referiu:

"A sessão ordinária da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso de setembro de 2023, realizou-se em catorze e quinze de setembro neste local, o que julgamos que as condições foram aceitáveis e foram bem recebidos por isso, passados quase três anos, volta a repetir-se. Assim é com enorme satisfação, orgulho e sentido de responsabilidade que a freguesia de Covelas vos recebe hoje para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal da Póvoa Lanhoso de junho de 2026.

A decisão de realizar a Assembleias Municipais descentralizadas é um passo fundamental para aproximar os eleitos aos cidadãos e trazer a discussão pública aos locais onde a vida das pessoas efetivamente acontece.

Hoje a nossa comunidade sente-se de forma muito especial, o centro da vida democrática do nosso concelho. Estar mais perto da população é conhecer melhor as suas angústias, as suas ambições e o seu quotidiano. Sabemos que o caminho para o desenvolvimento das nossas terras exige união, diálogo e colaboração constante entre todas as entidades.

A Junta de Freguesia de Covelas está e estará sempre disponível para trabalhar em articulação com a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso porque a nossa prioridade comum é e será sempre a valorização desta terra e o bem-estar da nossa gente. As portas da nossa freguesia estarão sempre abertas para vos acolher.

Muito obrigado a todos pela vossa presença."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, Paulo Silva.

Interveio o Presidente da Junta, Paulo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Trago hoje a esta assembleia, uma preocupação que confesso, tem vindo a crescer nos últimos meses. E digo preocupação, porque ainda me esforço por acreditar em coincidências, mas há coincidências que exigem uma capacidade de fé quase religiosa.

Tudo começou quando da Junta de Freguesia da Póvoa Lanhoso decidiu fazer algo que numa democracia seria perfeitamente normal, ouvir a população. Decidimos promover uma ação de esclarecimento sobre o processo de elevação da Póvoa de Lanhoso à categoria de cidade, não apoiamos nem combatemos a proposta. Fizemos apenas aquilo

que entendemos ser a nossa obrigação, informar e envolver os cidadãos e, curiosamente, desde então, parece que algumas coisas começaram a mudar. Vejamos alguns factos.

Em dezembro, a Câmara Municipal defendeu os procedimentos e prazos para a comunicação de atividades. A junta cumpriu-os integralmente, no dia vinte de janeiro foi apresentado um pedido para autorização do parque do Pontido para a realização do Dia Mundial da Criança. Uma atividade com mais de uma década de existência, já enraizada na freguesia e preparada com grande antecedência. A resposta chegou oitenta e cinco dias depois, em quinze de abril. O espaço não seria cedido pela Câmara Municipal.

Durante esses oitenta e cinco dias, a junta manteve a preparação da atividade, assumindo compromissos e encargos com base na prática consolidada dos anos anteriores. Mas o ponto relevante, não é apenas a não cedência do espaço, é que foi comunicada a impossibilidade de utilização da atividade em qualquer espaço municipal e nesse mesmo dia em que a junta tradicionalmente realeza, o Dia Mundial da Criança, surgiu uma iniciativa municipal também dedicada ao Dia Mundial da Criança. Uma coincidência, naturalmente, tal como será coincidência, o facto desta atividade da junta existir há mais de uma década e subitamente, deixar de ter enquadramento possível em qualquer equipamento municipal.

Mas os factos não ficam por aqui, no mesmo pedido de vinte de janeiro, constava também o pedido para a utilização do parque do Pontido para as comemorações do aniversário da freguesia, agendadas com cerca de seis meses de antecedência para o dia um de agosto. Estamos a falar do aniversário da freguesia, mais uma vez, aguardamos até que passados cento e vinte dias chegou nova resposta negativa. O parque do Pontido também não poderia ser utilizado. Perante isto a junta solicitou uma alternativa para o dia um de agosto, indicou a Praça Eng.º Armando Rodrigues. Até hoje continua sem resposta, o aniversário é a 01 de agosto, e é aqui que importa parar e olhar para o conjunto, porque quando uma junta de freguesia apresenta pedidos com meses de antecedência, cumpre todos os procedimentos definidos e ainda assim, não obtêm nem uma resposta atempada nem alternativa viável, o problema deixa de ser pontual e passa a ser estrutural.

Mais do que o sentido das decisões, o que se verifica é um padrão de ausência de resposta útil, dentro dos prazos necessários ao planeamento das atividades. E quando isto acontece repetidamente, o resultado é simples, inviabiliza-se na prática a ação normal da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso.

A Junta continuará como sempre disponível para cooperar institucionalmente e encontrar soluções, mas não pode deixar de registar aquilo que é evidente. A dificuldade crescente, sem garantir condições mínimas de planeamento e execução das atividades ao serviço da população. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Galegos, Goreti Freitas.

Interveio a Presidente da Junta, Goreti Freitas, cumprimentou todos os presentes e no suo da palavra referiu:

"A minha vinda hoje a este púlpito é na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Galegos e tem como finalidade convidar e dar a conhecer um evento que se vai realizar no próximo dia um de agosto, no sábado, evento que consiste numa corrida de carrinhos de rolamentos na freguesia de Galegos.

Prova organizada por um grupo de jovens de Galegos com o apoio da Junta de Freguesia de Galegos e da Câmara Municipal. Estando este evento integrado na programação de Verão da Câmara Municipal. O grande objetivo deste evento é que todas as juntas de freguesia ou União de Freguesias participem e se façam representar com um carro, tornando este evento ainda mais emocionante.

Para maior divulgação vão ser entregues cartazes a todas as juntas de freguesia e União de Freguesias para serem afixados nos locais de estilo de cada freguesia, nos cartazes consta toda a informação para quem pretende participar, nomeadamente, horários, regulamento, prémios, inscrições e local.

Neste sentido, faço um apelo redobrado para que cada um divulgue no máximo e participe neste evento. Este evento tem, também, um cariz solidário, pois toda a receita irá reverter aos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso. Obrigada a todos."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PIPJ e passou ao Período de Intervenção do Público, concedendo a palavra à única pessoa que se inscreveu, a munícipe Cecília Machado.

Interveio a munícipe Cecília Machado, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Hoje venho fazer uma intervenção e um pedido de ajuda a todos os que nos estão a ver no âmbito, quer da saúde mental e vou tentar ser breve, em dois minutos, pedir-vos a vossa ajuda.

Uma vez que esta assembleia debate hoje a saúde mental intervenho como porta-voz de fregueses que, por medo de represálias, me pediram para expor uma realidade invisível. O que mais destrói a saúde mental e mais custa num processo de denúncia é ter de denunciar alguém que está perto, custa ver alguém esconder-se atrás de um cargo político e do poder institucional para promover ataques velados, difamações, violações de RGPD, com uso indevido de dados de cartão de cidadão em juntas de freguesia e, pior ainda, através do acesso ilegal de dados clínicos e consultas hospitalares e confidenciais.

Esta conduta abusiva provoca o impedimento de projetos de acessibilidade, risco de desalojamento habitacional e o ambiente de instigação que prejudica totalmente a saúde mental e a harmonia social. Estas agressões agravaram-se no último ano, mantive sempre contacto direto com a APAV de Braga, com a qual me comprometi em trazer este

tema, esta situação sensível no momento certo e a representá-la. Em representá-la publicamente mesmo perante as tentativas de silenciamento e de represália que tenho recebido. Peço desculpas estou um pouco nervosa.

Há conhecimento da Câmara Municipal em relação a este tema, está relacionado com um processo de consulta de um alvará em que foram falsificados dados ideológicos em que foram falsificados os meus dados.

O lema do PS é fazer bem sem olhar a quem, e muito bem, senhor Presidente, já tive oportunidade de lhe dizer que é um excelente político, mesmo neste momento não sendo da sua cor, e gostei de todas as vezes em que privei consigo, nas visitas a Fátima, nas vezes que ajudei os velhinhos e em todas as vezes que me pediram ajuda nesta comunidade.

Não sendo eu, nem tendo eu aspirações políticas, pergunto por isso, se senhor Presidente da Câmara, ilustre Mesa, aqui alguém presente, se têm coragem política e o espírito de imparcialidade necessárias para analisar e travar estes ataques à saúde mental e à dignidade dos munícipes que represento, mesmo quando promovidos por um Presidente da junta deste concelho e da sua cor política. Como não sou como ele não o vou identificar, enviar-vos-ei a todos via email, os meus contactos, os nossos contactos, para quem quiser ajudar a travar este silêncio, este alegado compadrio e promover uma efetiva saúde mental.

Muito obrigada. É a minha intervenção obrigada a todos."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que se faria um pequeno intervalo. Após o intervalo, passou ao Período da Ordem do Dia, passando ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E informou que o ponto seria apresentado pela Câmara Municipal, através de um vídeo, conforme habitual.

Apresentação do Ponto Um através do vídeo:

"A Autarquia tem trabalhado no sentido de ser um parceiro das empresas do nosso território, proporcionando-lhes um canal direto para ajudar a encontrar soluções para as suas dificuldades e problemas.

No sentido de facilitar o acesso à informação, inaugurámos, a 11 de maio, a Antena de Informação Europeia, na LEIRA Startup Póvoa.

Ainda com o objetivo de apoiar na resposta às necessidades de contratação e de colocação, o Gabinete de Apoio à Empregabilidade prossegue a sua atividade.

O projeto CLDS - 5G Lanhoso tem priorizado, através do Eixo I, aspetos como o Emprego, Formação e Qualificação. No quadro das medidas de ativação e capacitação, decorreu no espaço de cowork, a ação de imersão em empreendedorismo "Jump Box".

Com o objetivo de sensibilizar o tecido empresarial para a difusão de informação em matéria de igualdade e conciliação das diferentes esferas da vida junto dos colaboradores, promovemos em parceria com a Associação Empresarial da Póvoa de Lanhoso o Coffee Time "Como Atrair e Reter Talento – O Papel das Empresas na Conciliação entre Trabalho e Família".

A Póvoa de Lanhoso registou um crescimento muito significativo no número de empresas distinguidas com o Estatuto PME Líder.

No período em análise, demos continuidade ao Mercado PVL e à Feira de Antiguidades e Velharias.

No âmbito do bairro comercial digital, destacamos o funcionamento total dos Bancos Inteligentes, reforçados, em maio, com novo LED e com um sistema anti-intrusão.

Estão já terminados os seis kits de cubos que aguardam empreitada de instalação.

Está já definida a localização e imagem do mural alusivo às festas de São José.

Formação e desenvolvimento na área da filigrana. Através do Centro de Competências da Filigrana - CINDOR deu-se continuidade à oferta formativa.

Investimento Público. Durante este período, o Município deu continuidade a investimentos que visam modernizar o concelho e melhorar a qualidade de vida da população. Foram concluídas obras de requalificação e pavimentação, enquanto decorrem intervenções em várias freguesias, incluindo melhorias viárias, habitação, segurança rodoviária e espaço público.

Prosseguem também projetos estruturantes como a requalificação de equipamentos escolares, o Balcão do Cidadão e a Estratégia Local de Habitação.

Destaca-se ainda a inauguração do Parque de Estacionamento Padre Francisco Alves Pinheiro, em Geraz do Minho.

Paralelamente, foram realizadas diversas ações de manutenção de vias, escolas, edifícios municipais, espaços públicos e zonas verdes em todo o concelho.

No que toca à Via Circular, após receção do relatório da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Impacte Ambiental, procedemos à compilação das respostas e esclarecimentos solicitados, bem como ao envio dos estudos das vibrações e ruídos, pedidos no referido relatório.

O Planeamento e Ordenamento do Território enlaçaram ainda o processo de 2ª Revisão do PDM da Póvoa de Lanhoso e o acompanhamento de PDM's externos confrontantes com o Município da Póvoa de Lanhoso, bem como atendimentos à população no âmbito de questões sobre o atual PDM e a revisão em curso.

Realizou-se ainda a atualização permanente dos compromissos urbanísticos e do cadastro da Rede de Água e Saneamento.

Após a realização da 2ª Reunião da Comissão Consultiva da 2ª Revisão do PDM da Póvoa de Lanhoso e devida aprovação, terá lugar a solicitação da abertura da Discussão Pública do mesmo e posterior submissão da Proposta Final do Plano à aprovação da Assembleia Municipal.

Habitação. A política municipal de habitação continua a afirmar-se como uma prioridade estratégica para elevar a qualidade de vida, promover a inclusão social e aumentar a coesão territorial.

No que se refere ao programa 1º Direito, continuam em fase de execução as seguintes obras:

- *Construção de 38 fogos no Bobeiro, em Taíde*
- *Reabilitação de três habitações, em Oliveira, e de sete, em Garfe.*

A construção de 26 habitações em Monsul, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, encontra-se em procedimento de concurso público.

Prossegue a elaboração da Carta Municipal de Habitação.

No âmbito de protocolo com a DECO, o Balcão da Habitação e Energia, continua a sua atividade com atendimentos, todos os meses nos Paços do Concelho.

Continuamos a apostar numa abordagem integrada, colaborativa e de proximidade.

Nesse sentido, estamos a dar continuidade às atividades previstas CLDS - 5G Lanhoso, desenvolvendo iniciativas que promovem a inclusão, a participação comunitária e a dinamização social e económica do território e que proporcionam ferramentas práticas às pessoas acompanhadas.

Desempenhando um papel central no diagnóstico e acompanhamento multidimensional dos agregados em situação de vulnerabilidade, o Núcleo Local de Inserção – NLI manteve a sua atividade, tendo sido realizadas sete reuniões quinzenais com as entidades parceiras que compõem este grupo de trabalho.

No domínio dos apoios sociais, o Município continuou a assegurar um conjunto de mecanismos essenciais para a melhoria das condições de vida dos munícipes: o Apoio ao arrendamento, o apoio ao empréstimo e o tarifário social.

Estruturada no conceito de "troca por troca", a Eco Loja Comunitária foi frequentada por 250 pessoas.

No que se refere a Apoio Alimentar, foi distribuída uma média de 72 cabazes, que beneficiaram 152 pessoas.

No âmbito do Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal, foram realizados mais três encontros no âmbito dos Grupos de Ajuda Mútua e seis atendimentos, para apoio no preenchimento ao Estatuto de Cuidador Informal e Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal.

Saúde. Assumindo a Saúde como um direito fundamental e promovendo uma política local centrada na proximidade, equidade e melhoria contínua dos cuidados, desenvolvemos diversas ações neste domínio.

Começando pela partilha de boas práticas, destacamos a participação na Reunião de Trabalho e Conferência Internacional da Rede Europeia de Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde.

A Saúde Mental continua a ser uma prioridade transversal que também se posiciona no centro das nossas boas práticas. Nesse sentido, demos continuidade à realização de sessões de intervenção psicológica.

O contributo para a definição de prioridades, aportando a nossa visão da realidade local, esteve subjacente à nossa presença no Fórum Estratégico: Plano Local de Saúde da ULS Braga 2025-2030.

No âmbito da proteção social, é de sublinhar o Apoio ao Medicamento através do cartão ABEM, que permite reduzir encargos com a saúde, assegurando que ninguém fica privado dos medicamentos de que necessita.

Educação Pública de Qualidade. A Educação constitui um pilar central da estratégia municipal, assumindo-se como área determinante para a coesão social, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção de igualdade de oportunidades.

Nesse seguimento, a Póvoa de Lanhoso deu um passo importante para a qualificação e formação das novas gerações, com a inauguração de dois Centros Tecnológicos Especializados, um na Escola Secundária e outro na EPAVE.

Mantivemos o apoio às famílias e à comunidade educativa através da gestão de plataformas e do Cartão Escolar Municipal, bem como de vários projetos no âmbito da educação, saúde e desenvolvimento socioemocional. Destacam-se iniciativas de prolongamento de horário, educação alimentar e nutrição, participação em programas internacionais e o reconhecimento do Município como Cidade Amiga das Crianças pela UNICEF.

Destacamos as atividades/ações no âmbito do PovoARTEeduca: Trilhos de Empatia, Laboratórios de Expressão Artística, Residências Artísticas e Arte Screen Teens

A estas atividades e ações, juntou-se a continuidade de outros projetos educativos, como a Plataforma +Cidadania, Hypatiamat, UBUNTU, TABU! e "1, 2, 3 Vamos Brincar Outra Vez".

No dia 3 de junho, o nosso Município acolheu e organizou o Encontro Regional de Escolas UBUNTU, que contou com a presença de cerca de 300 jovens de seis municípios do território da Comunidade Intermunicipal do Ave.

Pelo segundo ano, vamos assegurar o transporte dos jovens do concelho que participam no programa "Verão no Campus", promovido pela Universidade do Minho.

Continuamos a receber crianças das diversas escolas do nosso concelho, nomeadamente, no âmbito do projeto que visa dar a conhecer os diferentes Órgãos do Poder Local.

Recebemos ainda a primeira edição do Ave Social Festival, um projeto promovido pelo Ave Social Hub em parceria com o Município.

Desporto: Saúde, Inclusão e Desenvolvimento Local. O concelho acolheu vários eventos desportivos de grande participação, como a Urban Fit Race, que contou com mais de um milhar de participantes e Torneio Infantil de Futebol – Gold Cup, que trouxe até nós centenas de crianças, equipas e famílias de toda a região.

Apoiamos a Maria da Fonte Cup, o Duatlo Jovem e o Triatlo das Andorinhas bem como o Open Maria da Fonte de Jiu-jitsu.

Em época de Campeonato Mundial de Futebol, disponibilizamos, desde o dia 11 de junho, um ecrã no Parque do Pontido para que a população possa acompanhar os principais jogos desta competição

Destaque ainda para os sucessos do Sport Clube Maria da Fonte, campeão em várias competições durante uma época histórica.

Famílias no Centro das Políticas. As famílias continuaram no centro da ação municipal, com iniciativas que promovem o bem-estar, a parentalidade positiva e a coesão familiar. Destacam-se a Festa da Criança, a continuidade dos programas "Brincar em Família" e "Mais Família, + Jovem", o acompanhamento a pais e mães e a participação na avaliação do Plano CRIA, dedicado à promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens.

Inclusão, Igualdade e Tolerância Zero à Discriminação. O Município reforçou a promoção da igualdade, cidadania e inclusão através de ações nas escolas, projetos intergeracionais e apoio social. Destaca-se ainda o acompanhamento a vítimas, migrantes e emigrantes através dos serviços especializados.

Juventude com Voz, Espaço e Futuro. Em 2026, reforçámos as políticas de juventude com foco na participação, informação e criação de oportunidades.

Fomos distinguidos com o selo de Município Amigo da Juventude, lançámos o novo Portal da Juventude e inaugurámos o primeiro ponto informativo da FAJUB no distrito.

Aprovámos ainda o Plano Estratégico para a Juventude, que orientará as políticas municipais nos próximos anos.

Paralelamente, continuámos a dinamizar o Espaço Jovem e programas de ocupação de tempos livres, que envolveram centenas de crianças e jovens, promovendo inclusão, participação e atividades educativas durante as férias escolares.

Vida Sénior com Dignidade, Participação e Qualidade. No período em análise, deu-se continuidade ao trabalho diário levado a cabo nos 16 Centros de Convívio atualmente em funcionamento no nosso território, abrangendo cerca de 400 idosos em atividades de estimulação cognitiva, atividade física, dança, música, trabalhos manuais, torneios, entre outras. O desafio é construir uma comunidade mais solidária, inclusiva e preparada para as oportunidades do envelhecimento.

O Município reforçou o apoio à população idosa através do trabalho do Provedor do Idoso e do projeto Bem-Me-Quer.

Destacam-se o acompanhamento domiciliário a pessoas em situação de vulnerabilidade, a expansão do serviço de teleassistência, ações de capacitação para profissionais e iniciativas de promoção da saúde e envelhecimento ativo nos Centros de Convívio.

Proteção Civil e Gabinete Técnico Florestal. O Município reforçou a Proteção Civil e a prevenção de incêndios rurais com novos equipamentos florestais, a atualização dos planos operacionais e a preparação do dispositivo de combate a incêndios.

Destacam-se ainda ações de sensibilização, simulacros em escolas, iniciativas de proteção civil e o reconhecimento do trabalho dos bombeiros e restantes agentes de proteção e segurança.

Mobilidade Sustentável e Acessível. O Município continuou a acompanhar a gestão dos transportes públicos e a melhorar as paragens rodoviárias em todo o concelho, reforçando a acessibilidade e a segurança.

Destaca-se ainda a intervenção na EN205, com o alargamento da Curva do Horto, que melhorou a circulação e as condições de mobilidade no principal acesso à vila.

Proteção do meio ambiente. Este sector assume um papel determinante na qualidade de vida das comunidades e no desenvolvimento equilibrado e sustentável dos territórios. Neste sentido, é preocupação a adoção transversal de práticas amigas do ambiente nas áreas sob gestão e de intervenção da Autarquia.

Gestão de Resíduos: Responsabilidade Ambiental e Eficiência ao Serviço da Comunidade. No domínio do ambiente e da sustentabilidade, o Município acompanhou de perto o processo de reengenharia e alargamento do aterro da BRAVAL, apoiando as freguesias mais afetadas e defendendo junto das entidades competentes medidas reforçadas de proteção ambiental, monitorização e salvaguarda da qualidade de vida das populações.

Prosseguimos também a aposta na redução dos resíduos enviados para aterro, através do alargamento da recolha de biorresíduos e da implementação da "Brigada do Ambiente – Caça-Monstros", uma iniciativa que pretende combater o abandono ilegal de resíduos volumosos, sensibilizar a população e reforçar a fiscalização.

A segunda edição da Semana do Ambiente, reuniu centenas de participantes em ações de sensibilização, educação ambiental e promoção de práticas sustentáveis. Durante esta semana foram apresentados novos projetos, como a compostagem comunitária, e desenvolvidas atividades dirigidas a escolas, instituições, comunidade sénior e população em geral.

Destaca-se ainda o trabalho contínuo do Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos, que continua a afirmar-se como um espaço de referência na educação ambiental, promovendo o contacto com a natureza e a consciencialização para os desafios da sustentabilidade.

Água e Saneamento: Qualidade, Universalidade e Sustentabilidade. O Município reuniu com a Águas do Norte para discutir o alargamento da rede de saneamento no concelho e analisar uma proposta de novo modelo de faturação, que poderá contribuir para reduzir os custos suportados pelos consumidores.

O Município continuou a reforçar as redes de abastecimento de água e saneamento em várias freguesias, executando novas ligações, ramais e infraestruturas. Foram também realizadas ações de manutenção, substituição de contadores e intervenções em sistemas de drenagem e ETAR, melhorando a qualidade e fiabilidade dos serviços.

Pelouro da Defesa Animal - Centro de Recolha Oficial de Animais. Foi inaugurado no dia 10 de junho, Dia de Portugal, o Centro de Recolha Oficial de Animais.

Há muitos anos que a Póvoa de Lanhoso precisava e merecia ter um equipamento como este. Foi a preocupação genuína dos voluntários que fez com que este projeto nascesse. Já existia esse compromisso desde 2021 e este projeto nasceu com o propósito de dar aos voluntários, aos animais e à comunidade, as condições, a dignidade e o reconhecimento que esta causa merece. Demos os passos necessários, desde 2021, para concretizar esta infraestrutura, independentemente das dificuldades e constrangimentos.

Com capacidade para 150 cães e 50 gatos, este é um equipamento importante para o Município, porque permitirá responder às necessidades de acolhimento e proteção dos animais, reforçando o compromisso com o bem-estar animal e a saúde pública. Através do CROA, poderá ser ainda ser possível implementar novas estratégias de atuação e otimizar as campanhas de adoção.

Foi também aprovada a campanha de esterilização para 2026, com apoios financeiros aos munícipes, e prossegue a campanha de vacinação antirrábica e identificação eletrónica de canídeos em todo o concelho.

Continuámos a valorizar a identidade e o património da Póvoa de Lanhoso através de iniciativas culturais e comunitárias. Destacam-se o Desfile de Marchas Populares da Terra do Ouro, as comemorações do Dia Mundial da Dança e do Dia Internacional dos Museus, bem como o crescente interesse pelo património local, refletido no aumento do número de visitantes ao Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso.

O Theatro Club acolheu uma programação diversificada, com exposições, teatro infantil, intercâmbios teatrais e projetos artísticos ligados à história e identidade local, envolvendo diferentes públicos e gerações.

A Casa do Livro promoveu atividades para diferentes gerações, incentivando o gosto pela leitura, a criatividade e a cidadania. Destacam-se iniciativas com seniores e estudantes, bem como as leituras encenadas que envolveram crianças e jovens dos estabelecimentos de ensino do concelho.

O Centro Interpretativo Maria da Fonte recebeu visitas guiadas dirigidas à comunidade e visitantes, valorizando a história de uma das figuras mais marcantes do concelho. No Dia Internacional dos Museus, o espaço acolheu também visitas de crianças do pré-escolar.

Plano Estratégico Para o Turismo. O Município realizou diversas intervenções para melhorar a segurança, acessibilidade e valorização dos principais espaços turísticos do concelho. Destacam-se os trabalhos na Praia Fluvial de Verim, no Trilho dos Moinhos, no Monte do Pilar e no Santuário Rupestre de Garfe, reforçando as condições de acolhimento de visitantes e turistas. Prosseguiu também a promoção turística através dos fins-de-semana gastronómicos dedicados aos sabores locais.

Caminho Português de Santiago Leon de Rosmithal. O Município continuou a valorizar os percursos pedestres e religiosos, apoiando a peregrinação pelo Caminho Português de Santiago Leon de Rosmithal.

Destacam-se ainda a promoção do voluntariado ligado ao Caminho de Santiago, a realização de uma caminhada noturna com cerca de 200 participantes e o reforço da sinalização do Caminho Alternativo para São Bento da Porta Aberta.

No sentido de reforçar a proximidade entre a Câmara Municipal e as populações, continuámos a realizar reuniões descentralizadas em freguesias do concelho. No dia 25 de maio, a reunião de Câmara teve lugar em Ajude, na União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude, promovendo a participação local e o contacto direto com os representantes autárquicos.

Modernização Administrativa. O Município reforça a aposta numa administração pública mais eficiente, inovadora e digital. No período em análise, registaram-se 800 processos submetidos na plataforma online, num universo de 8.019, e cerca de 4.775 utilizadores registados, evidenciando o crescimento da utilização dos serviços digitais por parte dos munícipes.

Gestão Administrativa e Modernização Administrava. Foram implementados novos fluxos de tramitação e reorganização de serviços no Balcão Único, visando maior eficiência, rapidez e qualidade no atendimento aos munícipes.

Destaca-se a renovação da imagem e modelo de atendimento, a melhoria da acessibilidade nos Paços do Concelho e a introdução de uma Unidade Móvel, que reforça a descentralização e proximidade dos serviços municipais às populações mais vulneráveis.

Recursos Humanos: Valorizar Quem Faz Acontecer. O Município reforçou as políticas de valorização e bem-estar dos colaboradores, através de novas formas de participação interna, iniciativas de promoção da saúde organizacional e da criação da Equipa de Emergência.

Destaca-se ainda o acolhimento de estagiários internacionais ao abrigo do programa Erasmus+ e a continuidade de medidas que promovem a conciliação entre a vida profissional e familiar.

Notas finais. Participámos na procissão arciprestal de Nossa Senhora do Pilar.

No dia 29 de maio, recebemos a visita do Embaixador da República Popular da China em Portugal, Yang Yirui. Este encontro inseriu-se numa estratégia de aproximação que visa estabelecer uma primeira abordagem e avaliar cenários para futuras diligências conjuntas, com vista à atração de potenciais investimentos estruturantes para o concelho.

Apoiámos a realização da Feira do Século XIX, evento organizado pelo Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, que proporcionou uma recriação histórica dedicada à Revolta da Maria da Fonte.

Recebemos as crianças e jovens do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio que saíram à rua, com o mote "Liberdade em ação: do património à criação - 180 anos de Maria da Fonte.

Informação Financeira. No âmbito da informação financeira reportada a 17 de junho, o Município apresenta uma execução orçamental da receita no valor de 19.932.969,23 euros, correspondente a 39,3% do orçamento previsto.

Relativamente aos valores a receber, registam-se 231.473,07 euros em comparticipações comunitárias e 971.712,01 euros em outras receitas, perfazendo um total de 1.203.185,08 euros.

No que respeita à despesa, a execução orçamental da despesa paga ascende a 12.754.391,84 euros, equivalente a 25,15% do orçamento.

A dívida total do Município situa-se em 9.805.263,68 euros, não se registando pagamentos em atraso à data de 17 de junho de 2026."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O CDS-PP congratula-se com o aumento significativo do número de empresas distinguidas com o estatuto PME líder no nosso concelho, reconhecimento que demonstra a capacidade empreendedora das empresas povoenses e o seu contributo para a criação da riqueza e emprego. Aproveitamos igualmente para deixar uma palavra de incentivo a todas as empresas e empresários que diariamente trabalham para fazer crescer a economia local.

Relativamente à via circular urbana, verificamos que o relatório apresenta poucas novidades sobre o projeto que todos reconhecem como estruturante para o futuro do concelho. Gostaríamos de saber qual o ponto de situação atual do processo de avaliação de impacte ambiental, quais os próximos passos previstos e qual é a expectativa temporal para a concretização desta importante infraestrutura?

Quanto à revisão do PDM, continuamos perante uma questão fundamental para o desenvolvimento da Póvoa de Lanhoso, os jovens procuram habitação, as empresas procuram condições para investir e muitos proprietários aguardam há anos por respostas. Tenho aqui uma questão, mas já foi respondida pelo senhor Presidente da Câmara que era quando previa abrir a discussão pública, o senhor disse que previa no verão deste ano.

Finalmente, tendo em conta os alertas de um verão particularmente exigente, em termos de riscos de incêndio, perguntamos se existe já um diagnóstico do cumprimento das limpezas obrigatórias dos terrenos e quais os critérios que serão utilizados, para a intervenção do novo trator florestal recebido através do protocolo com o ICNF. Está prevista a sua atualização para todas as freguesias do concelho? Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Clarisse Matos.

Interveio a deputada Clarisse Matos, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A informação submetida à apreciação desta Assembleia Municipal traduz um período de atividade autárquica particularmente vasto e diversificado, abrangendo áreas tão relevantes como o desenvolvimento económico, a habitação, a ação social, a educação, a saúde, a juventude, o desporto, o ambiente e a valorização do território.

Importa reconhecer o esforço de intervenção e a dinâmica demonstrada pelo município em vários domínios da governação.

O documento evidencia uma forte presença no terreno, uma preocupação com a proximidade às populações e uma intervenção que procura responder a diferentes necessidades do concelho.

Destaca-se, em particular, a aposta em áreas estruturantes como apoio às famílias, a promoção da coesão social, a qualificação do território, a valorização do comércio local, a habitação e a educação, que são matérias centrais para a qualidade de vida dos munícipes e para o desenvolvimento equilibrado do concelho.

Do ponto de vista global, o documento apresentado demostra uma autarquia com capacidade de iniciativa e com atividade muito significativa, encontrando-se a bancada do Partido Socialista inteirada da atividade do município.

Contudo, solicito esclarecimento por parte do senhor Presidente da Câmara Dr. Frederico Castro em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta da Póvoa de Lanhoso, o senhor Paulo Silva, e que nos esclareça quanto às dúvidas que ficaram no ar.

Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Este primeiro ponto, o tempo que eu tenho é um tempo muito reduzido e não dá para falar daquilo que se quer queria falar, mas vou até onde puder e depois logo se vê.

Uma breve análise económica e financeira que não tem muito sentido, estamos no primeiro trimestre e sendo intelectualmente honesto não posso fazer nenhuma previsão, nomeadamente na receita se é 39% ou ter 40 ou ter 50 é a mesma coisa, porque ela nem sequer é duodecimal, há meses específicos em que se recebem, por exemplo, os impostos, está neste momento, ou teve a primeira prestação do IMI ou para quem era

IMI único, e depois haverá julho, haverá novembro, portanto, isto é ao longo do ano não tem sentido fazer previsões da receita e, portanto, não o farei nunca.

Em relação à despesa, a mesma coisa, o primeiro trimestre é muito, podemos ter indícios, mas é muito pouco para falar em execução orçamental da despesa. A Câmara diz aqui que é 25%, ok, tudo bem, não me diz rigorosamente nada, sobretudo quando apresenta uma despesa total, porque, no mínimo, deviam dizer, olhe desta despesa tanto é de capital, tanto é de investimento, tanto é corrente, olhando um pouco à história, normalmente, a despesa corrente é que a Câmara Municipal executa que está lá o pessoal e, obviamente, é preciso pagar ao pessoal, mas a despesa de investimento tem sido uma execução orçamental baixíssima e, portanto, atrevendo-me apenas a fazer algum, uma projeção muito simples, estaria em execução orçamental anual cerca de 40, 50% por aí, mas com todas as reservas porque também isso não é interessante, porque ao fim do primeiro trimestre realmente sendo-se intelectualmente honesto, não se faz isto e, portanto, vou falar um pouco da atividade da Câmara Municipal até onde puder, obviamente, não vou poder falar em tudo, mas para dizer politicamente como nos foi apresentado ainda agora em vídeo, é muita parra e pouca uva, nunca me verão a criticar medidas operacionais, nunca me verão.

Há ali medidas operacionais que são positivas, agora falta ali claramente um corpo estratégico. São medidas avulsas, na maior parte das coisas são medidas avulsas, e quando falo em crescimento económico, eu subscrevo algumas daquelas medidas, mas aquilo não é crescimento económico nem atrai crescimento económico.

Então eu vou-vos dizer coisas que não estão lá que deviam estar, que isso sim seria trabalho em prol de um objetivo estratégico, só que esta câmara não tem nenhum objetivo estratégico, inteligência artificial, viram alguma referência à inteligência artificial? Isso não é para amanhã, é para hoje e isso tem a ver com o crescimento económico do concelho. Porquê? Porque está intimamente ligado à atração de investimento e às empresas existentes e a problemas sociais que vamos ter no futuro, sobre isso nem uma palavra, não há nada feito. Problemas sociais de podemos vir a ter?

A Póvoa de Lanhoso é ainda hoje, tem que algumas empresas que se diversificaram, mas é muito do setor tradicional e o setor tradicional vai ter um impacto fortíssimo em inteligência artificial, porque é assim, porque trabalho repetitivo é para ser feito pelo algoritmo, pelo robot, pelo que quiserem, porque tem dez vezes mais produtividade do que o ser humano, ponto final.

E, portanto, há uma força de trabalho que tem que ser reclassificada, é missão da autarquia? A autarquia pode ajudar. A autarquia tem, do meu ponto de vista, não só para a atração de empresas, mas essencialmente também nesta matéria para reforçar e para dar resposta social àquilo que vai acontecer, porque é inevitável e poderá acontecer em trabalho administrativo também, o robô tem dez vezes mais produtividade, trabalho administrativo não é bem assim, são cinco vezes mais produtividade, são números estudados, não são atirados para o ar.

Eu gostava de ver aqui, nós vamos ter um ponto a seguir sobre a EPAVE, a EPAVE é um diamante em bruto, que é preciso lapidar. Em relação a outros concelhos que vamos competir da mesma forma, na atração, sobretudo na atração de investimentos, porque é que a EPAVE pode ser? Eu estou profissionalmente habituado a atrair empresas e a discutir empresas, portanto, eu sei daquilo que falo, uma das coisas que o investidor, uma das pergunta é claramente que mão-de-obra qualificada no concelho? E aí eu posso dizer que sim, se não provar, a EPAVE pode ter um trabalho decisivo falando de ensino médio profissional, nomeadamente dirigida aos jovens do concelho, mas também àquelas pessoas que vão ficar no desemprego, por exemplo, na área da saúde e na área social, não é um robot que vai fazer é o homem, falta afetividade ao robot, em preparar claramente, mas para os jovens será porque a atração de empresas tem que ser tecnológicas não é empresas de grande volume de trabalho, é tecnológicas, porquê? Porque pagam melhor, remunerações, salários mais elevados, obviamente, para mão-de-obra qualificada a EPAVE pode ter aqui um trabalho decisivo na captação de mão de obra qualificada do concelho ou até às próprias empresas que quiserem vir para cá, adaptando programas de formação, programas de formação médio profissional que essas empresas queiram, mas pode ir já fazendo alguma coisa, mas para isso é preciso ter este objetivo estratégico, mas estou a dar isto como recomendação, pela positiva.

A EPAVE pode ser vista realmente, como um fator decisivo na atração de investimento no concelho, não é no prazo de um ano, dois, três, quatro é preciso é começar, e é preciso fazer alguma coisa.

Eu vou apenas pôr aqui uma questão, eu pensei que ia ver hoje o regulamento financeiro da Câmara Municipal ser trazido a esta Assembleia Municipal para ser aprovado. Eu lembro que é o regulamento financeiro, ele é decisivo para a gestão dos impostos municipais, nomeadamente o IMI, a derrama e outros impostos, e para isenções que a Câmara Municipal possa querer dar, é decisivo, sem regulamento financeiro municipal, não há mais isenções, nós tivemos aquele caso o ano passado com a AT a interpretar de uma maneira, mais correta, porque não tínhamos regulamento financeiro, isto é uma pergunta direta ao senhor Presidente da Câmara Municipal, quando é que vamos ter regulamento financeiro, porque sem isto não é possível gerir os impostos e isenções de IMI, e nós tivemos, eu disse aqui que assumia pessoalmente inclusivamente se fosse com perda de mandato, seria com perda de mandato, acho exagerado se viessem com isso, mas se fosse com multas, eu pagava do meu próprio bolso a isenção que demos aqui o ano passado a profissionais, profissionais ou a Bombeiros voluntários e membros da Cruz Vermelha na redução do IMI.

Nós não podemos voltar a fazer sem regulamento financeiro, quero chamar a atenção disso. Eu queria ir a mais coisas, como, por exemplo, a cultura e sugerir uma empresa municipal de Cultura, uma empresa local, porque é absolutamente fundamental porque a cultura é outra das coisas que os empresários perguntam, o que é que os trabalhadores têm para fazer, qual é o seu gasto na cultura? Como sabem é 2% da

despesa efetiva, uma empresa municipal pode acelerar e tem outras vantagens, não tem consignação de receitas que a Câmara Municipal.

E vou terminar, senhor Presidente, e vou terminar mesmo, gostava de falar de habitação, mas não tenho tempo vou terminar mesmo senhor Presidente, medidas de proteção às famílias com o IMI a aumentar, mas eu falo depois nisso. Mas dizer que dizem aqui no dia sete de junho, promovemos a festa da criança no Pontido proporcionamos momentos de felicidade e de construção de memória, nada a dizer contra isto. Agora, a Câmara Municipal pode entender fazer o evento que quiser, agora, aquilo que fez à Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso é perseguição política, senhor Presidente, perseguição política e isso é inadmissível.

O senhor Presidente da junta, já aqui há bocado contou e, portanto, vamos pôr as coisas, vamos chamar os bois pelos nomes. Uma iniciativa da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso com dez anos ou mais de dez anos, é vetada politicamente pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, chama-se a isso, perseguição política, e com isto terminei senhor Presidente."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Em primeiro lugar, eu queria esclarecer a deputada Carla Góis relativamente ao novo equipamento que recebemos recentemente, o novo trator, que tem um contrato que prevê que tínhamos de cumprir com a obrigatoriedade de limpar oitenta hectares de faixas de gestão de combustível na nossa rede secundária, portanto, uma rede que é da responsabilidade da Câmara Municipal e essa será a prioridade da ação diária desse equipamento.

Relativamente à via circular uma breve informação, nós vamos ter no dia oito de julho, portanto, brevemente também, uma reunião com a Agência Portuguesa de Ambiente que se vai deslocar à Póvoa de Lanhoso para discutir connosco questões essencialmente técnicas que têm que ver com aquilo que eles apelidam de zona de cheia e, portanto, estamos nessa fase de discussão com a APA, também, para que possamos depois consensualizar a solução do ponto de vista técnico e construtivo.

Depois, o deputado Luís Artur fez aqui uma intervenção interessante, fala recorrentemente da inteligência artificial, é verdade, ela está cada vez mais presente no nosso dia-a-dia e nós temos essa perceção e temos também a intenção de implementar medidas que ajudem a prazo a Câmara Municipal, por exemplo, a cumprir com determinados procedimentos que são considerados mais automáticos, não é, isso faz parte da nossa intenção e do nosso plano, do ponto de vista estratégico, de que forma é que isso impacta o tecido empresarial do concelho da Póvoa de Lanhoso que, como disse

e muito bem é baseado no setor tradicional, eu posso-lhe dar um exemplo que não estando diretamente relacionado com a inteligência artificial, tem muito que ver com a forma como nós olhamos para a oportunidade da capacidade das nossas empresas terem presença digital.

Nós aprovámos há dois anos atrás, um projeto apelidado bairros digitais com financiamento do PRR, que permite que as empresas que não tinham presença digital possam passar a ter e qualquer um de nós possa a partir do seu telemóvel, fazer uma encomenda numa dessas empresas de negócio tradicional que não tendo presença digital há dois ou três anos atrás, tem hoje e, portanto, essa é a nossa forma de contribuir para uma iniciativa que sim, é eminentemente, faz parte eminentemente daquilo que for a estratégia de cada empresa, como o senhor disse, e muito bem, portanto, a Câmara Municipal pode acrescentar de si e dar condições e meios suplementares, se quisemos, para que as empresas tenham mais resiliência relativamente aos desafios do mercado, pode. Tem essa responsabilidade direta e exclusiva, não, não tem. Portanto, relativamente a isso estamos esclarecidos.

Sobre o regulamento Municipal para a área financeira, nós vamos ter oportunidade de debater vários regulamentos ao longo deste mandato, portanto, o mandato está no seu início, vamos debater oportunamente, penso que brevemente também o trabalho está a ser feito pelos técnicos e, portanto, nós não podemos antecipar o nosso debate à conclusão desse trabalho como o senhor certamente compreenderá. O senhor fala em perseguição política, não é? É a sua leitura e está muito provavelmente na sua essência, e na sua análise, de concluir que determinada ação ou determinada reação tem que ver algum tipo de perseguição política. Eu como gosto de factos e gosto de dados e respondendo à deputada Clarisse Matos também relativamente à sua interpelação, eu queria partilhar convosco o seguinte.

Nós tivemos já neste mandato a oportunidade de ouvir o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Amparo pronunciar-se numa Assembleia Municipal, numa intervenção escrita, eu parto do princípio que uma intervenção escrita é refletida e sendo refletida, foi à data incompleta. Recordo, que o senhor Presidente, à data entendeu não transmitir à Assembleia Municipal que tinha ocorrido uma reunião, uma conversa na Câmara Municipal por minha solicitação, por anuência do senhor Presidente de junta, em que tivemos oportunidade de abordar este tema. Essa informação em concreto, foi retirada da informação que foi trazida à Assembleia Municipal. E eu já vou falar de outros factos que vos levam a ter a perceção, mas eu vou falar dos factos que vos levam a ter a perceção, porque têm o peso de consciência de quem não procedeu corretamente, que quer associar determinadas decisões àquilo que tem sido ou que foi em determinado momento, o comportamento do ponto de vista da relação institucional da Junta de freguesia para com a Câmara Municipal, senão vejamos, o senhor Presidente de Junta, se quisesse, também podia ter dito que solicitou à Câmara Municipal o fórum dos Bombeiros Voluntários para dia vinte seis de abril, levar a cabo uma sessão de

esclarecimento que a Junta de freguesia legitimamente, pode fazer as sessões de esclarecimento que entender, legitimamente, queria levar a cabo, a Câmara Municipal concordou e a Junta de Freguesia entendeu, por alguma razão que eu desconheço, não organizar essa sessão de esclarecimento, mas a Câmara Municipal anuiu a cedência de espaço, então posteriormente, a Junta de Freguesia solicitou o espaço polivalente da escola Gonçalo Sampaio e solicitou à Câmara Municipal e a Câmara Municipal anuiu e, portanto, concordou e estando o espaço disponível e não sendo incompatível com outras iniciativas, foi permitido, como é evidente, que fosse levada a cabo a tal sessão de esclarecimento, que é do conhecimento de todos.

Eu estou a dar exemplo, senhor Presidente da Assembleia Municipal, daquilo que são situações em que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, quando o senhor deputado Luís Artur veio a este púlpito acusar de perseguição política aquilo que eventualmente possa ter acontecido, ainda não acabei de fazer a minha exposição. Vossas excelências querem fazer acusações, não querem ouvir as explicações, não gostam de ouvir as explicações, porque geralmente, as explicações desmontam as vossas acusações.

Acabei de dar dois exemplos de articulação, cooperação e aceitação daquilo que é possível ser aceite. A partir daí, disse o senhor deputado e muito bem, que a Câmara Municipal tem toda a legitimidade de organizar uma festa do Dia da criança, aliás, há várias freguesias no nosso concelho que o fazem e muito bem, umas não são incompatíveis com as outras e, portanto, a Câmara Municipal decidiu neste mandato organizar uma festa do Dia Mundial da Criança e vai manter consistentemente, estrategicamente, essa festa em cada um dos anos deste mandato. E disse o senhor Presidente de junta, mas nós já tínhamos antecipado e tínhamos acordado com eventuais fornecedores, não sei, algum tipo de compromisso, tendo em vista a festa do Dia Mundial da Criança, atendendo a que existia um histórico no sentido de ser organizada pela Junta de Freguesia. A minha primeira recomendação é, que de facto, devemos ter uma atitude cautelosa quando assumimos compromissos sem ter a certeza que o podemos fazer, mas ainda assim, ainda assim, o senhor Presidente de junta, tendo assumido compromissos, podia perfeitamente, de facto, ter aproveitado a oportunidade da solicitação que fez ao Sport Clube Maria da Fonte de utilizar o Estádio dos Moinhos Novos, solicitação essa que lhe foi aceite e, portanto, foi-lhe dado o acordo e foi-lhe transmitido que estava autorizado a organizar a festa da criança no Estádio dos Moinhos Novos e a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso decidiu uma estratégia diferente. Decidiu vir a público numa espécie de encenada vitimização dizer que não conseguiu organizar a festa da criança, porque a Câmara Municipal bom, como eu já disse, a Câmara Municipal decidiu e tem esse direito de organizar uma festa do Dia Mundial da Criança, isso é incompatível com as restantes festas das freguesias? Não. Era incompatível com a possibilidade da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Amparo organizar uma festa igual à dos anos anteriores, embora num local diferente? Não.

Solicitou um espaço a uma instituição que lhe deu a sua concordância? Sim. Por que razão não o fez? Deixo a pergunta no ar.

Outra questão que é igualmente relevante, também, tem que ver, senhor Presidente, faça favor de registar este a parte, que o senhor deputado Luís Artur, para quem está em casa é importante saber que acabou de dizer que o Presidente da Câmara Municipal mentiu, vai registar esse à parte porque nós vamos esclarecer se eu menti ou se não menti. Tudo aquilo que eu aqui disse é factual, tudo, tudo, aliás, como é habitual, esse é que é o vosso problema, é que vocês dizem coisas no ar e depois nós apresentámos factos e desmorona-se o castelo de cartas.

Eu vou-lhe falar dos dias e, portanto, agora coloca-se o tema da comemoração do aniversário da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Amparo. É importante, mas eu não estou a dizer que estou a responder a si, o senhor acha que é o centro do Universo. Eu estou a responder a esta Assembleia Municipal, a esclarecer a deputada Clarisse Matos relativamente às questões que foram aqui trazidas pelo senhor Presidente de Junta, o senhor não pode perder o fio condutor porque se não depois fica meio, confuso, digamos assim, confuso, confusão mental, confusão mental.

Portanto, o senhor Presidente da Junta de Freguesia, falou do tema que está neste momento, em cima da mesa relativamente ao aniversário da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Amparo que, segundo diz estará ou estaria, ou está, não percebi se está ou não porque se olharmos àquilo que foi a organização do dia mundial da criança em que se tomaram decisões sem ter informações, fico sem perceber se está ou não previsto ser no dia um de agosto. É importante, nós percebermos o seguinte também, a Câmara Municipal todos os anos tem uma série de iniciativas ao longo do ano, designadamente, nomeadamente no período de Verão e eu diria que mesmo que nós não soubéssemos a informação que eu aqui vou trazer, agora é mais ou menos evidente que no período de Verão, praticamente todos os dias há iniciativas, não é? Na Póvoa de Lanhoso, na vila, algures na praça, no Pontido, um pouco por todo o lado, desde o dia trinta do sete de dois mil e vinte seis, a partir do dia trinta do sete de dois mil e vinte seis até ao dia dois de agosto deste ano, irá ocorrer na Póvoa de Lanhoso a segunda iniciativa daquilo que nós apelidamos de festival Portugal instrumental, que já aconteceu em dois mil e vinte cinco, que vai acontecer em dois mil e vinte seis. A Câmara Municipal, por descargo de consciência, sabe, senhor Presidente de junta, por descargo de consciência e por solicitação, e eu não ia falar sobre isto, mas vou dizê-lo, e por solicitação do Presidente da Câmara Municipal, tem preparada resposta no sentido de explicar isto que eu acabei de explicar agora neste púlpito e de sugerir datas alternativas, sugerir datas alternativas para que possa ser compatível a nossa pretensão e o nosso calendário de eventos com a vossa pretensão e a necessidade justificada de poderem comemorar a criação da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Amparo e é aqui que se vê a diferença do ponto de vista do respeito e da relação institucional, até porque vou deixá-lo com outra informação, os senhores, vamos admitir que seja

involuntário, eu prefiro admitir que seja involuntário, porque prefiro, não vou fazer mais nenhum comentário sobre isso, só prefiro admitir que seja involuntário, mas o senhor veio aqui dizer que comemoram no dia um de agosto, todos os anos, o aniversário da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Amparo. O senhor sabe, que a verdadeira data é o dia vinte e três de julho, foi criada a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, no dia vinte e três de julho de mil novecentos e trinta, portanto, a opção de comemorar no dia um de agosto é vossa, nada tem a ver com a data real. A possibilidade de fazer essa comemoração noutra data estará em aberto e será uma decisão vossa, agora não coloquem nas costas do executivo municipal o preconceito que vocês, de facto, têm e é evidente que o têm, pelo comportamento que têm tido nos últimos meses e pela falta de respeito institucional que tem existido entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, e se exemplos disso faltasse e com esta termino, senhor Presidente, o facto de terem no dia dezanove de março de dois mil e vinte seis informado a Câmara Municipal, quando, na realidade, aquilo que precisavam era de uma autorização que isso está previsto na lei, mas informaram a Câmara Municipal num e-mail enviado às cinco e pouco da manhã relativamente às lonas que decidiram colocar na praça pública, nas principais entradas da Vila, a propósito do tema da elevação a cidade, escolhendo o dia da comemoração do nosso padroeiro, o Dia de São José, para efeitos políticos e para tomada de posição política.

Isto sim, senhor Presidente, é falta de respeito institucional, é não se saber relacionar institucionalmente, por isso, quando quiser ter uma relação normal com a Câmara Municipal, comece por respeitar a Câmara Municipal e a Câmara Municipal responderá sempre com respeito, com muito mais respeito do que vocês têm feito por merecer."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, em representação do GP do PSD, Paulo Silva, para pedidos de esclarecimentos.

Interveio o Presidente da Junta, Paulo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"É verdade que eu fui a uma, se é que chama a isto uma reunião, porque eu estava no meu local de trabalho, recebi um telefonema da Câmara de alguém, dos assessores que o Presidente queria falar comigo a ver se podia ser hoje e fui lá às duas e meia da tarde não fazia a mínima ideia, para o que ia lá. Mas também já que diz tantas vezes a mesma coisa também convém que as pessoas saibam que nós tivemos uma conversa de dez minutos que a primeira palavra que você disse, foi isto não é vinculativo, mas nós decidimos ouvir, é verdade, certo?

Onde eu dei as minhas razões, o porque de não querer cidade, onde o Presidente deu as suas razões, onde um dos exemplos que me deu foi, imagina Rossas é vila certo? Foi assim uma conversa que nós tivemos tipo de café, eu disse pronto se vamos estar a falar

dessa situação, tudo bem eu até compreendo se Rossas é Vila nós temos que ser cidade ou até muito mais que cidade, se é que há, certo? E eu até dei o exemplo, então vamos falar de coisas sérias, se a Póvoa quer ser cidade à beira de uma cidade como Fafe que nós temos aqui à beira, já nem falo em Braga nem Guimarães, por amor de Deus, foi esta a nossa conversa, ponto.

E até algum comentário que o senhor vereador Gilberto Anjos disse, que pôs em questão que as pessoas que não queriam que passassem isto a cidade que eram os PSD's, está completamente enganado, meu amigo. Mas completamente, e você sabe disso, há muita gente que não quer que isto seja cidade tanto da cor partidária do PS, como do PSD e não tem nada a ver.

É logico que nós podemos fazer o adversário no vinte e nove, mas eu também lhe pergunto porquê que não fez o Dia Mundial da Criança no dia um? Era uma segunda-feira, porque é que não fez nesse dia? Podia o ter feito, pronto eu isso compreendo tudo.

Senhor Presidente, nós tivemos uma reunião com o vereador Gilberto Anjos, onde lhe dissemos que o investimento já tinha sido feito e ele compreendeu, mas também disse logo que isto tinha que ir a reunião de câmara e que, depois, que dizia alguma coisa. E vamos lá ver uma coisa, nós recebemos um email do senhor Ricardo Alves a dizer que todas as nossas atividades tinham que, e foi isso que nós fizemos, o problema é que nós nunca mais tivemos resposta de ninguém, e eu e o meu amigo Ricardo Alves, nós tínhamos um lema na altura, há quatro anos, nos outros quatro anos, que não íamos andar a comparar, é melhor assim, carecas, é melhor assim, para não dizer outras coisas, não tem jeito absolutamente nenhum, a câmara e a junta estar a misturar as atividades.

E em relação, só para terminar, em relação ao Maria da Fonte, quer que eu lhe diga uma coisa? Sabe porque é que nós não fizemos o Dia Mundial da Criança no Maria da Fonte? Porque ia abrir um problema muito grande com o Presidente do Maria da Fonte, sabe porquê? Sabe o que é que ele me disse? Meu amigo aqui neste campo, quem manda sou eu e se quiseres fazer a festa, tu fazes a festa."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Já é uma evolução admitir hoje que tivemos uma reunião quando há uns meses atrás não o admitiu, está de parabéns por isso.

Relativamente ao dia da criança, nós tínhamos já pré-agendado e definido que tínhamos intenção de organizar o dia da criança e como foi aqui amplamente demonstrado, nada tinha de incompatível com a possibilidade de vocês organizarem o dia da criança. Aquilo que o senhor disse relativamente à tomada de posição do Presidente do Sport Clube

Maria da Fonte, só reforça aquilo que eu disse também, estamos todos de acordo, estamos de acordo.
Sabe o que é que cabe na cabeça das pessoas? É assumir compromissos sem ter a certeza que podem ser assumidos, isso é que cabe na cabeça de toda a gente. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o Ponto Um da ordem do dia.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 1º Trimestre de 2026 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.** E concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"O ponto que hoje submetemos à apreciação desta Assembleia para que fique inteirada, refere-se ao relatório de execução orçamental da EPAVE relativa ao primeiro trimestre de 2026, elaborado em cumprimento das obrigações legais de reporte das empresas locais ao município.
De uma forma global, importa referir que o documento evidencia uma situação financeira equilibrada e uma execução orçamental coerente com o período em análise. Tanto a receita cobrada como a despesa paga apresenta uma taxa de execução na ordem dos 31%, valores perfeitamente compatíveis com a programação financeira prevista para o primeiro trimestre e que demonstra uma gestão prudente e rigorosa dos recursos disponíveis.
O relatório confirma igualmente a importância dos financiamentos comunitários, nomeadamente no âmbito do programa Pessoas 2030 e do Erasmus +, que continuam a constituir um pilar essencial da atividade da escola e da concretização da sua missão educativa e formativa. Reflete ainda o normal funcionamento da instituição com um peso das despesas de pessoal, dos encargos de funcionamento e dos investimentos associados ao Centro Tecnológico Especializado, recentemente inaugurado.
Permitam-me, contudo, esclarecer um aspeto que poderá suscitar alguma dúvida na leitura do relatório. A taxa de execução apenas de 9%, na rubrica da receita proveniente

da administração local. Esta percentagem não corresponde a qualquer incumprimento por parte do município, nem traduz qualquer desequilíbrio financeiro, pelo contrário, prende-se exclusivamente com a forma como é gerida a relação financeira entre a Câmara Municipal e a EPAVE.

Por um lado, existe o cumprimento do contrato-programa celebrado entre ambas as entidades, designadamente no que diz respeito ao pagamento da comparticipação pública nacional pelo município. Por outro, a EPAVE tem responsabilidades financeiras para com a Câmara Municipal, nomeadamente relativamente ao pagamento das rendas, tradicionalmente e por razões de eficiência administrativa e financeira, estas duas dimensões são objeto de compensação e de acerto de contas no final do exercício económico.

Assim, embora a execução contabilística apresentada no primeiro trimestre, seja reduzida nesta rubrica, os valores encontram-se devidamente cabimentados, previstos e consensualizados entre as partes, não existindo qualquer situação de incumprimento ou de divida por regularizar no âmbito da relação entre o município e a EPAVE. Importa, por isso, que esta taxa de execução seja interpretada à luz desta realidade contabilística e não como indicador da efetiva execução material do apoio municipal.

Em síntese, estamos perante um relatório que demonstra estabilidade financeira, rigor na gestão e capacidade de execução, permitindo à EPAVE continuar a afirmar-se como uma instituição de referência no ensino profissional, na formação dos nossos jovens e na qualificação do tecido económico e social do concelho.

Pelas razões expostas, entendemos que o relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de 2026 traduz uma gestão sólida, transparente e responsável, merecendo o reconhecimento desta Assembleia Municipal que fica inteirada com o documento."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O CDS-PP regista o relatório apresentado pela EPAVE e reconhece o papel relevante que esta instituição desempenha na qualificação dos jovens e na valorização do ensino profissional no nosso concelho.

A recente inauguração do Centro Tecnológico Especializado representa um investimento importante na modernização do ensino e na capacitação dos nossos jovens, criando melhores condições para a aquisição de competências técnicas, cada vez mais exigidas pelo mercado de trabalho num concelho que procura fixar população jovem, atrair investimento e criar oportunidades de emprego qualificado, é fundamental que a formação profissional continue a acompanhar a evolução tecnológica e as necessidades das empresas na nossa região.

Contudo, mais importante do que os equipamentos e as infraestruturas é garantir que estes investimentos se traduzam em resultados concretos para os alunos, promovendo a sua qualificação, empregabilidade, e integração no mercado de trabalho. O verdadeiro sucesso deste investimento será medido pela capacidade de proporcionar aos jovens melhores oportunidades de futuro e de contribuir para o desenvolvimento económico e social da Póvoa de Lanhoso.

Neste sentido, gostaríamos de questionar o executivo sobre quais são as expectativas relativamente ao impacto do centro tecnológico especializado na captação de alunos, no reforço da ligação às empresas e à melhoria da empregabilidade dos jovens formados pela EPAVE.

O CDS continuará a acompanhar com atenção o trabalho desenvolvido pela EPAVE, reconhecendo a sua importância para o futuro do nosso concelho. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Alzira Sousa.

Interveio a deputada Alzira Sousa, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Relativamente ao relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de 2026 da EPAVE, importa destacar de forma sucinta que o documento demonstra uma situação financeira equilibrada e uma execução compatível com o período em análise, revelando rigor na gestão e capacidade de cumprir os compromissos assumidos.

Os indicadores apresentados evidenciam uma execução orçamental consistente, quer do lado da receita, quer do lado da despesa, mantendo a sustentabilidade financeira da instituição e assegurando a continuidade dos investimentos estratégicos que têm vindo a ser concretizados.

Mas mais importante do que números, importa reconhecer o trabalho que está por detrás destes resultados. Aproveitamos esta oportunidade para felicitar a EPAVE, o seu órgão de gestão, colaboradores, docentes e comunidade educativa, pelo caminho que têm vindo a percorrer, marcado pela visão, pelo investimento e pela procura permanente da melhoria.

Uma palavra muito especial pelo recente centro tecnológico especializado, cuja inauguração representa um marco relevante para a escola e para o concelho, dotando os alunos de melhores recursos, equipamentos modernos e condições de aprendizagem alinhadas com os desafios do mercado de trabalho e da inovação. Importa igualmente enaltecer o esforço desenvolvido na melhoria contínua das infraestruturas físicas da escola, investimentos que se refletem diariamente na satisfação da comunidade escolar, na valorização do ensino profissional e, naturalmente, nos bons resultados que a EPAVE, tem vindo a alcançar, quer ao nível da procura pelos seus cursos, quer na empregabilidade, prosseguimento de estudos e resultados académicos dos seus alunos.

Por tudo isto, e após análise do relatório apresentado, a bancada do Partido Socialista considera que o documento traduz uma gestão responsável, transparente e orientada para resultados, pelo que se dá por inteirada do mesmo, renovando o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela EPAVE e pelos seus órgãos de gestão. Obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Gostava de falar aqui um pouco sobre a atividade da EPAVE, mas não tenho mesmo tempo, mas vamos à situação financeira, se eu tiver tempo ainda lá vou, a situação financeira, sim, ninguém de boa-fé ou minimamente honesto intelectualmente vem se pronunciar sobre um relatório do primeiro trimestre com projeções, não é? Pronto, mas eu não o faço, não farei.

Mas há aqui indícios, e nesses indícios, eu falo, há aqui indícios que as coisas podem não estar bem, isso eu vou falar. Primeiro indício não me diz muito, mas fica só a nota, investimentos efetuados na EPAVE no primeiro trimestre, zero, pode não querer dizer nada, mas também pode querer dizer, mas o que me preocupa é a receita da EPAVE, porque isto é um indício idêntico ao do ano passado, e nós sabemos o que se passou o ano passado, com a EPAVE a utilizar verbas de fundos estruturais, fundos europeus, no seu fundo de maneio normal e corrente, o que é terminantemente proibido e é crime.

Espero que não se preparem para fazer a mesma coisa, senhora vereadora, eu não tenho dúvidas que em trinta e um de dezembro, a Câmara terá as responsabilidades todas cumpridas, o problema é ao longo do ano, e não sou eu que o digo, o revisor oficial de contas disse isso o ano passado, que a câmara pagava tarde e a más horas à EPAVE, isto causa problemas seríssimos no fundo de maneio da EPAVE e não percebo que é que a câmara não o faz, pelo que aqui disse, isso não é uma lógica contabilística, é uma lógica financeira de gestão do fundo de maneio. A câmara pode antecipar, a câmara pode exigir que sejam passadas as faturas, é responsabilidade da Câmara Municipal, quando a EPAQVE não tem dinheiro é responsabilidade da Câmara Municipal, depois vai fazer o quê? É uma conta corrente caucionada, vai utiliza-la, isso custa dinheiro, não tem, porque EPAVE depende a 100% ou a 98% da Câmara Municipal. Basta ver as contas consolidadas. O impacto da EPAVE não chega a 1%, dependem exclusivamente da Câmara Municipal, não é dois ou três fundos europeus tipo os CLDS's ou coisa do género ou o programa pessoas, ou lá o que é que não é financiamento, o financiamento tem que ser feito pela Câmara Municipal.

A responsabilidade da EPAVE ter problemas financeiros é da Câmara Municipal, ponto final, dada a dependência criada. Os 9% é assim, eu fiz aqui umas contas, os 9% está equilibrado 31%, 31%. É mentira, sabe porquê? Porque a receita é 31%, mas a principal

receita é de 36% é dos fundos comunitários, só posso utilizar nos fundos comunitários, não posso utilizar em mais lado nenhum.

Portanto, a receita corrente é mais baixa que 31%, é aritmética, nem matemática é senhora vereadora, é aritmética, tem uma receita corrente inferior à despesa corrente. Tenho 36% de fundos comunitários, que só podem ser utilizados em despesa de fundos comunitários. Eu estimo já aqui um défice neste momento, para a EPAVE de 17%, despesa e receita."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fátima Moreira, para resposta.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Dra. Carla Góis relativamente ao impacto do CTE quer na captação de alunos, quer no impacto, no apoio às empresas, obviamente que um centro tecnológico especializado na EPAVE, é uma oportunidade para a EPAVE, mas não é só uma oportunidade para a EPAVE, é uma oportunidade para o território. Se atrai novos alunos, atrai novos alunos, melhora a qualidade de ensino, certamente, e vai permitir uma coisa que já foi aqui enfatizada, que é, de facto, trazer a tecnologia, as novas necessidades das empresas, à formação também profissional, neste caso promovida pela EPAVE, mas também promovida pela Escola Secundária que também beneficiou de um centro tecnológico especializado, com o mesmo propósito.

Dizer-vos que, no âmbito da candidatura dos próprios CTE's, as escolas tiveram que fundamentar muito bem a sua candidatura com protocolos e acordos com empresas, com universidades e agora é hora de dar cumprimento àquilo que está protocolado, por isso, é, de facto, nossa expectativa que estes centros tecnológicos especializados tenham esse impacto, não só na captação de alunos, na melhoria da qualidade do ensino, na modernização do ensino e na inovação do ensino, mas também na disponibilização e o apoio às empresas.

Senhor deputado Luís Artur, eu percebo todas as preocupações, é verdade que a EPAVE é detida a 100% pela Câmara Municipal e, por isso é que a EPAVE também tem com a Câmara Municipal e a Câmara Municipal com a EPAVE, esta obrigatoriedade de assumir 15% da comparticipação pública nacional e não 100%, como acontece com todas as restantes escolas deste país. É a condição da EPAVE que faz com que a Câmara, de facto, tenha esta obrigatoriedade de financiar 15% da formação financiada, o que é certo também, e vocês têm o resultado do ano dois mil e vinte cinco a EPAVE não apresentou, em momento nenhum uma situação debilitada financeira nem prejuízos, por isso estar aqui com a situação teve apenas a ver com o contrato da gestão das AEC que em determinado momento, foi mal preparado, foi mal planeado, no âmbito daquilo que tínhamos definido em missão no início do ano, houve necessidade de contratar

professores a mais e que foi além daquilo que estava protocolado no contrato-programa com a EPAVE situação que foi resolvida a situação que está ultrapassada, porque está motorizada agora de outra forma diferente conforme aquilo que foi aqui assumido, por isso, não temos que ter essas preocupações neste momento, com a EPAVE relativamente a prejuízos ou má gestão, porque isso não, nós nunca tivemos situações de má gestão da EPAVE ao longo de toda a análise que fizemos aqui destes últimos anos da EPAVE.
Agradeço, agradeço todos os contributos, todas as preocupações, obviamente que o órgão de gestão está atento também a essas preocupações, e bem, impulsionados pelo CTE, pelo centro tecnológico especializado, temos feito melhorias significativas nos equipamentos da EPAVE, temos feito também imenso investimento, porque a escola está de facto diferente e quem esteve na inauguração do CTE sentiu essa diferença, sentiu o também os alunos motivados, outra forma que estão agora com estes novos equipamentos, esse caminho que queremos trilhar com risco, mas também com ambição, mas, de certeza, senhor deputado, com os pés assentes na terra, como até agora aconteceu. Obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira, para pedido de esclarecimentos.

Interveio o deputado Luís Artur, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Não tanto para pedir esclarecimentos, mas para dar ou fazer uma melhor precisão daquilo que disse, no fundo para dar esclarecimentos, 9% de execução orçamental. Isso significa que esta execução orçamental já tinha que estar, pelo menos nos 25%, 17% de défice, eu explico porquê, isto é responsabilidade da Câmara Municipal, não me interessa que a Câmara Municipal comparticipe aquilo, é uma empresa municipal que consolida com a Câmara Municipal, em que a Câmara Municipal é a Assembleia geral da EPAVE independentemente do seu conselho de Administração, que é o primeiro responsável, mas a Câmara Municipal tem responsabilidades nisto e a Câmara Municipal não pode deixar a EPAVE em termos financeiros, a senhora vereadora confundiu ali o que é económico e o que é financeiro, são coisas completamente distintas.
A liquidez da EPAVE depende da Câmara Municipal, ponto final, porque se não vai fazer o que fez o ano passado, que é utilizar verbas, tem novo controlo ainda bem que tem, não vai utilizar perceberam o erro que fizeram, mas então olhe a conta caucionada já a desmente, já tem uma utilização de 28%, salvo erro, a locação financeira por exemplo está em 25% eventualmente, sem a taxa de juro vai ultrapassar o orçamento, vai ter que fazer um reforço, não interessa, está a ver as despesas que estão aqui desmentem-na em tudo senhora vereadora, em relação à evolução da EPAVE eu próprio disse ali que isto pode ser um diamante em bruto, agora em termos financeiros não pode estar gerida desta maneira, peço desculpa, a responsabilidade de liquidez da EPAVE é da Câmara

Municipal, porque em Assembleia geral, a Câmara Municipal tem 100%, entenda isto. Eu não estou a falar em termos económico, em termos económicos no final do ano está tudo direito. É ao longo do ano, se há dificuldades financeiras da EPAVE a Câmara tem que socorrer a EPAVE, ponto final. Não é o que as contas demonstram, há indícios aqui, já foquei quatro ou cinco que demonstram que não é isso. Terminei, senhor Presidente."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto dois da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 1º Trimestre de 2026 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes, para fazer um pedido de alteração da ordem de trabalhos.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, e no uso da palavra referiu:
"Temos aqui elementos da bancada que não poderão estar até ao final desta Assembleia, eu solicitava uma alteração à mesa, uma alteração da ordem de trabalhos e se poderíamos para facilitar para que as pessoas possam estar, se poderíamos discutir, analisar já o ponto oito."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, e no uso da palavra referiu:
"Independente do Regimento, o bom senso que nos diz a alteração do ponto da ordem de trabalhos, ou separação, primeiro é feita no início da sessão e, em segundo lugar, tem que haver unanimidade para isso, porque é evidente que a Assembleia Municipal pode sempre dizer não tem que haver unanimidade, tudo bem, mas isso manda o bom senso que seja assim, pela parte do PSD não tem essa unanimidade, porque não achamos que deve haver alteração dos pontos da ordem de trabalho a meio de uma Assembleia Municipal, só isso."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que respeitava a opinião do deputado Luís Artur mas que o plenário é soberano, pelo que colocou à votação do mesmo a alteração solicitada pela bancada parlamentar do PS. Informou que a alteração foi aprovada por maioria, com 24 votos a favor do GP do PS,

14 votos contra do GP do PSD e CDS-PP e uma abstenção do GP do PSD. Pelo que passou ao ponto oito da convocatória. **Ponto Oito: Proposta da Câmara Municipal, para aprovar a resolução do auto de transferência de recursos celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a freguesia da Póvoa de Lanhoso, celebrado em 28 de dezembro de 2021, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos.** E concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Quero deixar aqui um cumprimento especial ao senhor Presidente de junta Filipe Sousa e a todos e nele cumprimentar todos os covelenses, de facto, o seu bem receber de sempre e quero agradecer aqui publicamente. Muito obrigado.

Relativamente a este ponto, o ponto que ora se submete à apreciação desta assembleia respeita à proposta de resolução do auto de transferência de recursos celebrado em vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e um, entre o município da Póvoa de Lanhoso e a freguesia da Póvoa de Lanhoso através do qual foi transferida a competência relativa à limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros na área total da freguesia.

Dos elementos que fundamentam a presente proposta resulta que a execução do referido instrumento tem evidenciado ao longo do tempo, dificuldades na concretização regular e consistente das obrigações dele emergentes, com repercussões na adequada prossecução do interesse público e na necessária articulação funcional entre as entidades intervenientes.

Os elementos instrutórios do presente ponto dão conta de que os serviços municipais têm sido de forma recorrente, chamados a suprir intervenções indispensáveis, à preservação da salubridade da segurança de pessoas e bens e da normal fruição do espaço público, o que aconselha uma reavaliação do modelo de gestão atualmente vigente.

Com efeito, o município dispõe presentemente de meios humanos, técnicos, materiais e organizacionais aptos a assegurar diretamente a referida competência, com maior coerência operacional e racionalidade na afetação dos recursos públicos.

Acresce que a informação interna, elaborada pela divisão de Obras Municipais e Ambiente aponta para um potencial de diminuição dos encargos na ordem dos 40%, caso o serviço passe a ser integralmente assumido pela autarquia.

Sem prejuízo do devido reconhecimento institucional da freguesia, cuja colaboração e relevância no quadro do poder local cumpre, naturalmente, acautelar, entende a Câmara Municipal que, no quadro concreto verificado, se mostram preenchidos os pressupostos legais que justificam a resolução do auto e a consequente reassunção direta da competência pelo município.

Está, pois, em causa uma decisão fundada em razões de interesse público, orientada para a melhoria da eficácia administrativa, a estabilidade da prestação do serviço e a melhor resposta às necessidades coletivas dos munícipes.
É neste enquadramento que a Câmara Municipal propõe a resolução do auto de transferência de recursos nos termos legalmente previstos, submetemos agora esta proposta à apreciação desta Assembleia. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"O CDS-PP sempre defendeu a valorização das freguesias, enquanto estruturas de proximidade, conhecedoras da realidade local e fundamentais para uma resposta mais rápida e eficaz às necessidades das populações.
A descentralização de competências constitui um instrumento essencial de reforço do poder local. Por essa razão, entendemos que a reversão destas competências deve revestir um caráter verdadeiramente excecional, apenas sendo justificada quando se demonstre de forma clara que foram esgotadas todas as possibilidades de acompanhamento, cooperação e correção das situações identificadas.
Tendo presente que este processo se desenvolve desde 2021, gostaríamos de compreender melhor qual foi o percurso efetuado pelo município ao longo destes anos, que mecanismos concretos de acompanhamento e articulação institucional foram implementados? Que diligências foram promovidas para procurar ultrapassar os incumprimentos identificados antes de se concluir que a resolução do auto de transferência de recursos era a única solução possível?
Gostaríamos ainda de saber se toda a documentação relevante que fundamenta esta proposta foi disponibilizada aos membros desta Assembleia com a antecedência necessária para emitir uma análise completa e esclarecida de uma matéria com esta importância?
Mais do que um conflito entre duas entidades públicas, aquilo que verdadeiramente importa é garantir um serviço público eficiente à população, salvaguardando simultaneamente o interesse público, a boa gestão dos recursos e o respeito pelo princípio da descentralização que presidiu à transferência destas competências.
Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A proposta deve ser analisada com sentido de responsabilidade e com uma pergunta central muito simples, qual é, afinal, a solução que melhor serve o interesse público? E olhando para os factos, a resposta parece-me evidente, é aquela que garante um serviço, clarifica responsabilidades, e evita que o município continue a suportar na prática, o que formalmente foi transferido para a Junta de freguesia.

Factos, a 28 de dezembro de 2021, foi celebrado um auto de transferência de recursos para a limpeza das vias públicas, no valor de cinquenta e um mil e quatrocentos e quarenta e quatro euros. Outro facto é a Câmara Municipal que assegura diariamente uma parte substancial deste serviço na malha urbana, com meios próprios, meios humanos, materiais e financeiros.

E aqui é que está o ponto essencial, quando o município está a executar uma parte significativa do trabalho, manter o pagamento integral de uma transferência pensada para cobrir todo o serviço deixa de ser uma solução de boa gestão, passe a ser um modelo disfuncional, oneroso e difícil de justificar perante os munícipes.

Percebo que possa haver quem diga que a transferência celebrada em 2021 deve ser mantida por uma questão de estabilidade institucional, mas a estabilidade não pode ser confundida com inércia. O modelo só merece ser preservado quando funciona bem, quando corresponde à realidade e quando produz resultados visíveis para a população. Se isso não acontece, o dever do executivo municipal não é manter o erro, é corrigi-lo.

Também se poderá argumentar que a reversão da competência cria um sinal político negativo. Não concordo. O sinal político seria precisamente o contrário, saber que a Câmara intervém de forma regular, reconhecer que suporta custos e esforço operacional e ainda assim, continuar a transferir recursos sem correspondência plena com a execução efetiva do serviço. Isto não é rigor, isto é duplicação de encargos.

Outra objeção possível é que a junta deve continuar a ter esta responsabilidade, porque a descentralização aproxima os serviços das populações. Em tese, este princípio é correto, mas a descentralização só faz sentido, quando esta capacidade existe e é real de execução, quando a prática demonstra o incumprimento deixa de produzir um melhor serviço e passa a gerar confusão, ineficiência e desperdício.

A boa gestão não se mede por intenções, mede-se por resultados. Se o município já garante por si a limpeza do centro da Vila e outras zonas essenciais, então faz pouco sentido continuar a pagar uma estrutura paralela que não assegura integralmente o que recebeu. Não estamos aqui a discutir simpatias institucionais, estamos a discutir a melhor forma de aplicar o dinheiro público com eficiência.

Há ainda um argumento que considero decisivo. A própria documentação aponta para uma estimativa interna, segundo a qual caso o serviço fosse integralmente assegurado pela autarquia, o custo anual seria inferior ao valor atualmente transferido. Isso significa que a manutenção do modelo atual não representa apenas uma duplicação de esforço,

representa também uma perda de racionalidade financeira, e quando os recursos são escassos, cada euro conta, um euro desnecessariamente afeta uma estrutura que não responde integralmente ao objetivo contratado é um euro que deixa de poder ser usado na melhoria de outros serviços, na manutenção de outras vias, na resposta a outras necessidades.

Há ainda um aspeto político e administrativo que não pode ser ignorado, clareza perante os munícipes, os documentos referem situações repetidas em que a população não consegue identificar com segurança quem é responsável pela limpeza e pela manutenção. Isto é grave, um serviço público sem responsabilidade claramente assumida, gera frustração, dúvidas e perda de confiança nas instituições. As populações não querem saber de disputas formais entre entidades, a população quer ruas limpas, sarjetas desobstruídas, espaços públicos cuidados e respostas rápidas.

Se na prática é a Câmara que intervém sempre que há problemas, então a solução institucional de refletir essa realidade, tudo o resto é manter uma ficção administrativa que já não corresponde e não tem correspondência com o terreno.

Por isso, a posição deve ser coerente, a reversão da competência para a esfera municipal é a solução que melhor serve o interesse público, não é uma decisão contra ninguém, é uma decisão a favor da eficiência, da transparência e da boa utilização de recursos públicos.

Num tempo em que se exige rigor às autarquias, não faz sentido manter um modelo em que a Câmara executa, a Câmara suporta custos e a Câmara ainda paga para que outra entidade faça aquilo que não está a ser plenamente assegurado. Isto não é descentralização eficaz, isto é a sobreposição de meios sem benefício proporcional para a população."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, em representação do GP do PSD, Paulo Silva.

Interveio o Presidente da Junta, Paulo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Só responder aqui a duas coisinhas. Senhor Presidente, o aniversário da junta é 29 de julho, não é 23.

Tenho só que dizer isto porque há bocado também se falou e realmente não tenho problemas em assumir quando sinto que também no fundo acabamos por errar, pensámos pouco no que íamos fazer no dia de São José, realmente o nosso procedimento havia de ter sido outro, não é que as lonas tivessem alguma coisa de mal, é verdade que o nosso objetivo era realmente o impacto de ser o dia da festa, mas estou aqui para reconhecer que também não há problema absolutamente nenhum, houvesse mais gente a fazer o que eu estou a fazer que acho que isto funcionava muito melhor.

E há uma coisa muito importante, foi eleito democraticamente, mas eu também fui. E eu também tenho que defender os interesses dos meus fregueses da mesma forma que você, e eu acho que isso é a coisa mais simples que existe tudo o que vem a partir daqui posso-lhe chamar palha.

Mas vamos ao ponto, senhor Paulo olha para mim, olha para mim, eu acho que tiveste um bocado de dificuldade, eu vou dizer uma coisa senhor Paulo, mas custa-me mesmo como é que um ex-Presidente de junta, como é que é possível tu acreditares naquilo que vieste aqui ler, uma freguesia como Oliveira que há alturas que as ervas sobem pelos muros acima, senhor Paulo.

Por amor de Deus, vocês estão a falar com uma pessoa que percorre as freguesias todas do concelho, haverá alguma freguesia, haverá alguma freguesia direita? Vocês, por amor de Deus, isto é brincar com isto.

O senhor Joaquim, poupar? Poupar o quê, senhor Joaquim, a Câmara vai poupar o quê? Vocês desculpem lá, vocês conseguem-se ouvir, o que estão aqui a dizer? Eu tenho factos, meus amigos, isto não há respeito absolutamente nenhum, mas nenhum pela Junta de freguesia da Póvoa de Lanhoso.

Olhe, está aqui a prova Luís, eu se não posso realizar o aniversário, não posso usar um espaço que seja, porque é tudo do município, tu queres o quê Luís, o que é que tu fazias na tua freguesia?

Isto não é guerra contra ninguém Luís, todos nós sabemos, nós somos Presidentes de junta, nós melhor que ninguém sabemos o que as freguesias passam, é o nosso maior cancro, enquanto junta de freguesia, são as limpezas, mas nós estamos aqui a tentar dizer o quê e dizer a quem? Se isto é perseguição, seja o que for, nós temos uma opinião diferente da Câmara, ponto. Não é preciso nós chegarmos a este ponto, quando nós ficamos admirados que há muita guerra é na Rússia, é aqui é acolá, quando nós aqui não nos conseguimos entender, uma coisa tão básica que a junta de freguesia tem e um azar eu aproveito já para dizer, eu não sei quantos funcionários tem a Câmara, senhor Presidente, nós temos dois, nós temos um funcionário há mais de oito meses de baixa, senhor Presidente, temos dois funcionários, milagres? Não há.

Olhe, está aí um senhor Presidente de junta, de Rendufinho, não sei se ele está aí, que foi solicitado um funcionário que anda lá a limpar a freguesia dele para vir limpar a Póvoa de Lanhoso, isto é que é, nós sermos solidários uns com os outros, não é andarmos aqui em guerrinhas uns contra os outros, mas o que é isto?

Oh meus amigos, vocês lembrem-se de uma coisa, nós temos que começar a ter noção, nós somos importantes, os Presidentes de junta são importantes, somos nós que os metemos ali. Isto custe a quem custar somos nós que trabalhámos para os metermos ali a eles. Estão-me a perceber? E nós andamos aqui todos às migalhas, todos, isto resolvia-se muito bem, o senhor Presidente da Câmara, o executivo chamava lá cima, o executivo da junta e nós conversávamos, se calhar íamos discutir, mas nós íamos chegar a um consenso. Não é aqui agora eu digo muitas vezes ao meu secretário, é mail para cima, é

mail para baixo, é mail para cima é mail para baixo, não, as pessoas têm que conversar, meu amigo, que é isso que nos falta.

E depois andamos aqui nós, as freguesias daquele lado claro têm que fazer o que ele manda. É normal mas não havia de ser. Mas eu também já respondi isso a uma pessoa, eu até gostava de estar, se calhar se o PSD se tivesse desse lado a minha posição não ia mudar muito, porque há quem faça disto profissão, eu não faço, eu continuei a trabalhar, meu amigo, porque trabalhar nos correios é que me dá de comer, não é ser Presidente de junta, olhe, isso dá-me chatices, dá-me preocupações e muitas, e não é esse o meu objetivo.

Hoje, não estamos apenas a discutir uma proposta administrativa, estamos a discutir se uma decisão que retira competências a uma junta de freguesia, assenta ou não numa avaliação rigorosa, objetiva e devidamente fundamentada, porque é precisamente esse relatório elaborado pela Câmara Municipal que serve de fundamento à proposta que hoje esta Assembleia é chamada a votar. E é sobre este relatório que importa refletir, quando o analisamos, verificamos que existem questões que não podem ser ignoradas. O relatório não identifica quem realizou a avaliação, não explica qual foi a metodologia utilizada, não defendo critérios objetivos de avaliação, e fundamenta as suas conclusões, essencialmente, em 13 fotografias.

Ora, uma decisão desta importância exige um nível de fundamentação muito superior, mas há mais, quando analisamos essas 13 imagens, encontrámos vários problemas, quatro corresponde exatamente ao mesmo local, a rua dos Moinhos Novos, uma refere-se a um lote privado, outra diz respeito a uma via inserida no casco urbano, cuja limpeza é da responsabilidade da própria Câmara Municipal. Outra reporta-se a um caminho que nunca foi comunicado à junta como integrado no domínio público. E esta é a melhor, e duas fotografias foram captadas em arruamentos localizados, imagine-se, na União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, mas pronto, mas eu respeito. A Câmara Municipal pretende rescindir o protocolo de limpeza celebrado com a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso utilizando fotografias que nem sequer correspondem em parte ao território da freguesia, e questiono-me alguém leu este relatório antes de o enviar? Ou a pressa era assim tanta?

Isto não é uma opinião da Junta é aquilo que consta do próprio relatório e quando um documento que fundamente uma decisão administrativa apresenta estas fragilidades é legítimo questionar-se a avaliação realizada oferece garantias suficientes para suportar uma decisão desta natureza. Porque quanto mais gravosa é uma decisão administrativa maior tem de ser o rigor da sua fundamentação. Infelizmente, esse rigor não se encontra neste relatório.

Perante esta situação, a Junta de freguesia não respondeu apenas com palavras, respondeu com trabalho. Fizemos um levantamento detalhado do território, percorremos ruas, caminhos, jardins e espaços públicos, registámos fotograficamente a cada situação, identificando os locais de forma objetiva, porque entendemos que a

melhor resposta a uma avaliação discutível é mostrar a realidade nesse sentido, solicito ao senhor Presidente da Assembleia Municipal autorização para utilizar os meios audiovisuais desta Assembleia, permitindo apresentar este levantamento aos senhores deputados."

Perante este pedido, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que os meios audiovisuais eram da Câmara pelo que solicitou a autorização do senhor Presidente da Câmara, que concedeu essa autorização, e a validação do plenário, que também não se opôs à utilização dos meios audiovisuais para apresentação de algumas fotografias, e voltou a conceder a palavra ao Presidente da Junta da Póvoa de Lanhoso, Paulo Silva, para concluir a sua intervenção.

O Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, retomou a sua intervenção e no uso da palavra referiu:

"Eu aproveito para dizer isto não é mais do que aquilo que eu já disse há bocado, não há nada contra as freguesias, não há nada contra os Presidente de Junta é também para mostrarmos que realmente é um problema que é adjacente a todas as freguesias e, por isso, gostava de mostrar estas imagens porque também foi feito um trabalho, porque custa-nos muito compreender como é que há uma situação destas para a junta de freguesia da Póvoa e nós temos que dar como exemplo as outras, é só isso, nada mais.

É o que demonstram estas imagens, demonstram aquilo que qualquer Presidente da junta sabe, que a vegetação cresce, que a limpeza de caminhos, bermas e espaços públicos é um trabalho permanente e que nenhuma freguesia consegue garantir que todos os espaços estejam impecavelmente limpos todos os dias do ano, isso é simplesmente impossível. A rua que hoje é limpa dentro de duas semanas pode necessitar novamente de intervenção.

Essa é a natureza deste trabalho, aliás, basta percorrer o concelho para encontrar situações semelhantes em todas as freguesias, sem exceção, por isso, a pergunta impõe-se, vai a Câmara Municipal rescindir os protocolos de todas as freguesias? Vai aplicar exatamente o mesmo critério a todas, ou existe um critério específico para a Junta de freguesia da Póvoa de Lanhoso?

Mas existe ainda uma contradição que não posso deixar de assinalar. A Câmara Municipal afirma possuir meios humanos e operacionais para assumir diretamente estas competências. Muito bem, então vejamos alguns espaços que já são da sua inteira responsabilidade, aqui apresentar a fotografia do talude do Pontido, lotes nos Moinhos Novos, que já são limpos por nós. Estas fotografias foram captadas no dia dezanove de junho mostra um espaço cuja manutenção compete exclusivamente à Câmara Municipal e a pergunta surge naturalmente, se a Câmara Municipal não consegue assegurar de forma satisfatória os espaços que já estão sob a sua responsabilidade direta, como

conseguirá garantir a limpeza de todos os arruamentos, caminhos e espaços públicos, atualmente assegurados pela Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso?
Porque uma coisa é afirmar que existe capacidade outra é demonstra-la. Mas esta discussão ultrapassa a situação concreta da Póvoa de Lanhoso. Hoje não estão apenas em causa esta junta de freguesia, está em causa um princípio, se aceitarmos que competências podem ser retiradas com base numa avaliação pouco transparente, sem critérios objetivos, claramente definidos, e sustentada no relatório com as fragilidades que aqui foram mostradas, estaremos a criar um precedente, é esse precedente que poderá amanhã, aplicar-se a qualquer freguesia deste concelho. Senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores deputados municipais, hoje não vos peço que defendam a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, peço-vos que defendam um princípio de justiça e de igualdade em tratamento de outras freguesias. Peço-vos que reflitam sobre uma questão muito simples, se fosse a vossa freguesia a ser avaliada com estes critérios, considerariam esta avaliação suficiente para justificar uma decisão desta importância?
E só mesmo para terminar, só mesmo um minuto, senhor Presidente de Câmara, quando vai para o trabalho todos os dias entra pela frente ou por trás? Pergunta fácil. Eu acho que a parte do estacionamento onde se põe lá os carros que são adquiridos pelo município também merece um tratamento, basta vocês repararem como está aquele sítio e vocês passam lá todos os dias. E mesmo para aqueles que vão ao café da Doce Fino todos os dias é ver os buracos que já estão há mais de dois meses abertos, o estado em que está ao tanque público, é só."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para resposta.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Senhor Presidente da junta, Paulo Silva, eu fui com muito orgulho Presidente de junta muitos anos, infelizmente, não tinha as condições de uma junta de freguesia como a Nossa Senhora do Amparo, sabe porquê? Eu digo-lhe, eu tinha a delegação de competências para limpar 100% do meu território e a Nossa senhora do Amparo tem delegação de competências a nível de transferências de dinheiro 100% e provavelmente limpa cerca de 30% da área que lhe compete.
E isso todos os Presidentes de junta que estão aqui que não são da vila, têm essa razão e têm esse motivo, sabe porquê? Porque nós eu queria fazer uma festa, queria fazer uma festa da criança, por exemplo, não é calma, eu não estou enervado, festa da criança, por exemplo, e não tinha dinheiro, senhor Presidente, e via a Nossa Senhora do Amparo a gastar milhares e milhares de euros, e muito bem gastos, mas que provavelmente adivinham dessa delegação de competências, certo?

Mas pergunto acha isso justo, senhor Presidente, senhor Presidente de Junta, acha isso justo? Dou-lhe outro exemplo, Covelas, onde estamos agora, com cerca de dezassete quilómetros de vias para limpar, recebe onze mil e duzentos e cinquenta e quatro euros para essa competência, Geraz do Minho, que é aqui outra freguesia perto, com cerca de 18.8 quilómetros recebe dezassete mil setecentos e doze euros, já a freguesia da Póvoa de Lanhoso recebe cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta e quatro euros, apesar de ter vindo a assegurar apenas, segundo os registos dos nossos serviços, dezasseis quilómetros, senhor Presidente, por isso deixo à consideração da Assembleia.
Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Senhor Presidente de junta, eu, às vezes fico com a sensação de que nós, eu compreendo e começo já por lhe dizer que até subscrevia a sua posição, se tivessem respondido à Câmara Municipal no ofício, se tivessem respondido de que aceitavam sentar-se para equilibrar estas contas e ficarem com um valor correspondente àquilo que exerciam e não tivessem esta resposta e eu passo a citar, cito mesmo, atendendo ao exposto, deverá manter-se em vigor o auto de transparência de recursos em apreço. Eu sei que queriam dizer transferência, mas disseram que puseram aqui transparência, os senhores não disseram à Câmara Municipal que se queriam sentar e equilibrar as contas, os senhores disseram que queriam manter, portanto e eu se isso acontecesse, eu estaria aqui a dizer que o senhor Presidente da Câmara, que era um mau gestor, este executivo é mau gestor, porque está a pagar o mesmo serviço duas vezes, pois, e como o senhor deputado e o PSD, recorrentemente têm dito e rasgam as vestes de que este executivo é mau gestor.
Aquilo que o PSD está hoje é mau gestor nuns casos, desperdiça, então senhor deputado o que é que se chama a um executivo que paga à junta um serviço que é ele que faz, é bom gestor? Só para que as pessoas percebam. E vamos fazer então aqui outro exercício também, pois, sabe gerir quando é a vosso favor, e vamos fazer aqui um exercício diferente para que as pessoas percebam lá em casa. A junta de freguesia de Covelas e vou-me cingir à junta de freguesia de Colares, mas podia fazer outras que eu acho que estes valores são completamente injustos e tudo isto deve ser revisto. Santo Emilião tem doze mil euros, salvo erro, mas vamo-nos cingir a Covelas, Covelas recebe onze mil euros. A Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, imaginemos que ficava com os onze mil euros para fazer o trabalho que tem, que está a fazer hoje, durante todos estes anos, sim exatamente, nós estamos a falar de cinquenta e um mil euros, estamos a falar de quarenta mil euros por ano, num mandato dá cento e sessenta mil euros, cento e

sessenta mil euros, fazer uma obra numa freguesia, Covelas tem muito mais trabalho do que a Póvoa de Lanhoso, o senhor deputado não conhece.
Senhor deputado, a verba que sobra dava para fazer uma obra em todas as freguesias, ou escolherem uma freguesia, dava para fazer uma obra, são cento e sessenta mil euros. Eu sei que o senhor deputado é pródigo em falar do tribunal e depois nós temos que ser corretos, a resposta que a junta tinha que dar à Câmara Municipal era, sim senhor, aceitamos sentarmo-nos e aceitamos conversar. O que é que fez a junta de freguesia? Não aceitamos mexer rigorosamente nada, e isto não é correto."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Vamos mais uma vez a factos. O princípio da delegação de competências pressupõe que determinada missão seja exercida numa lógica de maior proximidade, pressupondo que essa maior proximidade seja sinónimo de maior eficácia. Esse é o princípio da delegação de competências, por isso é que o município assumiu competências, por exemplo, na área da saúde, na área da ação social, na área da educação, substituindo o Estado para assegurar que a prestação dos serviços nestas três áreas que o município tem assegurado nos últimos três, três anos e meio, tivesse um aumento de eficácia. Se eu perguntar à esmagadora maioria dos senhores Presidentes de junta, se eles preferiam abdicar da verba que recebem, abdicando dessa competência ou se preferem manter a verba que recebem, mantendo essa competência e não se trata da verba, porque a verba está bem calculada, trata-se da complexidade da missão, da mesma forma que se perguntarem aos municípios se abdicaria facilmente dos cerca de vinte mil euros que recebe por cada equipamento escolar para não ter a responsabilidade de manter aquele equipamento num bom estado, do ponto de vista operacional, logístico e infraestrutural, o município gasta muito mais do que vinte mil euros ao longo do ano, porque nós não fazemos uma conta em Excel para perceber quando se esgotam os vinte mil euros e paramos de fazer intervenções nas escolas, portanto, a delegação de competências sim, traz um envelope financeiro associado, mas traz uma responsabilidade que geralmente é muito superior àquilo que está associado em termos de envelope financeiro.
Dito isto, em condições normais, seria sempre um bom negócio para qualquer junta de freguesia não ter que ficar com esta competência, teoricamente, seria sempre um bom negócio, não ter que ficar com esta competência. Agora também é verdade que se uma junta de freguesia recebe determinado valor, neste caso cinquenta e um quatrocentos e qualquer coisa, recebe cinquenta e um mil euros, mas depois na prática, o espaço que assegura em termos de intervenção é muito inferior àquilo que está previsto na delegação de competências, então sim, compreende-se, é preciso dizer isto com clareza,

compreende-se que seja para a junta de freguesia interessante, benéfico, um bom negócio, se quisermos colocar as coisas nesses termos. Ora, para quem é o mau negócio? O mau negócio é para quem tem que assegurar aquilo que a junta de freguesia não faz, e também é factual, porque a Câmara Municipal cobre as necessidades em termos de limpeza e é por isso que a comparação é injusta, porque comparar a realidade de Nossa Senhora do Amparo com qualquer outra freguesia, é uma comparação mal estudada, para não lhe chamar uma coisa mais grave, mal estudada. Porquê? Porque qualquer uma das restantes freguesias se não limpar hoje tem que limpar daqui a quinze dias ou daqui a um mês porque a Câmara não vai lá limpar. A Câmara não vai fazer a limpeza a Serzedelo, ou Sobradelo da Goma, ou a Verim, Ajude e Friande ou a Covelas, portanto, o valor que recebe a junta de freguesia corresponde à necessidade de cumprir com o contrato que está estabelecido com a Câmara Municipal.

Então perguntam assim, mas por que razão é que na vila, na sede do concelho, existe esta prática que já agora é anterior a 2021, existe esta prática de a Câmara Municipal assegurar determinadas limpezas? Provavelmente por razões de perceção pública, provavelmente por estarmos a falar da sede do concelho, provavelmente porque termos o dever de responsabilidade adicional de assegurar que determinados espaços não estejam em más condições em termos de fruição e de apresentação às pessoas. Então a Câmara Municipal tem vindo a assegurar nos últimos anos e antes de 2021, uma parte significativa, mais de 50% da limpeza? Tem. Tem feito bem? Não, tem feito mal, é evidente que tem feito mal, portanto, se a Junta de Freguesia não cumpre a sua responsabilidade do ponto de vista contratual, no que respeita à delegação de competência, se recebe o valor que não é totalmente usado e canalizado para este efeito e se a Câmara Municipal, para além deste valor, ainda tem de gastar os recursos que tem disponíveis para assegurar cerca de 60% da limpeza deste espaço territorial, então sim, impõe-se que nós façamos uma reflexão daquilo que é mais eficaz do ponto de vista da gestão, do ponto de vista dos recursos, e foi isso que fizemos, no estudo que foi solicitado aos serviços, quem fez o estudo, depois podem, se acharem que não é credível, ainda gostava que viessem aqui verbalizar isso, mas se acharem que não é credível o trabalho técnico que é desenvolvido pelos profissionais da Câmara Municipal, ele é-nos credível nesta matéria, e em todas as outras matérias, portanto, solicitamos aos serviços da Câmara Municipal que nos estudassem esta matéria.

Por outra razão também, porque é muito, muito, muito recorrente que os munícipes contactem a Câmara Municipal, um membro do executivo, do gabinete de apoio à Presidência ou até um funcionário, reclamando que existe esta limpeza ou aquela limpeza para fazer, porquê? Porque se criou a perceção ao longo dos anos, que era a Câmara Municipal que limpava, quando, na prática, essa responsabilidade não é da Câmara Municipal. Bom, mas então se existe essa perceção, então assumamos essa responsabilidade, é disso que se trata, é assumir a responsabilidade formal com os meios, com este adicional de meios se quiserem, que vai contribuir para que o município

continue a prestar o serviço que tem prestado não em 60% do território, mas em 100% do território, portanto, trata-se da boa gestão dos recursos que estão disponibilizados à Câmara Municipal.

Eu queria só deixar mais uma nota que tem que ver precisamente com esta ideia, do senhor Presidente de junta dizer que é eleito democraticamente, claro que é eleito democraticamente, como nós somos e tem toda a legitimidade de tomar decisões como nós temos, e tomámos as decisões ao abrigo de dados concretos, ao abrigo de dados objetivos, portanto, se a Junta de freguesia ao longo de muitos anos foi tratada de forma desigual.

Relativamente, já agora, às suas congéneres, tratada de forma desigual, do ponto de vista da disponibilização de meios, que eu também não consigo identificar, já pedi informação aos serviços, não me conseguem explicar por que razão é que, a determinado momento, entre o mandato 2017-2021, a junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso teve um upgrade significativo em termos de transferência de recursos, ninguém me consegue explicar isso, não há nenhuma razão técnica para isso, não é? Porque houve um aumento muito significativo para a junta de freguesia poder fazer as limpezas que não fazia e, portanto, de facto, acho que estaremos todos de acordo que, do ponto de vista da gestão é pouco recomendável que estas desigualdades existam, portanto, aquilo que a Câmara Municipal vai fazer a partir do próximo ano é assumir esta competência e depois faremos a análise comparativa.

Podemos fazer no fim do próximo ano, analisar comparativamente se o estado de limpeza das vias melhorou ou piorou, se o grau de eficácia dos serviços e a satisfação dos munícipes subiu ou desceu e se acharmos que nós não somos capazes de fazer melhor que aquilo que a Junta de freguesia tem vindo a fazer, tratando-se só de 40% do território que lhe diz respeito, então provavelmente teremos que negociar, mas temos de negociar uma competência, dizia há bocadinho, senhor Presidente de junta na sua intervenção falava de uma limpeza que era da parte da Câmara Municipal, pois é, mas não há nenhuma limpeza que seja da parte da Câmara Municipal. Existiu foi o hábito ao longo dos anos da Junta de freguesia, partir do princípio que a Câmara Municipal limpava determinados espaços. Isso não existe em termos de delegação de competências, se está errado, vamos corrigir, se podemos fazer diferente, vamos testar fazer diferente ao longo do ano de 2027 e cá estaremos no futuro para analisar em conjunto e se chegarmos à conclusão um dia, que faz sentido delegar novamente essa competência na Junta de Freguesia, sendo primeiro bem calculada, segundo que esse compromisso seja assumido na sua plenitude, ao contrário do que sempre aconteceu ao longo destes anos, cá estaremos para dialogar e cá estaremos para rever se isso se justificar, neste momento, vamos tomar esta decisão, porque estamos legitimamente eleitos para o efeito e a Junta de freguesia com a mesma legitimidade também tomam outras decisões e faz muitíssimo bem."

Depois, o Presidente da Assembleia, concedeu a palavra ao Presidente da Junta da Póvoa de Lanhoso, Paulo Silva, para pedir ou prestar esclarecimentos.

Interveio o Presidente de Junta, Paulo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Da mesma forma que também recebemos muitas queixas na junta em relação à limpeza, é exatamente igual, se eu lhe dei o exemplo que se passa, na Pastelaria da Doce Fino, que é um espaço que está muito mal tratado, as pessoas também vão lá à junta de freguesia fazer queixa desses espaços, perguntar quem é que tem que limpar aquilo e nós dizemos, da mesma forma que o município faz igual.
Agora nós temos que nos últimos quatro anos correu tudo bem, não houve problemas com o espaço, não houve problema com nada senhor Presidente. Eu só há uma coisa que e para terminar, que há bocado o Dr. Paulo falou dos quilómetros são 31.3 que nós também fizemos um trabalho exaustivo da freguesia e é isso que dá, tinha aqui mais coisas para ler, mas também, não tenho tempo.
Qualquer situação que venha a ser feita acho que não falámos aqui, tanto da câmara como da junta, mas temos a questão dos funcionários, a ter em atenção e é o único pedido que eu faço, é que, ao menos, admita os funcionários no município. Estamos a falar de um funcionário com mais de vinte e dois anos na junta de freguesia. Acho que é o mínimo que podemos fazer por essas pessoas."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Eu só gostava de perceber junto do executivo, se houve algum pedido de reunião por parte da Junta de Freguesia, se só se limitaram a responder desta forma com uma carta ao ofício, enfim, dando esta informação, se houve alguma aproximação, alguma abertura para tentarem chegar aqui a um encontro e um compromisso diferente."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Obviamente, nós vamos tomar uma decisão política, mas isso pode seguir outras vias. Senhor Presidente, permita-me que faça a pergunta diretamente ao senhor vereador.

Quais foram as notificações que a Câmara Municipal fez? Não é da denúncia do protocolo que a denúncia do protocolo é politicamente, mas isto tem tramites. Quais foram as notificações que a Câmara Municipal fez do mau serviço prestado pela Junta de Freguesia durante a vigência do protocolo? É essa a única pergunta."

Seguidamente, o Presente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e n uso da palavra referiu:
"Relativamente a notificações, tivemos várias audições por parte de munícipes em que se queixaram da falta de limpeza da freguesia de Nossa Senhora do Amparo, entretanto, acho que foi isso transmitido também ao senhor Presidente de junta, basicamente, é esse o contexto que tenho."

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Senhor deputado, vou tentar esclarece-lo, foi notificada, naturalmente, formalmente a Junta de freguesia por parte da Câmara Municipal nos termos da lei, decorreu o prazo de dez dias para que a Junta de freguesia se pudesse pronunciar, nos termos da lei, e a Junta de Freguesia pronunciar-se.
Nós notificámos, mas a sua pergunta tem aqui um desvio, é que o desvio que tem é quantas vezes seria, no seu entendimento, necessário que a Câmara Municipal notificasse a Junta de freguesia, a Câmara Municipal, mas então vou esclarecer todos os presentes, e quem nos acompanha a partir de casa. A Câmara Municipal notificou a junta de freguesia, cumprindo a lei, agindo nos termos da lei, a Junta de Freguesia respondeu, sim, dentro do prazo e aquilo que a Junta de freguesia trouxe ao processo em termos de informação não mudou em nada a visão e a informação e a decisão da Câmara Municipal. Eu estou-lhe a responder da forma que interpretei a sua pergunta.
Eu vou passar agora à resposta seguinte, se me permitir, porque eu tenho de responder a outras pessoas. O deputado Joaquim Armando, para quem nos acompanha a partir de casa, só para saber que há aqui interrupções constantes, há um problema comportamental, já disse isso várias vezes por parte de algumas pessoas da bancada do PSD e nós queremos falar e há interrupções constantes, à partes é uma coisa interrupções constantes é outra.
O deputado Joaquim Armando perguntou se houve alguma aproximação da Junta de Freguesia relativamente a este tema, a Junta de Freguesia cumpriu aquilo que a lei prevê, respondeu dentro do prazo, não houve, se me perguntar se devia ter havido ou não, isso depois é uma questão de leitura política, mas a junta de freguesia cumpriu os

prazos e nos termos da lei, e a Câmara Municipal também cumpriu os prazos e não houve mais nenhuma interação sem ser essa."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para acrescentar mais esclarecimentos.

Interveio o vereador Paulo Gago, e no uso da palavra referiu:
"A notificação da proposta de decisão foi diretamente para a Junta de freguesia no dia um de junho, mas eu só vou colocar aqui um bocadinho de cronologia nos dados, a concessão de direito de audiência prévia, dez dias, foi feita, a apresentação de pronúncia pela Junta de Freguesia, sem que tenham sido trazidos ao procedimento, factos novos suscetíveis de alterar o sentido de decisão, dezasseis de junho, decisão final comunicado, dezassete de junho, tendo sido avaliado novamente pelos serviços de fiscalização do qual resultou o relatório que confirmou a manutenção das situações indevidas, falta de limpeza."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, colocou o ponto oito da convocatória, à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 24 votos a favor, 14 votos contra e 1 abstenção, a proposta da Câmara Municipal, para aprovar a resolução do auto de transferência de recursos celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a freguesia da Póvoa de Lanhoso, celebrado em 28 de dezembro de 2021, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao ponto três da convocatória. **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da designação dos membros de júri de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de 2.º grau e 3.º grau.** E concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fátima Moreira, para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"A proposta hoje em apreciação visa autorizar a abertura dos procedimentos concursais para o provimento de um cargo de direção intermédia de segundo grau e dois cargos de direção intermédia de terceiro grau, bem como proceder à designação dos respetivos júris de recrutamento nos termos da lei. Trata-se de uma medida de boa gestão e de responsabilidade institucional, plenamente enquadrada no mapa de pessoal e no plano

anual de recrutamento aprovados por este órgão com cobertura orçamental assegurada e em estrito cumprimento do regime jurídico aplicável.

Mais do que criar novas estruturas, esta proposta procura consolidar a capacidade de resposta dos serviços municipais e reforçar áreas estratégicas para o funcionamento da autarquia. No caso da Divisão de Gestão Financeira e contratação, pretende-se assegurar estabilidade e continuidade numa área absolutamente nuclear responsável pela gestão orçamental, financeira e contratual do município.

A regularização da situação de dirigente permite garantir uma liderança efetiva e uma resposta técnica adequada às crescentes exigências legais e administrativas. Relativamente às unidades de cultura e de administração geral, importa recordar que estamos em larga medida perante a reposição de níveis de coordenação que já existiram anteriormente e cuja relevância se mantem evidente. São serviços com responsabilidades acrescidas que exigem capacidade de gestão, acompanhamento técnico e coordenação de equipas, em benefício da qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

Quanto aos júris propostos procurou-se assegurar um equilíbrio entre o conhecimento interno da organização e o contributo de dirigentes de outros municípios, garantindo competência técnica, imparcialidade e credibilidade aos procedimentos concursais. A composição apresentada respeita integralmente os requisitos legais e privilegia a experiência e o mérito dos seus membros. Registámos igualmente com apreço a posição assumida pelos senhores vereadores do Partido Social Democrata em reunião de câmara que reconheceram a legalidade, a necessidade e a importância desta proposta, expressando um voto favorável.

As observações apresentadas relativamente ao reforço da transparência, à fundamentação organizacional e a perceção pública dos procedimentos, constituem contributos legítimos e úteis para uma reflexão contínua sobre a melhoria das práticas administrativas.

Contudo, importa salientar que a presente proposta identifica de forma clara as necessidades que justificam o recrutamento, encontra-se prevista nos instrumentos de gestão já aprovados e dispõe de cabimentação financeira previamente validada.

Acresce que a opção com o procedimento concursal aberto com júris qualificados e sujeitos às regras legais de independência de imparcialidade representa precisamente a melhor garantia da valorização do mérito, da igualdade de oportunidades e da transparência no acesso aos cargos dirigentes.

Em suma, esta proposta traduz uma aposta de uma administração municipal mais preparada, mais eficiente e mais capaz de responder aos desafios atuais e futuros, reforçando a qualidade da gestão pública e assegurando que os serviços dispõem das lideranças necessárias para prosseguir com rigor e responsabilidade a missão de servir a nossa comunidade."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Lívia Guimarães.

Interveio a deputada Lívia Guimarães, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A bancada do PSD analisou a proposta submetida à apreciação desta Assembleia relativa à designação dos membros do júri dos procedimentos concursais destinados ao recrutamento de dirigentes intermédios de segundo e terceiro grau.

Na análise efetuada, verifica-se que a proposta respeita o enquadramento legal aplicável, e está em conformidade com os instrumentos de gestão de recursos humanos anteriormente aprovados pelo município, encontrando-se igualmente assegurada a correspondente cobertura orçamental.

Entendemos que exista alguns aspetos que poderão ser aperfeiçoados em futuras propostas. Desde logo, considera-se que seria desejável uma maior explicitação dos encargos financeiros associados a cada cargo de dirigente, através da identificação do respetivo impacto remuneratório, permitindo uma avaliação mais transparente das implicações da decisão agora submetida.

Relativamente à composição do júri, reconhecemos a competência técnica e a experiência profissional dos elementos indicados, ainda assim consideramos importante que, sempre que possível, se promova uma maior diversidade da composição destes órgãos, evitando a repetição sistemática dos mesmos dirigentes em diferentes procedimentos concursais. Tal opção contribuirá para reforçar a perceção de independência, imparcialidade e confiança política nos processos de recrutamento.

Nestes termos, reconhecendo a conformidade legal da proposta e a importância de garantir e regular o funcionamento dos serviços municipais, a bancada do PSD votará favoravelmente esta proposta sem deixar de assinalar as recomendações anteriormente anunciadas, na perspetiva de que possam ser consideradas em futuros procedimentos."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O CDS-PP reconhece a importância de assegurar o bom funcionamento dos serviços municipais e compreende a necessidade de dotar a estrutura municipal dos recursos de direção adequados.

No entanto, entendemos que futuros processos desta natureza poderiam ser acompanhados por uma fundamentação mais detalhada quanto ao impacto

organizacional e financeiro das opções propostas, reforçando a transparência, a informação disponibilizada aos membros desta Assembleia.
Assim, o CDS-PP votará favoravelmente esta proposta. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"É uma matéria de gestão dos serviços municipais e de garantia do seu regular funcionamento.
Importa assegurar que os serviços dispõem de condições organizacionais necessárias para responder com eficácia às exigências dos cidadãos e às responsabilidades cada vez maiores das autarquias.
O Partido Socialista votará favoravelmente a proposta da Câmara Municipal."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fátima Moreira, para resposta.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Só para esclarecer, tendo em conta as duas intervenções quer da bancada do PSD quer da bancada do CDS-PP, relativamente às preocupações orçamentais, ao impacto que estas nomeações podem ter no orçamento, dizer que tal como vocês aqui vieram dizer, de facto, isto já está vertido no orçamento que aqui aprovámos.
As medidas relativamente a este comportamento, o impacto económico que elas têm está vertido no orçamento que aprovámos aqui e, por isso, esse impacto já está lá de alguma forma vertido, tal como vocês disseram, está enquadrado na proposta nessas duas medidas."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou o ponto à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da designação dos membros de júri de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de 2.º grau e 3.º grau.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que fariam um intervalo de 30 minutos para lanche, uma cortesia da junta de freguesia de Covelas. Após o intervalo, retomou os trabalhos, passando ao quarto ponto da convocatória.

Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município da Póvoa de Lanhoso, conforme disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal. E concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fátima Moreira, para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Senhoras e senhores deputados, o regulamento da gestão do Parque Habitacional Municipal que hoje submetemos à apreciação desta Assembleia representa muito mais do que um instrumento administrativo, representa uma opção política clara, estruturada e de longo prazo, colocar a habitação no centro das políticas públicas municipais e responder de forma diferenciada às necessidades reais das pessoas.

Importa, começar por referir que este regulamento resulta de um processo participado e rigoroso, foi elaborado pelos serviços municipais, aprovado em reunião de câmara, submetido ao período de consulta pública, durante o qual não foram apresentadas quaisquer sugestões ou reclamações, e foi ainda objeto de apreciação pela comissão competente da Assembleia Municipal, cujo parecer favorável integra a documentação que acompanha esta proposta.

Estamos por isso, perante o regulamento tecnicamente consolidado, juridicamente robusto e socialmente relevante. O seu principal mérito reside no facto de prever dois instrumentos distintos, mas complementares. Por um lado, o regime do arrendamento apoiado dirigido às famílias em situação de maior vulnerabilidade económica e social, garantindo que o município continua a cumprir a sua missão de proteção social e de apoio àqueles que mais necessitam. Por outro lado, e de forma particularmente inovadora, o regulamento estabelece um regime de arrendamento acessível, pensado para as famílias da classe média que, apesar de possuírem rendimentos e capacidade para suportar uma renda, enfrentam sérias dificuldades no acesso ao mercado habitacional.

É também neste contexto que o regulamento introduz critérios de valorização da menor idade dos candidatos, reconhecendo que a fixação de jovens, e jovens casais constitui um objetivo estratégico para o futuro do concelho. Esta é uma visão política clara, queremos apoiar quem mais precisa, mas queremos igualmente criar condições para que os jovens possam construir o seu projeto de vida na Póvoa de Lanhoso, constituir família, trabalhar e aqui permanecer.

Esta estratégia começará a materializar-se muito em breve, com a disponibilização das trinta e oito habitações no Bobeiro, em Fontarcada, e prosseguirá no próximo ano com as vinte e seis habitações previstas para Monsul, aumentando significativamente a oferta pública de habitação no concelho.

Naturalmente, sabemos que poderão surgir críticas relacionadas com os processos da empreitada, com as reprogramações ou com os custos acrescidos associados às obras financiadas pelo plano de recuperação e resiliência. A esse respeito, a posição deste executivo é inequívoca. A habitação é uma prioridade estratégica. Vivemos um contexto nacional particularmente exigente para o setor da construção civil. A elevada procura, a escassez de mão-de-obra, a volatilidade dos preços dos materiais e a pressão imposta pelos calendários do PRR, criaram dificuldades inéditas a todas as entidades promotoras, quer elas sejam públicas ou privadas. Mas estas dificuldades não nos desviam do nosso objetivo, se for necessário reprogramar, reavaliar ou encontrar soluções alternativas para ultrapassar os obstáculos. Fá-lo-emos com responsabilidade e determinação. O que não faremos é abdicar de um investimento que considerámos essencial para o desenvolvimento do concelho.

Estamos aqui para resolver problemas e não para desistir perante as contrariedades. Quando os projetos estiverem concluídos, ficará no terreno, aquele que será, muito provavelmente, o maior investimento público em habitação, alguma vez realizado na história da Póvoa de Lanhoso. O investimento que deixará um legado duradouro para as próximas gerações e que contribuirá para fixar a população, atrair jovens casais, promover a coesão social e reforçar a competitividade do território.

Temos a convicção de que este esforço será reconhecido pelos nossos munícipes, porque traduz uma ação política centrada nas pessoas e nas suas necessidades concretas. É esta a marca deste executivo, colocar o desenvolvimento do concelho ao serviço da qualidade da vida das famílias, assumindo que a habitação é um direito fundamental e um dos pilares essenciais para construir uma Póvoa de Lanhoso mais dinâmica, mais inclusiva e com futuro.

Deixo à vossa consideração a aprovação desta tão importante documento."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Marília Fernandes.

Interveio a deputada Marília Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Em primeiro lugar, gostaríamos de destacar o trabalho desenvolvido na Comissão Permanente da Juventude, Educação, Desporto e Responsabilidade Social, onde este regulamento foi analisado e discutido de forma aprofundada com a senhora vereadora. O PSD participou de forma responsável e construtiva na elaboração deste regulamento, apresentando contributos para o seu aperfeiçoamento. Importa ainda referir que eu própria e o deputado João Oliveira, estivemos presentes na reunião de análise deste regulamento.

A habitação é, sem dúvida, um dos principais desafios das famílias, pelo que saudamos a criação deste regulamento que estabelece critérios claros para a atribuição de

habitações municipais em regime de arrendamento acessível e apoiado. No que respeita ao arrendamento acessível, importa sublinhar que este deve ser entendido como um mecanismo de apoio e de transição, como tínhamos falado, senhora vereadora, o seu objetivo não deve ser apenas proporcionar uma habitação a custos controlados, mas também criar condições para que as famílias ganhem estabilidade económica e autonomia suficientes para, no futuro, conseguirem encontrar uma resposta habitacional pelos seus próprios meios.

O regulamento prevê contratos com a duração inicial de cinco anos renováveis por períodos sucessivos de dois anos, desde que continuem a verificar-se os requisitos que justificaram a atribuição da habitação. Esta solução garante estabilidade às famílias, mas exige igualmente um acompanhamento rigoroso por parte do município da Póvoa de Lanhoso.

Por isso, consideramos que é fundamental que os serviços técnicos municipais exerçam uma fiscalização séria, permanente e criteriosa das condições de elegibilidade dos beneficiários. Não apenas para verificar o cumprimento das regras, mas, sobretudo, para garantir que estas habitações continuam a ser atribuídas de forma justa, transparente e direcionadas, sobretudo para quem realmente delas necessita. Se não existir este acompanhamento, corre-se o risco de transformar uma resposta que deve ser temporária numa situação que se prolonga indefinidamente, reduzindo a capacidade de resposta a outras famílias que possam a vir a necessitar deste apoio.

Mais do que atribuir habitações, o município da Póvoa de Lanhoso deve procurar mecanismos de acompanhamento e capacitação que promova uma autonomia dos beneficiários ajudando-os a alcançar condições que lhes permitam, quando possível, transitar para soluções habitacionais fora deste regime de apoio. O sucesso deste programa, senhora vereadora, deve medir-se não pelo número de habitações atribuídas, mas também pela capacidade de criar percursos de autonomia e de independência para as famílias.

Por último, gostaríamos de saber quando está prevista a entrega das habitações municipais ao abrigo deste regulamento? Outra questão que coloco é se as candidaturas já estão a ser analisadas e se o apoio foi devidamente divulgado junto de toda a população, de forma a garantir que todas as famílias elegíveis tiveram conhecimento desta oportunidade.

Reconhecendo o trabalho realizado, incluindo os contributos discutidos na Comissão Permanente e esperando que a sua aplicação seja pautada pelo rigor, pela transparência e pela justiça social, o PSD votará favoravelmente esta proposta. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O CDS-PP considera que a aprovação do regulamento de gestão do Parque Habitacional constitui um passo, importante para assegurar regras claras na atribuição e gestão das habitações municipais.

No momento em que a habitação constitui uma das maiores preocupações das famílias e dos jovens do nosso concelho, é fundamental garantir que qualquer investimento nesta área seja acompanhado por procedimentos transparentes, justos e acessíveis a todos os cidadãos.

A habitação é hoje um fator determinante para a fixação da população, para a autonomia dos jovens e para a qualidade de vida das famílias. Por isso, tão importante como aumentar a oferta habitacional é assegurar que os processos de candidatura e atribuição sejam claros, compreensíveis e baseados em critérios objetivos.

Nesse sentido, consideramos particularmente importante reforçar os mecanismos de transparência, nomeadamente através da divulgação periódica de informação agregada sobre o número de candidaturas recebidas. Famílias em lista de espera, habitações atribuídas e tempos médios de resposta salvaguardando, naturalmente, a proteção dos dados pessoais.

Aproveito por isso, para questionar senhor Presidente de Câmara, se existe a intenção de disponibilizar este tipo de informação de forma regular, permitindo um acompanhamento mais transparente da gestão do parque habitacional municipal.

O CDS acompanhará com atenção a aplicação deste regulamento, esperando que contribua para uma gestão cada vez mais transparente, eficiente e justa do parque habitacional municipal. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Vale.

Interveio o deputado Pedro Vale, cumprimentou todo os presentes e no uso da palavra referiu:

"A proposta que hoje apreciamos vai muito além da aprovação de um simples regulamento, representa mais um passo na construção de uma política municipal de habitação, capaz de responder a uma das maiores preocupações das famílias da Póvoa de Lanhoso.

Este regulamento surge porque o município está a investir na habitação, está a aumentar o seu parque habitacional e está a criar respostas concretas para as pessoas e famílias que enfrentam dificuldades de acesso a uma habitação digna.

Sem investimento este regulamento não faria sentido, é precisamente porque existem habitações para gerir, atribuir e acompanhar que se torna necessário criar regras claras, transparentes e justas, mas devemos ser honestos aquilo que está a ser feito é apenas

um primeiro passo, um passo importante, necessário e que merece ser valorizado, mas ainda insuficiente para recuperar o atraso acumulado ao longo dos últimos anos, durante os quais a habitação não teve o investimento estratégico que o concelho necessitava.

Hoje estamos a começar a inverter esse caminho, criando condições para apoiar as famílias vulneráveis, mas também jovens casais e trabalhadores que, apesar de terem rendimentos, encontram enormes dificuldades para aceder ao mercado habitacional. Este regulamento tem a virtude de reconhecer que existem diferentes necessidades habitacionais. Prevê o arrendamento apoiado para agregados em situação de maior vulnerabilidade económica e habitacional, mas também o arrendamento acessível para famílias que trabalham, têm rendimentos, mas não conseguem suportar os valores praticados pelo mercado.

É uma visão moderna, equilibrada e ajustada à realidade atual. Ao mesmo tempo, estamos a criar mecanismos de transparência, critérios objetivos de atribuição, direitos e deveres claros para todos os intervenientes, e instrumentos que garantem uma gestão responsável do património público.

Isto é essencial para assegurar a confiança dos cidadãos nas políticas municipais de habitação. Importa igualmente reconhecer que o regulamento se encontra devidamente enquadrado na legislação em vigor e nas atuais políticas públicas de habitação, constituindo um instrumento essencial para garantir transparência, cuidado e rigor na gestão do parque habitacional municipal.

A habitação não é apenas uma questão social, é também uma questão de desenvolvimento económico, fixação de jovens de tração de famílias e sustentabilidade demográfica do concelho. Sem habitação acessível, os jovens saem, sem habitação acessível, torna-se mais difícil fixar trabalhadores e atrair novos residentes, sem habitação acessível, comprometemos o futuro da nossa terra.

Por isso, devemos olhar para este regulamento como parte de uma estratégia mais ampla, uma estratégia que exige continuidade, ambição e capacidade de investimento nos próximos anos. O concelho precisa continuar a aumentar a sua oferta na habitação pública e acessível, aproveitando todos os instrumentos de financiamento disponíveis e respondendo às necessidades identificadas, na estratégia local de habitação.

Concluindo, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta, entendendo que este regulamento se traduz numa gestão mais eficaz, transparente, socialmente responsável do parque habitacional municipal, medida esta que representa um avanço concreto para a Póvoa de Lanhoso. Pois, quando falamos de habitação, cada casa criada, cada família apoiada e cada jovem que consegue permanecer no concelho, representa uma vitória para toda a comunidade. Obrigado."

Depois o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, para resposta.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Aproveito, também, este momento em que estamos a discutir um ponto que, de facto, como aqui já foi dito, é um ponto crucial, é um ponto fundamental em toda a estratégia de habitação do município, a aprovação deste regulamento, para deixar aqui os meus agradecimentos em nome da Câmara Municipal, aos técnicos da Câmara Municipal, sobretudo ao Dr. Paulo e à Dra. Cristina, e todos os que contribuíram de uma forma muito, muito empenhada para a construção deste regulamento, porque quando tivemos que procurar soluções, percebemos que, ao nível do arrendamento apoiado há imensas soluções no país, mas ao nível do arrendamento acessível, as coisas não era, não estavam assim tão fáceis e foi preciso, de facto, desbravar muito, muito caminho e, de facto, só com equipas muito empenhadas, muito dedicadas é que conseguimos obter estes resultados.

Agradeço também a colaboração e os contributos das equipas que ajudaram a melhorar o documento que hoje aqui aprovámos. Senhoras deputadas, as vossas preocupações relativamente à transparência, aquilo que vai acontecer daqui para a frente, nomeadamente o que vai acontecer daqui para a frente depois da publicação deste regulamento em Diário da República, há de ser lançar os concursos, agora sim, lançar os concursos, à lista de espera, mas essas pessoas que estão em lista que nos foram apontando essa necessidade vão ter agora que ser contactadas para concorrer, por isso, não há já uma lista, há pessoas interessadas, há pessoas identificadas, mas agora essas pessoas vão ter que concorrer aos concursos que vamos abrir depois do regulamento aprovado e divulgado em Diário da República.

E aí sim, a nossa preocupação com esta transparência que aqui foi tão evidenciada é uma preocupação que é nossa, e que é da nossa equipa para a habitação e, por isso é constituímos uma equipa multidisciplinar que está preparada e vocacionada para este grande desafio que vai ser o desafio futuro nestes próximos meses, de recebermos as candidaturas e olharmos para elas de uma forma séria à luz do regulamento e à luz, também, dos critérios que estão definidos, definir e analisar cada uma delas.

Obviamente que as listas vão ser divulgadas, vão ser publicitadas, terá que ser assim, é assim no âmbito da lei, por isso, a preocupação que vocês têm também é a nossa preocupação, daí não haverá, de facto, nenhuma situação de que nós, de alguma forma, queremos que cause constrangimento a esta assembleia no âmbito da aprovação deste documento.

A pergunta tinha a ver quando é que vamos entregar, quando é que vamos formalizar os contratos com os arrendatários? Perante o PRR, temos que o fazer até final do ano, as casas que ficarem prontas, neste momento, as do Bobeiro temos a intenção de termos os contratos prontos até dezembro. Depois os outros será um processo gradual, conforme

as casas ficarem prontas, abriremos novos concursos, e formalizaremos novos contratos."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou o ponto quatro da convocatória à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município da Póvoa de Lanhoso, conforme disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto cinco da convocatória. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas adstrita ao exercício de 2025, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual.** E concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fátima Moreira, para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Já hoje aqui falámos sobre esta consolidação de contas, já percebemos também que as contas consolidadas da Câmara Municipal com a EPAVE constituem o Grupo Municipal da Póvoa de Lanhoso que hoje aqui analisamos e também já percebemos todos que a EPAVE tem um impacto pouco significativo naquela que é este resultado de contas consolidadas, não ultrapassando, como já aqui foi dito, cerca de 1% depois em termos do impacto dos resultados.
As contas consolidadas de 2025 do Grupo Municipal da Póvoa de Lanhoso confirmam uma trajetória de crescimento, investimento e recuperação económica, traduzindo-se numa melhoria significativa dos resultados e na manutenção de uma situação financeira sólida.
O exercício ficou marcado por um forte esforço de investimento refletido no aumente do ativo consolidado noventa e cinco ponto, três milhões de euros, mais 7.2% do que no ano anterior.
Esta evolução resulta essencialmente da execução de investimentos estruturantes em infraestruturas, equipamentos e projetos financiados, reforçando o património público e criando melhores condições para a prestação de serviços à população.
Este ciclo de investimento foi acompanhado por um aumento do passivo consolidado que cresceu 22.5%, sobretudo em consequência do recurso a financiamento de médio e longo prazo e do reconhecimento de verbas associadas a projetos comparticipados.
Trata-se de uma evolução expectável num contexto de forte execução de investimento, permanecendo, contudo, dentro de níveis plenamente sustentáveis. Apesar do aumento

do passivo, o grupo Municipal mantém uma situação financeira robusta. A autonomia financeira situa-se nos 82,6%, significando que mais de 4/5 dos ativos continuam a ser financiados por capitais próprios. A solvabilidade permanece em níveis muito elevados e os indicadores de liquidez demonstram capacidade confortável para responder aos compromissos assumidos.

Um dos aspetos mais relevantes destas contas é a recuperação dos resultados económicos. O resultado líquido consolidado passou de um prejuízo de um ponto três milhões de euros em 2024 para um resultado positivo superior a dois milhões de euros em 2025, traduzindo uma melhoria de mais de 3.3 milhões de euros.

Esta recuperação foi sustentada por três fatores essenciais, o crescimento das receitas próprias, em particular da receita fiscal, refletindo uma maior dinâmica económica e uma melhoria da capacidade de arrecadação de receita.

O aumento das transferências correntes obtidas, permitindo reforçar a capacidade financeira do grupo municipal, uma gestão rigorosa da despesa, nomeadamente através da redução das transferências e subsídios concedidos e da diminuição das prestações sociais, sem comprometer os níveis de serviços prestados à comunidade.

Particularmente relevante é também a evolução do resultado operacional que passou de um valor negativo em 2024 para mais de 2.2 milhões de euros positivos em 2025. Este indicador demonstra que a atividade corrente do grupo Municipal gera hoje resultados suficientes para suportar os encargos da sua atividade e assegurar a sustentabilidade futura. Importa ainda destacar que o reforço do investimento e do endividamento não teve impacto significativo nos encargos financeiros do exercício, mantendo-se estes controlados e plenamente compatíveis com a capacidade financeira do grupo.

Do ponto de vista político, estas contas demostram que foi possível conciliar três objetivos fundamentais, investir mais, reforçar o património público e melhorar os resultados financeiros. Demonstram igualmente que o município tem sabido aproveitar oportunidades de financiamento externo, mobilizar recursos para projetos estruturantes e preservar simultaneamente o equilíbrio das suas contas.

Acresce referir que o grupo Municipal não apresenta dívidas em mora ao Estado, à Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas, evidenciando uma gestão responsável e cumpridor das suas obrigações.

Em conclusão, as contas consolidadas de 2025 revelam um grupo municipal financeiramente sólido, com maior capacidade de investimento, melhores resultados económicos e uma estrutura patrimonial reforçada, confirmando a sustentabilidade da estratégia de desenvolvimento seguida e criando condições para continuar a responder às necessidades e expectativas da população da Póvoa de Lanhoso."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira, para fazer uma interpelação à Mesa da Assembleia.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, e fez a seguinte interpelação à Mesa da Assembleia Municipal:

"Senhor Presidente, a interpelação vai no sentido que eu acho positivo, mas logo se verá. Até porque a interpelação que eu quero fazer é uma salvaguarda, também, do Presidente da Assembleia Municipal. Salvaguarda porque ele não tem responsabilidades nenhumas naquilo que eu vou falar, antes pelo contrário.

Tem a ver com a certificação legal das contas, o ROC penso eu deve ter um contrato, tem de certeza um contrato com a Câmara Municipal, e o ROC não está a cumprir com as suas obrigações legais. Ele sabe que tem que entregar o parecer em tempo útil, não só da reunião da Câmara Municipal e depois da reunião da Assembleia Municipal, a questão da reunião de Câmara é importante e eu vou já explicar porquê. E depois tem que ser em tempo que permita a distribuição dentro dos prazos legais quer aos vereadores quer aos deputados municipais, e o ROC não está a cumprir.

Responsabilidade do Presidente da Assembleia Municipal zero, responsabilidade do Presidente da Câmara toda, do Presidente da Câmara ou do senhor vereador, depende de como estiver distribuído o pelouro, mas tem que assegurar o parecer, porque aquilo, e é a segunda vez que acontece desde que eu estou cá, pelo menos, a certificação legal das contas é obrigatória por lei, senão são nulas.

As autarquias locais, eu vou ler a lei, as autarquias locais estão obrigadas a submeter à apreciação e à aprovação dos seus órgãos deliberativos, Assembleia Municipal, os documentos de prestação de contas obrigatoriamente acompanhados da certificação legal das contas e parecer do ROC, isto é o que diz a lei.

Mas diz mais, quando aborda o procedimento na Assembleia diz a documentação enviada para os órgãos deliberativos para apreciação devem obrigatoriamente incluir a certificação legal e o parecer do ROC garantindo a transparência e a fiscalização, até porque é obrigatória por lei a auditoria externa. Ora quando tem um draft, um draft é um rascunho, um rascunho que não está assinado tem validade jurídica nula, e portanto as próprias contas aprovadas na Câmara Municipal, sem este parecer, estava um draft também, porque se não estivesse um draft não nos teria sido enviado o draft, porque quem remete, por isso é que a responsabilidade do Presidente da Assembleia é nula, não é nenhuma, porque quem nos remete os documentos é a Câmara Municipal, porque é isso que diz, eu vou ler o ponto cinco só par não haver duvidas nenhumas, o ponto cinco que era o ponto dois da reunião de câmara, e se não for eu peço desculpa, diz seguidamente foi presente a proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal com o seguinte teor, eu quero lembrar que a Assembleia Municipal limita-se a aprovar, não pode fazer alterações, não pode fazer nada, portanto é a proposta da Câmara Municipal, diz seguidamente foi presente a seguinte proposta do senhor Presidente da Câmara considerando que, e tem uma serie de considerandos, eu só vou ler os considerandos

fundamentais para este caso, é o quinto que diz, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas consolidados para posterior submissão à aprovação da Assembleia Municipal, em sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e diz ainda, compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta, portanto é da Câmara Municipal a responsabilidade disto. A aprovação da consolidação de contas adstrita ao exercício de 2025, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro e consequente remessa à Assembleia Municipal para respetiva apreciação, Póvoa de Lanhoso, 17 de junho de 2026, o Presidente da Câmara Municipal, Frederico de Oliveira Castro, estou a ler.

Ou seja o draft é zero, as próprias contas aprovadas em reunião de câmara são nulas, e nós vamos hoje aprovar eventualmente contas que poderão ser consideradas nulas.

Nós não vamos invocar a nulidade das contas, tínhamos aqui dois caminhos, salvaguardando que o Presidente da Assembleia Municipal, apesar de tudo fez esforços, não tem responsabilidade nenhuma, mas fez esforços para que este parecer fosse obtido, porque há aqui ainda uma confusão de datas, o ROC desta vez faz aqui uma asneira que, o homem não levará a mal, faz a datação do rascunho a 22 de junho, a reunião de câmara foi a 17 de junho. E nós recebemos isto ontem e é muito estranho o relatório ter a data do rascunho, mas não vou levantar questões sobre isso, mas a nós, perante esta falta de transparência, perante esta nulidade das próprias contas, nós, senhor Presidente da Assembleia, tínhamos duas hipóteses, ou abandonávamos a sessão neste momento, mas que não o faremos por respeito ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e por respeito à Assembleia Municipal, porque não tem nenhuma responsabilidade nisto, agora só nos resta outra solução, e perante a possível nulidade das contas, que não a vamos pedir, também fica claro, não vamos querer levantar esse problema, agora queremos uma coisa, é que de futuro isto não se repita, vamos votar contra obviamente, mas não abandonaremos a Assembleia Municipal por respeito ao Presidente da Assembleia Municipal. Eu quero dizer que eu pessoalmente se fosse vereador teria abandonado a reunião de câmara, agora acho que o Presidente da Assembleia Municipal nos merece todo o respeito para estarmos cá dentro e votarmos contra."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para se prenunciarem em relação à interpelação que foi feita pelo deputado Luís Artur Pereira.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"De facto, os documentos que acompanham por parte quer relativo à revisão de contas quer ao parecer apresentam-se como Draft's, nós temos em termos de obrigatoriedade, de facto, o documento foi aprovado nestas condições na Câmara Municipal. Eu diria que estamos perante uma situação em que eu acho que vale a pena correr o risco, se as contas, de facto, forem anuladas, voltaremos a trazer as contas a esta assembleia, e à Câmara.

Eu acho que é um risco que devemos correr de aprovar estas contas. Mas eu digo neste momento, nós temos o documento do parecer, ele aparece como draft, não é? Vossas excelências, vão votar contra o documento já foi aprovado na Câmara Municipal, tem uma declaração de aprovação na Câmara Municipal instruído desta forma, não sei se o senhor Presidente concorda comigo, mas nesse sentido, eu diria que acho que devemos avançar com o prosseguimento da votação do ponto."

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Eu sugiro que façamos o seguinte, por razões práticas que admitamos, tal como admitimos em reunião de câmara, que o documento corresponde ao documento final e, portanto, se efetivamente, se o revisor oficial de contas tiver alguma coisa a acrescentar a este documento na possível transformação do draft para documento final, então, de facto, há responsabilidades que devem ser assacadas ao revisor oficial de contas.

Nós politicamente temos de nos pronunciar sobre esta matéria com base neste documento, eu peço que fique registado em ata que se considere este documento como documento final, ponto um; ponto dois, que fique registado em ata também, que a falha do revisor oficial de contas, que é técnica não tem nada de política, seja suscetível de receber uma chamada de atenção e que os documentos no futuro.

Sim, mas fica registado em ata, senhor deputado, você pode votar contra à vontade, eu o que lhe estou a dizer é que fica registado em ata que deve ser feita uma chamada de atenção ao revisor oficial de contas, porque efetivamente, cometeu aqui um lapso processual. Técnico processual. Segunda vez, não sei quantas vezes foram, eu não as contei, o senhor tem tempo para essas coisas. Agora mais importante do que isso, independentemente da chamada de atenção, que fica registada em ata e que seguirá por e-mail, também, para o revisor oficial de contas, que se considere que este documento corresponde e corresponderá ipsis verbis àquilo que seria o documento final."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Mas gostava de dizer uma coisa, as contas são mesmo nulas, se quisermos levantar o problema levantamos, mas não o vamos fazer. Isto são contas consolidadas, consolida, digamos, o perímetro orçamental que neste caso é a Câmara Municipal mais a EPAVE, a EPAVE não tem significado absolutamente nenhum, portanto, eu direi que as contas consolidadas são basicamente as contas da Câmara Municipal, já as analisei, vou só focar aqui três ou quatro pontos que da última vez, não tive muito tempo para o fazer.

Mas dando uma visão da consolidada muito rápida, a despesa efetiva que reúne a despesa corrente mais a despesa de capital é de 81.49%, e porque é que eu estou a ir aqui? Porque a despesa efetiva da Câmara Municipal é de 81.85 por aqui se vê que a EPAVE não tem absolutamente peso nenhum, só quis dizer isto, mas relembro, por exemplo, que a despesa corrente na Câmara Municipal foi de 93% e as despesas de capital, os investimentos que a senhora vereadora disse aqui que fizeram muitos investimentos, foi de 62%, e mais uma vez, um saldo primário.

Vou explicar bem o que é o saldo primário, o saldo primário naquilo que é o operacional. Um economista é difícil falar nisto porque tem que utilizar termos que, por vezes, estão em contradição. Aquilo que é operacional em que as receitas operacionais, vou-lhe chamar assim, não cobrem as despesas operacionais, em termos públicos chama-se a isto efetiva, tem um défice de um milhão de euros, um milhão e doze mil euros, na Câmara Municipal, para verem também, era um milhão e dezassete ou dezoito mil, portanto, não tem significado, ou seja, eu tenho um défice primário negativo, significa o quê? Que, apesar da baixa execução, baixíssima, nomeadamente em investimentos, mesmo assim, as receitas recolhidas não cobrem as despesas operacionais. Claro que isto dá origem a quê? Dá origem ao aumento do endividamento que foi realmente o que se verificou. Houve um agravamento da dívida total em cerca de 22.5%, três milhões de euros, três milhões de euros, passou de 13.5 em 2024 para 16.6 em 2025, e os passivos financeiros, o que são os passivos financeiros? São os empréstimos. A subirem 16%, um vírgula três mil milhões de euros. Grosso modo é o aumento do défice primário.

O que é preocupante é que este défice primeiro tem sido constante ao longo dos anos, portanto, agrava-se a situação financeira e estrutural do município. O Orçamento é uma coisa muito séria, eu já disse nesta Assembleia Municipal, que esta Câmara Municipal, não faz controle orçamento, aconselho o senhor Presidente da Câmara a fazer esse controle, a ter uma equipa que o faça. Porque realmente é isso que se verifica, porque o objetivo devia ser o ataque à despesa corrente e para isso eu tenho que ter um excelente controle orçamental, porque há muito desperdício nesta Câmara Municipal.

Gostava de falar sobre a execução do plano plurianual de investimentos, o plano plurianual de investimentos, são os investimentos feitos, não é bem as despesas de capital porque há despesas correntes que são de capital, prefiro PPI o mapa do PPI, embora a diferença não seja muita em termos de execução, estavam orçamentados catorze milhões de euros no orçamento, sabem quanto é que se concretizou? Oito vírgula nove milhões de euros, a senhora vereadora veio aqui dizer que se fez os maiores

investimentos de sempre, ou uma coisa do género. Oito vírgula nove milhões de euros, quando estava previsto catorze milhões e meio.

E permitam-me que analise três ou quatro despesas, só. Ação social, toda a gente concordará que a ação social é absolutamente essencial num município, nomeadamente num município com as características da Póvoa de Lanhoso. A taxa de execução dos investimentos foi de 39%. Depois há um conjunto de despesas que são correntes que a câmara acha muito importantes, antigamente chamava-se a isso, aplicações relevantes agora chama-se PAM, eu continuo a chamar aplicações relevantes, aquilo que é importante mesmo, aí é despesa corrente, são os subsídios, são não sei que mais, a senhora vereadora diz nós baixamos subsídios. Não sei se baixaram bem se baixaram mal, não sei. O certo é que no PAM, ou seja, na despesa corrente da ação social a taxa de execução é 64%, quer dizer nem o orçamento se cumpre e depois há as GOP's, as GOP's o que é? São as grandes opções do plano, que é os investimentos, mais esta despesa corrente que é considerada relevante.

Vou terminar senhor Presidente, a habitação, deixe-me só falar nisto, 49% a habitação é estratégica nós concordamos aqui, acabamos de votar o regulamento, 49%, nos investimentos, é precisos construir casas, primeiro, a cultura 20%, a cultura é essencial para a atração de empresas, 20% nos PPI's 91%, nas GOP's, devia ser 100%. O mais estranho é que o que o concelho gasta em Cultura, investimentos e despesa corrente, e para mim é tudo investimento, mas investimento e despesa corrente gasta 2% da receita efetiva, 2%. Qualquer concelho que se preze que quer atrair investimento, tem de gastar no mínimo, 5%.

E, por último, com isto termino, senhor Presidente, as famílias já estão a sentir na pele o que estão a pagar de IMI. São mais 28%, são mais 24% para as famílias e mais 28% para as empresas, as empresas também já estão a sentir, 1,2 da derrama. Na verdade, isto não é para fazer investimentos. Para fazer investimentos vemos a taxa de execução dos investimentos que é baixíssima, depois contrai-se empréstimos para pagar também futuros investimentos e aumenta-se brutalmente o peso dos impostos.

É esta a gestão da Câmara Municipal, e um aumento brutal de impostos para as famílias e mais, e com uma insensibilidade, e sabendo que este ano era o ano em que o Estado, o Estado três em três anos atualiza o valor tributário e, portanto, resulta daí um aumento de IMI no ano em que o Estado atualiza isso três em três anos, a câmara ainda lhe espeta com o aumento da taxa de IMI. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O CDS-PP regista que os documentos apresentados evidenciam uma evolução positiva da situação financeira do Grupo Municipal e reconhece o parecer do revisor oficial de contas, considera que as contas se encontram em condições de serem aprovadas.
Contudo, não podemos deixar de assinalar que a certificação legal das contas continua a conter uma reserva relacionada com o processo de inventariação e valorização do património municipal.
Sabemos porque isso resulta da própria nota cinco e do parecer do ROC, que o município tem vindo a desenvolver diligências para ultrapassar esta situação. Ainda assim, trata-se de uma matéria que continua por resolver e que importa concluir.
Gostaríamos, por isso, de questionar o senhor Presidente da Câmara sobre qual é a previsão para a conclusão deste processo, permitindo que, em futuros exercícios, esta reserva deixe de constar na certificação legal das contas.
Aproveitamos igualmente para questionar o executivo sobre a forma como perspetiva, a manutenção do atual equilíbrio financeiro, tendo em conta o aumento do investimento e os desafios que se colocam nos próximos anos, designadamente, após a conclusão dos projetos financiados pelo PRR. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São João de Rei, em representação do GP do PS, Henrique Tinoco.

Interveio o Presidente da Junta de São João de Rei, Henrique Tinoco, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"A obrigatoriedade da consolidação de contas do setor público resulta da necessidade de verter nas contas do município as mutações finanças da sua participada, sendo um procedimento que resulta do imperativo decorrente da lei associado ao relatório de Gestão e Prestação de contas do exercício de 2025, esta assembleia já analisou e aprovou na reunião de abril as contas da Câmara da prestação de contas, por isso, importa apenas destacar as contas da EPAVE.
De uma forma mais simplista, a consolidação de contas pode ser assumida como um mecanismo de agregação das diferentes demonstrações financeiras das várias entidades que integram um determinado perímetro de consolidação, anulando as participações, saldos e transações entre estas.
O perímetro de consolidação municipal, engloba o município apenas a uma participada, a EPAVE, o método de consolação aplicado é o integral que consiste em somar linha a linha, os montantes do balanço e demonstrações de resultado, efetuando as necessárias anulações e ajustamentos.
A atividade da participada, em termos orçamentais, o impacto dos valores da participar, praticamente não têm influência nos montantes anteriormente apresentados aquando da análise, da aprovação e discussões das dotações orçamentais individuais do

município. Deixar como nota que os graus de execução financeira da EPAVE, são satisfatórios, havendo um caminho de melhoria a efetuar relativamente à execução da receita.

No que respeita às demonstrações financeiras individuais do município, não iremos tecer grandes considerações adicionais, uma vez que este ponto já foi amplamente discutido e analisado na última Assembleia Municipal. No que respeita às demonstrações da EPAVE dar nota de um aumento significativo da rubrica de ativos fixos tangíveis em cerca de um milhão, trezentos e cinquenta mil, na sua esmagadora maioria, fruto do investimento no centro tecnológico especializado.

Em termos de financiamento, dar nota que a EPAVE tem uma linha de conta corrente caucionada que se encontra por utilizar, ou seja, não existe valor em divida relativamente a esta linha de crédito. Assistiu-se no exercício à contabilização de uma linha de crédito do Novo Banco para financiar o centro tecnológico recentemente inaugurado, que será totalmente liquidado no decorrer do exercício de 2026, a rubrica de capital registou um aumento bastante significativo, fruto da comparticipação do PRR para o centro tecnológico. Estes aspetos mostram um bom trabalho efetuado pela direção da escola e do município na captação de comparticipação comunitária.

Destacar que o município tem um contrato de locação operacional com a escola outorgado em 2018 para arrendamento do edifício da escola com um valor mensal de dez mil euros, totalizando o valor anual de cento e vinte mil euros, consequentemente, este valor será anulado para efeitos consolidados, em sentido inverso ao abrigo do contrato-programa celebrado com o município por lecionar as atividades extracurriculares, AEC's, representa uma transferência de subsídio na ordem dos cento e vinte cinco mil euros. Consequentemente, este valor será anulado para efeitos consolidados, apesar de um resultado líquido diminuto a atividade operacional EBITA é positiva em linha com o ano anterior.

Apesar dos resultados positivos serem sempre importantes na vida das empresas, é necessário referir que o intuito da EPAVE não é gerar lucro, mas sim formar e capacitar os nossos jovens com todas as ferramentas e valores necessários para o seu desenvolvimento humano e pressionar. Relativamente à consolidação legal de contas o auditor emite um parecer com reserva, conforme mencionado na nota cinco do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, não estando assegurado que os valores que integram o ativo fixo tangível do grupo, constitua uma garantia da sua plenitude e estejam devidamente registados por valores adequados, com referência a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte cinco, não podendo concluir o saldo evidenciado nas contas do ativo fixo, depreciações do período e acumulados, imputação de subsídios e outras variações do património liquido e resultados transitados.

O grupo parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta que nos é apresentada. Obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Bem, de facto, pelas intervenções percebermos que, de facto, este documento resulta sobretudo da consolidação da Câmara Municipal e da EPAVE e que, a parte mais significativa do documento já foi aqui discutido em abril, que diz respeito às contas da Câmara, porque, de facto, as contas da EPAVE pouco impactam nestes resultados consolidados.

Relativamente, quando terminará a câmara a inventariação relativamente às reservas que são, uma das reservas que é colocada pelo ROC? Eu diria que é uma resposta muito difícil de dar, porque, apesar de nós termos uma equipa que trabalha nesta inventariação, a verdade é que sempre existem novos equipamentos, novas estruturas e é um processo inacabado, por isso, não há aqui um prazo, digamos assim, que se possa assumir, poderemos ir melhorando os níveis do trabalho desenvolvido, mas ele nunca estará obviamente terminado ou finalizado. Como vai assegurar o financiamento, depois dos financiamentos PRR como é que vamos pôr os equipamentos a funcionar?

Bem, eu diria que se há, por exemplo, ao nível da habitação, uma verba que depois deriva das rendas e que a Câmara Municipal assumirá como receita e que pode ajudar, depois na manutenção desses equipamentos, outros equipamentos existem que, de facto, a Câmara Municipal, à semelhança de outros equipamentos que já estão a funcionar e que foram frutos também, de candidaturas, vai ter que os interiorizar nos seus orçamentos e nas suas despesas correntes e, basicamente, penso que são estas as questões.

O senhor deputado Henrique, mais uma vez, trouxe aqui também em pormenor aquilo que já tínhamos aqui enfatizado relativamente às contas da EPAVE e a este encontro de contas relativamente aos contratos e às rendas das duas instituições. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira, para pedir ou prestar esclarecimentos.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, e no uso da palavra referiu:

"É só apenas para esclarecer uma coisa, a reserva põe em causa as contas, ou seja, porque a reserva fala não só no imobilizado fixo, fala nas amortizações acumuladas, obviamente, no imobilizado líquido, portanto, nas amortizações vesse isso, portanto pode afetar também a conta de resultados, afeta de certeza, os capitais próprios, mas esta reserva tem mais um pormenor e eu não quero entrar muito por aí, mas tem mais

um pormenor, fala nos subsídios europeus e todos sabemos porque é que ele fala nisso, está-se a defender, obviamente.
Mas também fala nisso, o que isto põe em causa ou pode pôr em causa é os valores do balanço da conta de resultados, portanto, analisar isto em contabilidade financeira, para já não tem sentido analisar num município, mas com isto é que não tem sentido mesmo, quando a senhora vereadora vai ali e diz autonomia financeira, não tem, não sabe se é, porque basta uma alteração nas contas do ativo bruto, para a autonomia financeira já não ser aquela, mais há de certeza nos capitais próprios porquê, quando ele fala nos subsídios, está a pôr em causa o resultado líquido, porque parte dos subsídios, vai ao resultado líquido. E depois durante os anos de amortização, vai a capitais próprios, isto é muito técnico não vou explicar, mas só para dizer que é fulcral, esta reserva, não é uma reserva qualquer que diz, é uma reserva. Não, eu deixo de poder analisar as contas tal como devem ser porque elas passaram a não ser potencialmente verdadeiras.
E além disso, não tem sentido fazer uma análise em termos financeiros, desculpe, mas é a minha experiência que o diz, não tem sentido. Fazê-lo em contabilidade pública é como uma câmara municipal trabalha fazia sentido se tivesse aqui quatro ou cinco empresas locais que valessem vinte ou trinta por cento da consolidação, agora tem uma que nem um por cento vale. Qual é o sentido? O sentido é analisar as contas da Câmara Municipal que devem ser analisadas em contabilidade pública. Terminei, senhor Presidente."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto cinco à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 21 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas adstrita ao exercício de 2025, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto seis da convocatória. **Ponto Seis: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da constituição do Conselho Municipal de Educação da Póvoa de Lanhoso para o mandato 2025/2029, de acordo com o artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.** E concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"A proposta que hoje trazemos a deliberação desta Assembleia reveste-se de especial importância para o funcionamento da política educativa local, na medida em que visa proceder à constituição do novo Conselho Municipal de Educação para o presente

mandato autárquico. Trata-se de um órgão de natureza consultiva e estratégica previsto na lei que assegure a articulação entre o município, a comunidade educativa e as diversas entidades com responsabilidade na área da educação, promovendo uma visão integrada sobre os desafios e as oportunidades do território.

A Constituição do Conselho Municipal de Educação decorre, por isso, de uma imposição legal, mas representa também uma oportunidade para reforçar a participação, a cooperação institucional e a concertação de políticas públicas num setor absolutamente decisivo para o desenvolvimento do concelho.

A proposta hoje apresentada encontra-se em conformidade com o enquadramento legal aplicável e resulta de um trabalho de articulação que depende em grande maioria de nomeações e designações efetuadas por entidades externas ao município. Importa recordar que, no início de cada mandato autárquico, é obrigatória a constituição de um novo Conselho Municipal de Educação.

Contudo, muitos dos seus membros resultam de processos eleitorais internos dos agrupamentos de escolas ou de designações promovidas por outras instituições, circunstância que condiciona, naturalmente, o calendário da sua formalização. É precisamente por esse motivo que apenas neste momento, estão reunidas as condições para submeter esta proposta à apreciação da Assembleia Municipal.

Importa também esclarecer, permanecem por designar dois representantes, no que respeita ao representante das instituições particulares de solidariedade social com intervenção na área da educação, a respetiva indicação ocorrerá na próxima reunião do Conselho Local de Ação Social, no CLAS.

Relativamente ao representante da Unidade Local de Saúde de Braga, o município continuará a diligenciar junto daquela entidade para que proceda com a maior brevidade possível à respetiva nomeação. Já o fizemos, mas ainda não tivemos indicação.

Todavia entendemos que estas situações pendentes não devem atrasar a constituição formal do órgão, pelo contrário, é urgente que o Conselho Municipal de Educação possa iniciar funções, uma vez que se aproximam decisões estruturantes para a preparação do próximo ano letivo, cuja análise e emissão de parecer beneficiam da intervenção deste órgão.

Assim, deixamos à consideração do plenário o voto favorável, permitindo que este órgão possa entrar plenamente em funcionamento e continuar a contribuir para uma educação de qualidade, construída em parceria e orientada para as necessidades das nossas crianças, jovens, famílias e comunidade educativa."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O CDS acompanhará favoravelmente a constituição do Conselho Municipal de Educação, reconhecendo a importância deste órgão na articulação entre os diversos agentes educativos do concelho.

A Educação é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento local, exige uma cooperação permanente entre escolas, famílias, autarquias, associações e entidades da comunidade.

Mais do que cumprir uma formalidade legal, importa que este Conselho seja um verdadeiro espaço de reflexão, planeamento e acompanhamento das políticas educativas do concelho, contribuindo para melhorar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos jovens.

No contexto de rápidas transformações sociais e tecnológicas, é essencial continuar a aproximar a escola da realidade do mercado de trabalho. Promover o sucesso educativo e criar condições para que os jovens encontrem no nosso concelho oportunidades para construir o seu futuro.

Registamos igualmente que a composição apresentada ainda não se encontra totalmente concluída, aguardando a designação dos representantes dos serviços de saúde e das IPSS's com intervenção na área da educação. Esperamos que essa representação possa ser completada com a maior brevidade possível, garantindo uma participação tão abrangente quanto possível neste órgão.

O CDS-PP deseja que este Conselho possa desempenhar um papel ativo, e relevante na definição das prioridades educativas da Póvoa de Lanhoso. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, João Oliveira.

Interveio o deputado João Oliveira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O grupo parlamentar do PSD entende que o Conselho Municipal de Educação desempenha um papel relevante no acompanhamento da realidade educativa local, na promoção da cooperação entre entidades e na formulação de propostas que contribuam para a melhoria da qualidade, eficiência, e eficácia do sistema educativo, assumiram particular importância num contexto de crescente transferência de competências para os municípios na área da educação.

Tinha a questão para a doutora Fátima Moreira relativamente aos nomes não designados, esta mesma foi esclarecida, portanto, não obstante dessa observação, o grupo parlamentar do PSD votará favoravelmente a proposta e espera que a composição deste conselho venha a ser completada o mais depressa possível. Obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Almeida.

Interveio o deputado Miguel Almeida, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A bancada do Partido Socialista considera que a constituição do Conselho Municipal de Educação representa um momento de particular importância para a governação local e para o futuro da educação no nosso concelho.

Trata-se de um órgão de consulta, articulação e participação que reúne diferentes entidades e parceiros da comunidade educativa, promovendo uma abordagem integrada aos desafios da área da educação e uma melhor coordenação entre as políticas municipais, os estabelecimentos de ensino, as instituições sociais e os restantes agentes com intervenção neste setor.

Importa reconhecer que a proposta hoje submetida à apreciação desta assembleia se encontra devidamente fundamentada e corretamente instruída, cumprindo o enquadramento legal aplicável e refletindo o trabalho desenvolvido pelo município, para assegurar a representação das diversas entidades que integram este órgão.

Registamos igualmente que algumas nomeações dependem de processos próprios de outras instituições, designadamente da indicação do representante das IPSS's, na área da Educação e do representante da Unidade Local de Saúde de Braga, circunstâncias alheias ao município e que não devem impedir a formalização e entrada em funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

Aliás, a constituição deste órgão assume especial relevância no momento em que importa preparar o próximo ano letivo e deliberar sobre matérias estratégicas para a comunidade educativa local, sendo desejável que o Conselho possa reunir com maior brevidade possível.

A bancada do Partido Socialista entende que investir na educação é investir no futuro da Póvoa de Lanhoso e reconhece no Conselho Municipal de Educação um importante espaço de diálogo, cooperação institucional e construção de respostas que ampliem as oportunidades das crianças e dos jovens do nosso concelho.

Pelas razões expostas e considerando que a proposta reúne as condições necessárias para ser aprovada, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos, contribuindo para que o Conselho Municipal de Educação possa iniciar funções e cumprir plenamente a sua missão ao serviço da comunidade. Obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto seis à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da constituição do Conselho Municipal de Educação da Póvoa de Lanhoso para o mandato 2025/2029, de acordo com o artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Seguidamente o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto sete da convocatória, último ponto da assembleia. **Ponto Sete: Proposta da Câmara Municipal para aprovar a isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço na feira semanal, ao longo de todo o mês de julho, de carácter excecional, destinada a apoiar os feirantes.** E concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"O ponto é simples de explicar nós, após uma recomendação da Associação de Feiras e Mercados da Região Norte, decidimos levar a cabo esta iniciativa na Câmara Municipal e agora na Assembleia Municipal que prevê, de alguma forma, compensar os feirantes que costumam marcar presença na feira semanal da Póvoa de Lanhoso pela penalização que sofreram aquando das intempéries. Alguns sentiram mais essa penalização em duas feiras, outros tiveram um impacto superior dependente também do setor de atividade de cada um e, portanto, calculamos que entre duas e três feiras foram penalizadas e prejudicadas no seu objeto e no objetivo de conseguirem cumprir o que é habitual em termos de impacto no comércio local também, e o efeito não sendo o pretendido, decidimos não só em termos de efeito prático, colaborar e contribuir para que haja uma atenuação do impacto que essas feiras tiveram, isentando agora o mês de julho, o próximo mês de 2026, mas desta forma também dar um sinal de estímulo ao comércio local e aos feirantes, dando também esta perceção que é real de que os órgãos municipais se preocupam com a sua atividade e a forma de o fazer mais do que por palavras é com o gesto de atribuição de uma isenção de uma das mensalidades.
Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Covelas, Filipe Sousa, em representação do GP do PS.

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia, Filipe Sousa, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Esta proposta apresentada reveste a maior importância para o tecido económico-social do nosso concelho. A isenção a título excecional do pagamento das taxas de ocupação do espaço na nossa feira semanal durante todo o mês de julho.

Os feirantes e vendedores ambulantes são agentes económicos fundamentais. Eles garantem a dinamização do nosso espaço público, combatem a desertificação comercial e oferecem à nossa população um acesso direto e tradicional a bens essenciais. Sabemos que a atividade desses comerciantes foi afetada na sequência das intempéries e causaram constrangimentos significativos, por quebras acentuadas nas vendas, bem como prejuízos diretos para os comerciantes, quer por danos em mercadorias quer pela impossibilidade de exercer a atividade em condições normais.

O mês de julho, sendo um período que antecede o pico do Verão, apresenta-se como altura estratégica, mas exigente para garantir a sustentabilidade destes pequenos negócios. Esta isenção excecional não é apenas um ato de despesa, mas sim um investimento direto nas famílias e nos trabalhadores que dão vida ao nosso mercado semanal.

Ao abdicar destas receitas de ocupação durante um mês específico, o município demonstra solidariedade institucional e assume um papel ativo na mitigação dos encargos financeiros que recaem sobre esses operadores económicos. A concessão de isenções em taxas municipais é um instrumento perfeitamente legal enquadrado pelo regime geral das taxas das autarquias locais, desde que devidamente fundamentado, como é o caso.

Esta medida assenta no princípio da equidade, da prossecução do interesse público e da proteção social e económica de quem trabalha arduamente. Apoiar os feirantes é apoiar a nossa comunidade, é garantir que o recinto da nossa feira semanal se mantem atrativo, dinâmico e preenchido.

Pelas razões expostas e porque acreditamos que as autarquias locais devem estar na linha da frente no apoio a quem mais precisa, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O CDS-PP vê com bons olhos esta proposta de apoio aos feirantes do nosso concelho, reconhecendo as dificuldades que muitos enfrentaram em consequência das condições climatéricas adversas verificadas no início do ano.

As feiras representam muito mais do que uma atividade económica, constituem um importante espaço de dinamização do comércio local, de proximidade entre os produtores e consumidores e de preservação de tradições que fazem parte da identidade do nosso concelho.

Em momentos excecionais como aqueles que foram vividos, é importante que as entidades públicas demonstrem capacidade de resposta e sensibilidade para com

aqueles que dependem da sua atividade diária para garantir o sustento das suas famílias.

Neste contexto, gostaríamos de questionar o executivo sobre quantos feirantes serão abrangidos por esta medida e qual o impacto financeiro estimado para o município, permitindo assim conhecer a dimensão concreta deste apoio.

Esperamos que esta iniciativa possa contribuir para minimizar os prejuízos sofridos e apoiar a continuidade da atividade destes profissionais, contribuindo igualmente para a vitalidade económica e social da nossa feira semanal. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à representante da União de Freguesias de Calvos e Frades pelo GP do PSD, Goreti Carvalho.

Interveio a deputada Goreti Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A bancada do grupo parlamentar do PSD acompanha favoravelmente a proposta apresentada pelo executivo municipal relativa à isenção do pagamento das taxas de ocupação de espaço na feira semanal durante o mês de julho de 2026.

As feiras semanais representam um importante fator de dinamização da economia local, constituindo uma relevante fonte de rendimento para muitos comerciantes e contribuindo para a valorização do comércio de proximidade, bem como para a oferta diversificada de bens à população.

A medida agora apresentada assenta em circunstâncias excecionais, motivadas pelas condições meteorológicas adversas verificadas no início do ano que afetaram significativamente a atividade dos feirantes.

A redução da afluência dos consumidores e, em diversas ocasiões, a impossibilidade de exercer a atividade em condições normais, traduzindo em prejuízos que justificaram uma resposta de apoio por parte do município.

O PSD entende que perante situações extraordinárias que escapam ao controlo dos agentes económicos, compete às autarquias utilizar os instrumentos legais ao seu dispor para minimizar o impacto negativo e contribuírem para a recuperação da atividade, sempre que esteja em causa um claro interesse público.

Ainda assim, consideramos desejável que, no futuro, o município avalie a possibilidade de consagrar nos seus regulamentos critérios e mecanismo objetivos que permitam responder de forma célere, transparente e equitativa à situação excecional da natureza, reforçando previsivelmente na atribuição desses apoios.

Pelas razões expostas, reconhecemos a importância económica e social da feira semanal e considerámos justificada a isenção proposta, a bancada parlamentar do PSD manifestando um voto favorável à presente proposta. Obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"O número de feirantes será aproximadamente 100, entre aqueles que têm permanência constante e os que têm uma permanência relevante, mas nós podemos especificar esse número e depois fazer chegar à senhora deputada, assim como o valor do impacto económico que tem em termos de apoio que depende precisamente dessa variação. Portanto, faremos essa recolha de informação e faremos chegar."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto sete à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovar a isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço na feira semanal, ao longo de todo o mês de julho, de carácter excecional, destinada a apoiar os feirantes.

Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminada a sessão da Assembleia colocando à votação do plenário a aprovação da ata em minuta, para produção imediata de efeitos das deliberações tomadas. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Agradeceu a colaboração dos serviços e da Junta de freguesia de Covelas, na descentralização da sessão da Assembleia Municipal e desejou boas férias a todos.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.